

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ — UFPI  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO — PRPG  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROFESSOR MARIANO DA SILVA  
NETO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM)  
*Campus Universitário Ministro Petrônio Portela*  
*— Bairro Ininga Telefone: (86)32 15-5967; E-*  
*mail: ppgcompi@ufpi.edu.br CEP: 64049-550 —*  
*Teresina - PI*

**FRANCISCO RENATO SAMPAIO DA SILVA**

**REPRESENTAÇÕES DE MULHERES NEGRAS PIAUIENSES NA REVISTA**  
***REVESTRÉS: UMA ABORDAGEM CRÍTICA INTERSECCIONAL***

**TERESINA – PI**  
**2024**

**FRANCISCO RENATO SAMPAIO DA SILVA**

**REPRESENTAÇÕES DE MULHERES NEGRAS PIAUIENSES NA REVISTA  
*REVESTRÉS*: UMA ABORDAGEM CRÍTICA INTERSECCIONAL**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação — PPGCOM da Universidade Federal do Piauí — UFPI.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Processos comunicacionais.

LINHA DE PESQUISA: Mídia e produção de subjetividade.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Fortes Said

**TERESINA – PI**

**2024**

## FICHA CATALOGRÁFICA

S586r SILVA, Francisco Renato Sampaio da

Representações de mulheres negras piauienses na revista Revestrés: uma abordagem crítica interseccional / Francisco Renato Sampaio da Silva. Teresina, 2024.

173 p. ; il.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Piauí – UFPI.

1. Mulheres Negras. 2. Interseccionalidade. 3. Representação Midiática. 4. Identidade.  
Título. I. Silva, Francisco Renato Sampaio da. II. Said, Gustavo Fortes.

CDD 305.42

**FRANCISCO RENATO SAMPAIO DA SILVA**

**REPRESENTAÇÕES DE MULHERES NEGRAS PIAUIENSES NA REVISTA  
*REVESTRÉS*: UMA ABORDAGEM CRÍTICA INTERSECCIONAL**

Dissertação submetida à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Piauí — PPGCOM/UFPI, como parte de requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em: 22 / Maio / 2024



---

Orientador

Prof. Dr. Gustavo Fortes Said PPGCOM (UFPI)



Documento assinado digitalmente

MONALISA PONTES XAVIER

Data: 27/05/2024 21:40:11-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Avaliadora Interna

Profa. Dra. Monalisa Pontes Xavier PPGCOM (UFPI)



---

Avaliadora Externa

Profa. Dra. Maria Dione Carvalho de Moraes PPGPP (UFPI)

*A Deus, a minha família, em especial ao meu Pai, Miguel Ernesto da Silva, por sempre acreditar em um mundo melhor, a minha mãe, Sinhá, pela determinação em sua missão de sempre nos proteger, ao meu irmão, Miguel Filho e minha irmã, Maria de Lourdes, a minha esposa, Ozana Vieira, pelo incentivo e confiança, ao meu filho, Arthur Miguel, por acreditar que todo esforço recompensa.*

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. **Gustavo Said**, pela confiança e liberdade científica que sempre depositou em meu trajeto de pesquisa. Suas contribuições foram singulares no entendimento epistémico do meu objeto de estudo. Obrigado por entender meus limites e desejos de pesquisa, sem sua orientação nada disso seria possível. Fica a minha admiração e respeito pelo trato profissional que conduziu meu tracejo de pesquisa. À professora Dra. **Dione Morais**, que durante a disciplina, Tópicos de cultura, identidade e processos sociais, ministrada no PPGPP, com uma maestria, calibrou minha bússola direcionando-me rumo ao caminho da interseccionalidade, nada seria possível sem a sua guiada. Aos professores do PPGCOM – UFPI toda a minha admiração e respeito pelo profissionalismo que conduzem o programa, fica meu agradecimento pela oportunidade das portas que se abriram a um forasteiro que ansiava por um lugar de pesquisa. Em especial aos professores **Paulo Fernando; Gustavo Silvano; Laura Lomas; Monalisa Xavier; Livia Nery; Marta Queiroz; Juliana Teixeira; Nilsangela Cardoso**. À minha turma de mestrado 2022 – 2024, obrigado por permitirem que extraísse para minha caminhada de pesquisa um pouco de cada conhecimento, experiências, histórias, choros, risos, desejos, sonhos, angústias, autores, livros, filmes, REVISTA *REVESTRÉS*, séries, etc. Em especial, ao meu colega e amigo **André Gonçalves**, que sempre acolheu minhas incansáveis solicitações de PDFs da revista *REVESTRÉS*, sem vocês, a caminhada seria mais difícil. A Universidade Estadual do Piauí – **UESPI**, pelo apoio no desenvolvimento da minha pesquisa. Aos **Professores** e **Alunos** do curso de Biblioteconomia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, dedico todo o meu trabalho a cada um de vocês. Ao centro universitário **UNINOVAFAPI**, pela confiança e disponibilidade do tempo para dedicar-me ao estudo. Aos meus pais, **Miguel** e **Sinhá**, minhas duas maiores inspirações, sei que não posso parar o tempo, mas uma parte do meu coração bate sempre com os seus. A meus irmãos, **Miguel Filho** e **Maria de Lourdes**, meus dois alicerces de sustentação para que eu sempre consiga seguir de pé. À minha esposa, **Ozana Vieira**, por entender minhas angústias e ausências nos longos tempos de estudo, leituras e diálogos solitários. Ao meu filho, **Arthur Miguel**, sem ele nada faria sentido e, muito menos, objetivo. Você é a minha fonte de energia infinita. E por fim, agradeço a **DEUS**, aquele que permitiu que chegasse até aqui, meu muito obrigado pela sabedoria em entender que servimos sempre a um propósito.

*“Aprender, pra mim, é uma pergunta permanente.”*  
*“Quando você compartilha o saber, o saber só cresce.”*

Antonio Bispo dos Santos (1959 – 2023)  
(Nêgo Bispo)

## RESUMO

O estudo aborda a representação de mulheres negras piauienses, homenageadas pela revista *Revestrés* por meio de uma abordagem crítica interseccional. O objetivo geral da pesquisa é descrever como o conteúdo publicado nessas edições traduz, sob a abordagem interseccional, a relação entre os marcadores de diferença, raça e gênero na construção identitária de mulheres negras piauienses. A abordagem interseccional visa compreender a complexidade das experiências de opressão vivenciadas por mulheres negras. Os objetivos específicos: (a) identificar como se revela no conteúdo publicado pela revista *Revestrés* as identidades das mulheres negras piauienses sob a perspectiva dos marcadores de diferença, raça e gênero; (b) evidenciar como o processo de construção identitária possibilita às mulheres homenageadas espaços críticos de fala na luta contra os estereótipos de raça e gênero; (c) entender a relação entre a equidade de gênero nos colaboradores e o conteúdo das edições, afetam para possíveis posicionamentos que atentem contra as práticas de racismo estrutural nas mulheres negras homenageadas. A pesquisa utiliza como metodologia a análise de conteúdo Bardin (2000). Ao focar na revista *Revestrés* e em suas homenagens às mulheres negras piauienses, o estudo contribui para uma maior compreensão das representações, vivências e desafios enfrentados por mulheres negras, destacando sua importância na luta contra o racismo e o sexismo. A abordagem interseccional proporciona uma perspectiva permitindo que se compreenda como a interação complexa entre diferentes sistemas de representação midiática influenciam a construção da identidade de mulheres negras piauienses. O presente estudo tratou com a percepção de que, ainda, há diversas questões a serem problematizadas, especialmente, no contexto da mídia, da representação e do feminismo negro. Portanto, que os estudos futuros sobre as representação midiática adotem abordagens baseadas na interseccionalidade, buscando analisar como esses fenômenos manifestam-se no contexto específico do Piauí.

Palavras-chave: Mulheres negras; Interseccionalidade; Representação midiática; Identidade.



## **ABSTRACT**

The study addresses the representation of Black women from Piauí, honored by the magazine *Revestrés* through an intersectional critical approach. The overall objective of the research is to describe how the content published in these editions translates, under the intersectional approach, the relationship between difference markers, race, and gender in the identity construction of Black women from Piauí. The intersectional approach aims to understand the complexity of the oppression experiences faced by Black women. The specific objectives are: (a) to identify how the identities of Black women from Piauí are revealed in the content published by the magazine *Revestrés* from the perspective of difference markers, race, and gender; (b) to highlight how the identity construction process enables honored women to have critical spaces for speaking out against race and gender stereotypes; (c) to understand the relationship between gender equity among contributors and the content of the editions, affecting possible positions that address structural racism practices against the honored Black women. The research methodology used is Bardin's content analysis (2000). By focusing on *Revestrés* magazine and its honors to Black women from Piauí, the study contributes to a better understanding of the representations, experiences, and challenges faced by Black women, highlighting their importance in the fight against racism and sexism. The intersectional approach provides a perspective that allows us to understand how the complex interaction between different systems of media representation influences the construction of the identity of Black women from Piauí. This study dealt with the perception that there are still many issues to be problematized, especially in the context of media, representation, and Black feminism. Therefore, future studies on media representation should adopt intersectionality based approaches seeking to analyze how these phenomena manifest in the specific context of Piauí.

**Keywords:** Black women; Intersectionality; Media representation; Identity.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 SOBRE PROCESSOS DE CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DE MULHERES NEGRAS NAS RELAÇÕES COM O FEMINISMO E COM A PERSPECTIVA INTERSECCIONAL .....</b>	<b>30</b>
2.1 Mulheres Negras e a problemática teórico-conceitual e política das identidades.....	32
2.2 Movimento feminista até os anos 1970: a mulher como identidade de gênero, e gênero como diferença sexual.....	38
2.3 O movimento feminista a partir dos anos 1980: gênero para além da diferença sexual .....	45
2.4 Perspectiva interseccional do feminismo negro: uma mirada abrangente .....	49
2.5 Ecos do Feminismo negro e da perspectiva interseccional: re-existência de mulheres negras piauienses na mídia ?.....	62
<b>3 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL, REEXISTÊNCIA E LUGAR DE FALA DAS MULHERES NEGRAS NA MÍDIA .....</b>	<b>67</b>
3.1 Representação social das mulheres negras: análise crítica e desafios contemporâneos .....	68
3.2 Mídia e lugar de fala da Mulher Negra: desconstruindo estereótipos e ampliando narrativas.....	75
<b>4 PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>82</b>
4.1 Fase de Pré-Análise .....	87
4.2 Exploração das Unidades de Análise (UA) .....	88
4.2.1 Unidade de Análise — Capas das Edições .....	96
4.2.2 Unidade de Análise — Temas das Entrevistas .....	110
4.2.3 Unidade de Análise — Colaboradores das Edições.....	114
4.2.4 Unidade de Análise — Temas das Reportagens .....	116
<b>5 ANÁLISE, DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....</b>	<b>120</b>
5.1 Maria de Inglaterra.....	121
5.1.1 Análise da edição Maria da Inglaterra .....	123

Análise da capa da edição .....	124
Colaboradores da Edição .....	128
Temas da Entrevista .....	129
Temas da Reportagem.....	130
5.2 Esperança Garcia .....	133
5.2.1 Análise da edição Esperança Garcia .....	137
Capa da Edição .....	139
Colaboradores da Edição .....	140
Tema da Entrevista.....	142
Temas da Reportagem.....	144
5.3 Francisca Trindade.....	147
5.3.1 Análise da edição Francisca Trindade .....	149
Análise da Capa .....	151
Colaboradores da Edição .....	152
Tema da Entrevista.....	154
Tema da Reportagem .....	156
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>160</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>166</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No contexto da pesquisa em curso sobre a representação social de mulheres negras na mídia, é imperativo considerar o meu lugar de fala como homem branco, cis, professor universitário e casado. Trago para esta pesquisa uma citação da obra de Spivak — *Pode o subalterno falar?* (2010), onde a autora argumenta que não seria viável falar em nome da mulher negra<sup>1</sup>. No entanto, ela destaca a oportunidade de engajarmos solidariamente na luta contra as diversas formas de subalternização — racismo e sexismo<sup>2</sup>.

Dessa forma, essas identidades moldam minha perspectiva e influenciam minha forma de perceber e interpretar as representações das mulheres negras nas mídias, incluindo o objeto de estudo desta pesquisa, a revista *Revestrés*. Como homem branco, tenho diversos privilégios que podem influenciar minhas percepções e análises. Tenho plena consciência de que a minha experiência de vida é significativamente distinta daquela das mulheres negras, sujeitas a estereótipos e discriminação racial sistemática. Como pesquisador, reconheço que tenho a responsabilidade de contribuir para amplificar vozes silenciadas e desafiar narrativas opressivas. Assim, o presente estudo adota uma abordagem reflexiva e crítica, reconhecendo as limitações inerentes ao meu ponto de vista e lugar de fala. Além disso, procuro analisar de forma objetiva as representações de mulheres negras piauienses na revista *Revestrés*, a fim de contribuir para uma compreensão mais aprofundada das complexidades envolvidas nas representações midiáticas de mulheres negras piauienses na mídia.

Segundo bell hooks, o engajamento como defensor de políticas feministas não decorre automaticamente do fato de alguém ter nascido do sexo feminino. Da mesma forma que ocorre com todas as posições políticas, a adesão a políticas feministas é uma escolha e uma ação consciente. Além disso, a distinção reside no fato de que, devido ao sexismo, os homens historicamente se beneficiaram mais do que as mulheres, tornando-se menos propensos a abdicar dos privilégios associados ao patriarcado.

De fato, define hooks (2019) que a sensibilização feminista entre os homens é tão crucial para o movimento feminista revolucionário quanto os esforços dirigidos às mulheres. Se houvesse uma ênfase em grupos para homens, focados em educar meninos e homens sobre a natureza do sexismo e como ele pode ser transformado, teria sido mais difícil para a mídia de massa retratar o movimento feminista como anti-homem. Segundo a autora, o movimento

---

<sup>1</sup> Aqui a expressão *mulher negra* em substituição ao termo *subalterno* utilizado pela autora Spivak na obra — *Pode o subalterno falar?* publicada em 2010.

<sup>2</sup> O uso nesta pesquisa de uma abordagem interseccional com os marcadores de diferença raça e gênero.

feminista do futuro impedirá esse equívoco. Assim, sem a colaboração e apoio masculino na luta, o progresso do movimento feminista ficará comprometido. É imprescindível empregar esforços significativos para corrigir a crença, de que o feminismo é anti-homem. “O feminismo é, na verdade, um movimento antissexista” (Hooks, 2019, p. 27).

Assim, no contexto desta pesquisa, é fundamental adotar uma abordagem interseccional como estrutura teórico-política para analisar a construção identitária das mulheres negras na mídia, especialmente, ao considerar os marcadores de diferença, raça e gênero. A interseccionalidade permite uma compreensão mais profunda das complexas interações entre os diferentes sistemas de opressão, como o racismo, o sexismo e o classismo, e como esses sistemas se entrelaçam para moldar as experiências das mulheres negras. Ao aplicar essa lente analítica, posso examinar de maneira precisa como as representações na revista *Revestrés* são moldadas, ou não, pela interseção entre raça e gênero.

Contudo, a abordagem interseccional é crucial para evitar o apagamento das vozes das mulheres negras na pesquisa. Ao reconhecer e valorizar as experiências multifacetadas dessas mulheres, pode-se evitar generalizações simplistas e estereótipos prejudiciais. Além disso, essa perspectiva permite destacar as formas únicas de resistência e resiliência das mulheres negras diante das adversidades, desafiando, assim, as narrativas dominantes que historicamente marginalizaram essas vozes. Dessa forma, a interseccionalidade não apenas enriquece a análise teórica, mas também, contribui para uma representação inclusiva das mulheres negras na mídia, ajudando a romper com o ciclo de estigmatização e invisibilidade que muitas vezes as afeta.

Outrossim, a construção da identidade de mulher negra é tema complexo e multifacetado, inclusive, sendo moldado e influenciado pelos meios diversos de comunicação presentes nas sociedades modernas. Desde as primeiras representações das mulheres negras na mídia, até as representações contemporâneas, o processo de construção da identidade negra feminina tem sido marcado pelo racismo estrutural, por estereótipos, marginalização e desigualdades que interseccionam raça, gênero e classe social. No entanto, é importante considerar a existência de meios de comunicação que conseguem desafiar as narrativas dominantes e abrir caminhos para outras formas de representação de mulheres negras, para além das estereotípias. Mas, como afirma Biroli (2011), são significativas as assimetrias<sup>3</sup> no campo midiático.

---

<sup>3</sup> Segundo a autora Flávia Biroli, sendo os meios de comunicação considerados como ferramentas de uma ordem social desigual, veiculando informações e perspectivas uniformes que reforçam as visões dominantes, é possível enxergá-los como difusores proeminentes de estereótipos. Sob essa perspectiva, eles atuariam como promotores de estereótipos que legitimam ou constituem uma espécie de “caldo de cultura” para a própria dominação. (BIROLI, 2011)

Assim, a autora discute a reprodução de estereótipos no discurso jornalístico, analisando como a mídia perpetua representações limitadas das mulheres. Dentro desse contexto, a representação das mulheres negras emerge como um caso paradigmático. O estudo de Birolli destaca a importância de irmos além dos estereótipos ao retratar mulheres negras na mídia. A análise aponta para a necessidade de reconhecer a diversidade e complexidade das experiências das mulheres negras, desafiando, assim, as representações unidimensionais e homogêneas que frequentemente dominam o cenário midiático. Ao aprofundar-se em uma análise crítica das formas de representação, a autora ressalta a urgência de explorar narrativas que capturem a riqueza das identidades das mulheres negras, indo além das caricaturas e dos rótulos prejudiciais que historicamente as limitaram.

Ademais, Birolli (2011) oferece percepções valiosas sobre representações de mulheres negras na mídia, incentivando uma abordagem mais sensível e nuançada. Ao desafiar estereótipos, os estudos podem abrir espaço para narrativas diversas e inclusivas, promovendo a visibilidade de experiências variadas de mulheres negras. A discussão da autora ressalta a importância de quebrar as barreiras que restringem a representação dessas mulheres, permitindo uma compreensão mais rica de suas experiências. Dessa forma, ao transcender os estereótipos, essas percepções podem contribuir significativamente para a promoção da igualdade e justiça na mídia, desafiando normas prejudiciais e promovendo representações de mulheres negras em toda a sua diversidade.

Nessa última direção, representações de mulheres negras na mídia podem desempenhar um papel fundamental na construção de identidades sociais mais inclusivas e justas. Mas, por meio de uma análise crítica, revela-se, ainda, em uma sociedade racista como a brasileira, uma persistente ausência do reconhecimento da diversidade, e uma sub-representação desse grupo social. De fato, a mídia, em suas várias formas, continua a falhar em oferecer uma visão abrangente e complexa das representações das mulheres negras, sobretudo, por elas próprias. Programas de televisão, filmes, revistas e anúncios, frequentemente, tornam imperceptível a presença e as vozes das mulheres negras, perpetuando a invisibilidade de suas variadas formas de existência, e a sub-representação. Essa falta de representação equitativa, não apenas limita as oportunidades para as mulheres negras na luta pelo lugar de fala, mas também perpetua estereótipos prejudiciais, alimentando preconceitos arraigados na sociedade.

A autora, Grada Kilomba, ao abordar o conceito de “outridades<sup>4</sup>” em seu livro *Memórias*

---

<sup>4</sup> Na obra — *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano* Grada Kilomba (2019), desenvolve o conceito de “Outridades”, aborda, assim, a experiência de ser constantemente relegado a uma posição periférica e subalterna, destacando a complexidade das intersecções de raça e gênero na construção social das identidades.

*da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019, p. 30), enfatiza que, ao se discutir o racismo cotidiano, quando aplicado à mulher negra, é inevitável invocar um argumento típico da periferia. Isso deve-se ao fato de ela ocupar, simultaneamente, o duplo espaço das opressões de gênero e raça, sendo considerada a — outra da outra. A interseccionalidade destaca-se como uma abordagem transdisciplinar, aprimorando a “instrumentalidade teórico-metodológica da inseparabilidade estrutural de raça, classe e sexo”, como destacado por Carla Akotirene (2019, p. 19), essa forma visa abranger as diversas manifestações das subordinações às quais as mulheres negras estão sujeitas. Além disso, para Akotirene (2019) a ausência do reconhecimento da diversidade no que diz respeito à representação das mulheres negras na mídia, tem consequências significativas, que contribuem para a limitação nas percepções e compreensão dos públicos sobre a riqueza e a diversidade da experiência negra, especialmente, no Brasil.

Essas mulheres têm diferentes pontos de partida e experiências diversas, mas, como grupo social, em sociedades racistas, partem de um lugar invisibilizado e marginalizado, sendo que sua existência foi naturalizada como um lugar, não de fala, mas de subjugação, subalternização e silêncio, um não lugar. Dessa forma, teóricas como Carneiro (2003, 2019), Davis (2016) e Ribeiro (2017, 2019) destacam os marcadores que naturalizaram esse local social ocupado por mulheres negras e é a partir desse lugar que desejo falar, refletir e questionar sobre o objeto desta pesquisa.

Ao analisar as interconexões entre racismo, classe, gênero, sexualidade ou qualquer outro marcador de diferença, construído em nossos sistemas classificatórios, é crucial considerar a interseção dos diferentes tipos de discriminação e evitar reducionismos simplistas. É igualmente importante enfatizar a importância de considerar a subjetividade e a identidade para compreender a dinâmica de poder subjacente à diferenciação social.

Certamente, quando a diferença é concebida apenas como um indicador de oposições binárias, ela remete a uma perspectiva essencialista na determinação das identidades. O essencialismo estabelece a identidade como algo fixo, imutável, inato, resistente à passagem do tempo e à influência da história. Está ligado ao determinismo biológico e a um passado imaginado. Dessa forma, os indivíduos seriam pré-estabelecidos, pré-determinados, sem possibilidades de mudança.

O teórico Stuart Hall refere a distinção de Richard Dyer, entre “tipos” e “estereótipos” (Hall, 1997, p. 258), os primeiros como caracterizações que acionamos para atribuir significados, no âmbito dos nossos sistemas culturais classificatórios; os segundos, também, como classificações, porém, por meio de simplificações exageradas. Como tal, estereótipos

envolvem as seguintes operações: essencialização (ontologia); reducionismo (simplificação); naturalização (fixidez); e oposições binárias (ignora a complexidade) na representação de grupos humanos. Nessa direção, embora isto ocorra no campo da cultura, é uma forma de negar a própria cultura em sua complexidade marcada pela, não fixidez, não naturalização, e não normatizadora das diferenças e de papéis sociais.

De fato, o mundo social está intrinsecamente ligado a um universo simbólico, pelo qual as pessoas atribuem sentido e significado a ele. Embora, do ponto de vista da natureza, o conceito de raça não seja sustentável para discutir nossas diferenças, ainda assim, ele desempenha um papel indiscutível na vida social, nos sistemas classificatórios e como categoria política. As pessoas autopercebem-se, categorizam-se e são categorizadas como pertencentes a diferentes raças. Do ponto de vista sociológico, podemos dizer que raça é uma construção social. Em outras palavras, a cor, os cabelos, as formas de falar, o português ou (“pretuguês”<sup>5</sup> — como dito por Lélia Gonzáles), onde a raça de uma pessoa está associada tanto a marcadores biológicos, quanto a significados simbólicos atribuídos.

Além disso, a autora argumenta que o colorismo não apenas reflete, mas também, reforça as estruturas de poder existentes. Assim, a ocupação de posições privilegiadas nas estruturas de poder, muitas vezes, está diretamente ligada à tonalidade da pele, na qual, pessoas com pele mais clara são frequentemente favorecidas em detrimento de pessoas com tons de pele mais escuros. Esse fenômeno perpetua a exclusão de pessoas racializadas de pele mais escuras, de oportunidades e recursos, reforçando assim desigualdade sistêmica. Portanto, o conceito de colorismo, não apenas, ressalta as disparidades dentro das comunidades racializadas, mas também, chama a atenção para a necessidade de desafiar esses preconceitos internalizados e transformar as estruturas sociais para criar ambientes mais justos e equitativos, independentemente da tonalidade da pele.

Em suma, acreditar que a situação das afrodescendentes no Brasil, ao encontrarem-se nas camadas mais pobres da população, seja principalmente resultado da pobreza e do legado escravista, é ignorar o racismo estrutural, as opressões e os preconceitos decorrentes. De acordo com Sueli Carneiro, a sociedade brasileira é moldada pelo dispositivo de racialidade, uma construção social que estabelece uma “dualidade entre o positivo e o negativo, tendo a cor da pele como fator de identificação do normal, e a branquitude como sua representação” (Carneiro, 2005, p. 42).

De fato, a população brasileira é marcada historicamente por desigualdades raciais, que

---

<sup>5</sup> O conceito “pretuguês”, termo criado para pensar a formação da identidade cultural brasileira por meio das palavras provenientes de idiomas africanos. (GONZALEZ, 2020)



manifestam-se em diferentes aspectos da vida social, como na saúde, na educação, no mercado de trabalho e na violência. Dentre os grupos mais vulneráveis, destacam-se as mulheres negras, que enfrentam desafios e obstáculos específicos em sua trajetória. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao ano de 2021, a população negra no Brasil representa cerca de 56,2% da população total do país, ou seja, mais de 118 milhões. A região Nordeste foi a que apresentou a maior proporção de indivíduos que se autodeclararam negros e negras, com 11,4%. Em seguida, vêm as regiões Sudeste (9,6%) e Centro-Oeste (8,7%). No que se refere à distribuição por estado, a Bahia (21,5%) e o Rio de Janeiro (14,2%) são aqueles com maior concentração de pessoas negras. Já as pessoas que se declaram pardas têm maior presença nas regiões Nordeste (63,1%) e Centro-Oeste (55,8%), enquanto as que se declaram branca, concentram-se mais nas regiões Sul (75,1%) e Sudeste (50,7%). Os dados parciais do censo IBGE de 2022, apresentam cerca de 1.327 milhões de quilombolas. Essa porcentagem inclui pessoas que se autodeclararam pretas e pardas.

No contexto brasileiro, nossa noção proveniente de cor está associada à ideia de raça, de modo que raça e cor confundem-se e desempenham papel relevante na ocupação de posições nas estruturas de poder. O conceito de colorismo, como proposto por Devulsky (2021), lança luz sobre a intrincada relação entre raça, cor e poder. No contexto do colorismo no Brasil, a cor da pele torna-se uma variável crucial que influencia diretamente a maneira como as pessoas são percebidas e tratadas na sociedade. A autora destaca como as nuances da tonalidade da pele podem desencadear diferentes formas de discriminação e privilégio em uma mesma comunidade racial. Este fenômeno, não apenas evidencia as complexidades das hierarquias raciais, mas também, ilustra como os padrões estéticos eurocêntricos podem afetar a avaliação de valor e potencial de uma pessoa.

Assim, ao explorar o limbo identitário enfrentado pelas pessoas pardas no Brasil, Gomes (2019) destaca a ambiguidade e as contradições inerentes às categorizações raciais no país. O autor revela como o termo pardo é frequentemente subestimado e mal compreendido, levando a uma falta de reconhecimento das experiências únicas vividas por esses indivíduos. E argumenta, convincentemente, que a ambiguidade da identidade parda resulta em um desafio constante de pertencimento, afetando, não apenas, a autoestima dos indivíduos, mas também suas oportunidades sociais e econômicas.

Além disso, Gomes (2019) oferece uma crítica profunda ao conceito de raça e as limitações das categorias raciais tradicionais no Brasil. O autor desafia a ideia de uma identidade racial fixa e demonstra como a autodeclaração e o reconhecimento das nuances individuais são essenciais para uma compreensão precisa da identidade racial. Assim, também

explora a relação entre raça e poder, argumentando que a categorização racial têm implicações diretas nas oportunidades sociais e políticas disponíveis para as pessoas pardas. Ao destacar as complexidades do limbo identitário-racial, oferece uma contribuição significativa para os debates sobre racismo e discriminação no Brasil, incentivando uma reflexão mais profunda sobre as estruturas sociais que perpetuam as desigualdades raciais no país. Certamente, quanto se apontam para a população feminina negra no Brasil, esta corresponde a aproximadamente 28,4% da população brasileira, representando cerca de 59,3 milhões de pessoas. Esses números mostram a importância de discutir e combater o racismo estrutural e a discriminação nas representações de gênero que afetam as mulheres negras no país.

De fato, a representação de mulheres negras nos meios de comunicação e, mais especificamente, em revistas, é tema que tem ganhado cada vez mais visibilidade nas últimas décadas. Durante muito tempo, mulheres negras foram sub-representadas e estereotipadas na mídia brasileira, com suas histórias, lutas e conquistas sendo frequentemente ignoradas ou apagadas. No entanto, a partir dos anos 1990, houve um aumento na produção de conteúdos que buscavam dar maior visibilidade e protagonismo às mulheres negras na mídia, especialmente, as revistas femininas. Segundo Carneiro (2003), essa mudança foi impulsionada pelo posicionamento das ações dos movimentos negro e feminista, que lutaram por uma representação mais justa e diversa das mulheres negras nos meios de comunicação.

No Brasil, no contexto histórico da ditadura militar, em 18 de junho de 1978, surgiu uma das mais importantes organizações de resistência do país, o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial. O primeiro ato público deste movimento ocorreu em sete de julho do mesmo ano, com uma manifestação nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Posteriormente, o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial simplificou seu nome para Movimento Negro Unificado (MNU). Desde a sua fundação, o MNU incluiu as demandas das mulheres negras em sua agenda, reconhecendo a singularidade de suas experiências. Por exemplo, no ano de 1978, em São Paulo, o movimento realizou uma manifestação para denunciar a discriminação enfrentada por mulheres negras.

Diante disso, a partir das preocupações e questionamentos dessas mulheres, surgiu um novo ator político no cenário nacional dos movimentos sociais: o Movimento de Mulheres Negras. Esse movimento trouxe consigo demandas e posições específicas, revelando uma força política que antes estava invisibilizada.

Esse novo olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica de ser

mulher negra. O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantada pelo movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo, de um lado, as reivindicações das mulheres tornando as assim mais representativas do conjunto de mulheres brasileiras, e, por outro lado, promove a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (Carneiro, 2003, n.17, p.117-132).

Assim, em relação à participação das mulheres negras no MNU, frequentemente, observa-se que as ativistas negras também se envolviam em outras frentes, como o Movimento Feminista e o emergente Movimento de Mulheres Negras, a partir dos anos 1980. Esse movimento surge com preocupações e demandas que precediam sua fundação, já presentes nos discursos de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, precursoras do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras durante os anos 1980. É importante ressaltar o início da retomada das lutas antirracistas, destacando a manifestação ocorrida em sete de julho de 1978 como um marco significativo. Nesse contexto, a voz de Lélia Gonzalez foi fundamental ao levantar uma demanda que até então não havia sido considerada, dando origem a um novo ator político que reafirmava a identidade da mulher negra como sujeito político.

Segundo Gonzalez (1988), o racismo é uma ideologia se baseia pela crença na inferioridade racial de determinados grupos, a qual tem sido construída e reproduzida no Brasil historicamente. A autora destaca que, ao contrário do que se acredita, o Brasil não é uma “democracia racial<sup>6</sup>”, uma sociedade onde não existiria discriminação racial, e todas as raças e etnias viveriam harmoniosa e igualmente integradas. Este conceito foi amplamente difundido e defendido no Brasil como uma característica positiva da sociedade brasileira, por autores Gilberto Freire, especialmente durante o século XX, como uma maneira de afirmar a inexistência de um racismo estrutural no país. Assim, a autora enfatiza que o racismo no Brasil é interseccional, ou seja, está entrelaçado com outras formas de opressão, como o sexismo e a homofobia. A autora argumenta que mulheres negras são particularmente afetadas por essa interseccionalidade, sofrendo com a violência, o racismo e o sexismo simultaneamente.

Além disso, Gonzalez (1988) afirma que o racismo no Brasil é estrutural, ou seja, está enraizado nas instituições, práticas e nos discursos da sociedade brasileira. Como tal, é perpetuado pela mídia, pelo sistema educacional, pela política e pela cultura popular, entre

---

<sup>6</sup> Lélia Gonzalez argumentava que a democracia racial era uma ilusão que perpetuava o mito da igualdade, enquanto as estruturas sociais mantinham a população negra em uma posição subalterna, enfrentando discriminação e exclusão em vários aspectos da vida, incluindo educação, emprego e acesso a serviços. (GONZALEZ, 1988)

outros, sendo necessário um esforço coletivo para combatê-lo. Para Lélia Gonzalez, a luta contra o racismo deve envolver, não apenas, a denúncia das injustiças e desigualdades, mas também, a valorização e o fortalecimento representativo da cultura afro-brasileira, a promoção da autoestima e da dignidade de afrodescendentes e a construção de novas formas de organização social e política que sejam verdadeiramente democráticas e inclusivas.

No artigo de 1992 “Black Women's Lived Experiences and the Politics of Representation in the Media”, a autora Kimberlé Crenshaw ressalta a necessidade de uma representação justa e completa das mulheres negras na mídia. Embora tenha havido algumas mudanças, ainda há muito a ser feito. Kimberlé defende que as mulheres negras devem ter mais controle sobre sua representação, e que a mídia deve buscar promover uma maior diversidade. A autora enfatiza a importância da interseccionalidade na compreensão das experiências complexas dessas mulheres representadas.

Nesse contexto, pensar as marcações que intersectam a construção das identidades na contemporaneidade é percorrer caminhos descontínuos e complexos, de múltiplas categorias e definições. Kimberlé Crenshaw, em seus trabalhos sobre o uso da abordagem interseccional, promoveu uma reflexão sobre como a sociedade está diretamente relacionada com o preconceito não só de raça, mas de gênero.

[...] o conceito adquire significado especial, pois as relações de gênero e raça, cada vez mais, são reconhecidas como estruturantes das desigualdades sociais. Uma compreensão crítica desses processos que interrelacionam torna-se indispensável para uma melhor reflexão e atuação dos diversos segmentos da sociedade que buscam consolidar a democracia a partir da redução das desigualdades de gênero e raça (Crenshaw, 2002, p. 4).

Certamente, a reflexão sobre as ações de mulheres negras contra racismo e sexismo, datam de antes da criação por Kimberlé Crenshaw do termo. Desde o discurso da ativista negra Sojourner Truth abolicionista e ativista dos direitos das mulheres afro-americanas, na primeira Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres nos Estados Unidos, em 1852, aos movimentos nacionais das mulheres negras que atuavam tanto no movimento feminista, quanto no movimento negro. Com isso, antecipadamente, Sojourner Truth já denunciava o que foi posteriormente nomeado como uma discriminação interseccional, voltaremos a ao tema mais detalhadamente no capítulo 2 em processos de construções identitárias de mulheres negras na literatura das relações que trata do tema com feminismo e com a perspectiva interseccional.

Segundo Lugones (2005), as feministas negras evidenciaram o que se revela em termos de dominação e exploração violentas de raça, gênero e classe. Uma vez que, a perspectiva

epistemológica concentra-se na intersecção desses marcadores de diferença, raça, gênero e classe, devem ser vistos como inextricavelmente entrelaçados ou fundidos, para só assim, podermos realmente compreender a existência da discriminação estrutural que sofrem as mulheres negras. A partir das mediações epistemológicas propostas por autoras como bell hooks, que enfatiza a importância de uma análise crítica da cultura hegemônica, e Patricia Hill Collins, que introduz o conceito de matriz de dominação para elucidar a interconexão das diversas formas de opressão, é possível identificar com maior precisão as nuances das experiências das mulheres negras.

Desse modo, o reconhecimento das mulheres negras como cidadãs políticas implica na valorização de sua experiência única e das perspectivas que elas trazem para os debates e decisões que afetam a sociedade na totalidade. Isso inclui questões como representatividade política e cultural, participação nos movimentos sociais, formulação de políticas públicas e defesa dos direitos humanos. No entanto, é possível modificar essas representações, uma vez que, todos os nossos preconceitos, sejam eles raciais, de gênero, étnicos ou de qualquer outra natureza, só podem ser superados por meio da mudança de nossas representações sociais (Moscovici, 2015; Hall, 2016), portanto, Stuart Hall argumenta que a cultura e a mídia estão intrinsecamente entrelaçadas, desempenhando papéis importantes na construção e transformação das identidades individuais e coletivas. O autor destaca como a mídia não apenas reflete a cultura existente, mas também, a molda, influenciando a maneira como as pessoas percebem o mundo ao seu redor e, por sua vez, como percebem-se dentro dessa cultura.

Além disso, Hall (2016) discute o papel da mídia na construção do imaginário social e na produção de significados compartilhados, destacando como os meios de comunicação desempenham papel fundamental na produção de narrativas e representações que influenciam as atitudes e crenças das pessoas. Ao analisar como as mensagens são codificadas e decodificadas, Stuart Hall enfatiza que a mídia não estão apenas veículos de informação, mas também, um espaço onde significados são constantemente negociados e reinterpretados. Nesse sentido, a relação entre mídia e cultura é dinâmica, refletindo e moldando as mudanças sociais e culturais ao longo do tempo.

De fato, a mídia desempenha papel significativo na construção de percepções e atitudes sociais, e a representação da mulher negra não é uma exceção. O modo como mulheres negras são retratadas na mídia podem influenciar a maneira como são percebidas e como as questões relacionadas à igualdade de gênero e racial são compreendidas. Assim, evidencia-se que a exposição das pessoas a representações negativas ou estereotipadas pode levar à internalização dessas imagens e à formação de atitudes negativas em relação a determinado grupo social.

Por outro lado, a exposição a representações positivas e empoderadoras pode desafiar estereótipos, promover a valorização da diversidade e contribuir para a construção de atitudes mais inclusivas e igualitárias. Além de influenciar percepções e atitudes individuais, a representação de mulheres negras na mídia também desempenha um papel na formação das atitudes coletivas e nas discussões sociais. A maneira como os meios de comunicação retratam a mulher negra, afetam as narrativas dominantes e os discursos públicos sobre questões como igualdade de gênero, igualdade racial e inclusão social.

Durante o século XIX, a representação midiática das pessoas negras na cultura brasileira era escassa e, quando presente, era inadequada. As produções literárias e jornalísticas da época ilustram essas representações negativas. Em seu livro, *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo ao final do século XIX*, publicado em 1987, Lília Moritz Schwarcz, expõe que os anúncios de pessoas escravizadas nos jornais variavam entre aluguel, compra, venda, leilão, depósitos e fugas. Entretanto, quando se tratava de mulheres, a quantidade de anúncios de fuga era inferior em relação aos dos homens. Quando havia anúncios, as mulheres eram descritas como “meigas ou servis”, sugerindo, em alguns casos, uma relação íntima entre o senhor e sua cativa (Schwarcz, 2017, p.140). Mesmo nesses anúncios, mulheres eram consideradas inferiores em relação aos homens, como evidenciado pela gratificação oferecida pela captura de uma mulher, que era menor do que a oferecida por um homem.

Certamente que ao explorar essas representações, Lília Schwarcz oferece uma perspectiva crucial sobre a história do racismo no Brasil, destacando como a mídia desempenhou um papel significativo na construção e consolidação de narrativas racistas, em especial no que tange às mulheres negras. Suas análises revelam, não apenas, a profundidade das raízes do racismo no país, mas também, a importância de confrontar essas representações históricas para dismantelar os estereótipos persistentes e trabalhar em direção a uma representação mais equitativa e inclusiva das pessoas racializadas na mídia atual.

No contexto das revistas, a teoria do mito da democracia racial de Lélia Gonzalez sugere que a representação da mulher negra pode ser limitada e estereotipada, uma vez que, os valores e padrões de beleza brancos tendem a ser considerados universais e desejáveis pela mídia e pela sociedade em geral. Nesse sentido, a mulher negra pode ser vista como “diferente” ou “exótica”, o que reforça a ideia de que ela não é “normal” ou “padrão”. A teoria de Lélia Gonzalez também destaca a importância da luta contra o racismo e o sexismo, pela igualdade racial. Nessa direção, a representação das mulheres negras em revistas pode ser uma oportunidade para promover a diversidade e a inclusão, valorizando a cultura afrodescendente e reconhecendo o papel fundamental das mulheres negras.

Assim, torna-se importante investigar como as mulheres negras estão sendo representadas na mídia, uma vez que, a visibilidade nos meios de comunicação é fator essencial para a construção de reconhecimento e capital simbólico. No entanto, é notável a sub-representação das mulheres negras, sendo elas mais frequentemente utilizadas como fonte de informações em pautas consideradas femininas, ou quando se trata de personagens populares, independentemente de sua competência específica. Essa dinâmica contribui para a manutenção das mulheres negras em posição periférica na sociedade.

Dessa maneira, a pesquisa que deu origem a esta dissertação partiu de algumas questões norteadoras, como: ao homenagear mulheres negras piauienses, a revista *Revestrés* contribui para a valorização e a visibilidade das identidades negras? Ao mesmo tempo, destaca especificidades das experiências de serem mulheres negras em uma região específica do país? A revista *Revestrés* atenta-se a uma abordagem interseccional que permite compreender como a interseção dos marcadores de diferença, raça e gênero afetam a construção identitária das mulheres negras, como dimensões essenciais em suas experiências de vida? A revista *Revestrés*, ao evidenciar exemplos de mulheres negras que se destacam em diferentes áreas e são modelos positivos para outras mulheres negras, torna possível identificar, pela abordagem interseccional, como a construção identitária das mulheres negras são influenciadas por aspectos como a autoimagem, voz própria e reconhecimento social?

Assim, a partir dessas questões norteadoras, a pesquisa focou-se em responder ao seguinte questionamento: como o conteúdo publicado nas edições da revista *Revestrés* com homenagens às mulheres negras piauienses traduz, do ponto de vista da abordagem interseccional, a relação entre os marcadores de diferença, raça e gênero, na construção identitária das mulheres negras?

Suponho, como pressuposto inicial, que ao escolher homenagear mulheres dentre as quais, mulheres negras, a revista *Revestrés* demonstra, em sua linha editorial, certo interesse em marcadores de diferença, raça e gênero, para além da lógica do racismo estrutural e do padrão mercadológico editorial dominante. Assim, apresenta em seu conteúdo representações identitárias de mulheres negras, de modo a permitir uma reflexão a partir da abordagem interseccional. Com base no exposto, suponho ainda que nas relações dos conteúdos publicados nas edições com homenagens a mulheres negras piauienses, a revista *Revestrés* contribua para que se propaguem novas formas de representar essas mulheres como sujeitas sociais de direitos capazes de construir suas próprias pautas de reivindicações na luta contra estereótipos de gênero e raça presentes na matriz colonial moderna. Além disso, a pressuposição de que esta opção da revista *Revestrés* reflita avanços das lutas feministas em geral, e do feminismo negro, em

particular.

A partir dos aportes teóricos que envolvem os estudos sobre construção identitária pelo uso de marcadores de diferença por meio de uma abordagem interseccional, o questionamento temático da pesquisa acima apresentado, coaduna-se com o seguinte objetivo geral: descrever de que modos o conteúdo publicado nas edições da revista *Revestrés* com homenagens às mulheres negras piauienses traduz na perspectiva da abordagem interseccional a relação dos marcadores de diferença, raça e gênero na construção identitária de mulher negra. E os objetivos específicos: (a) identificar se revela no conteúdo publicado pela revista *Revestrés* as identidades das mulheres negras piauienses sob a perspectiva dos marcadores de diferença, raça e gênero; (b) evidenciar como o processo de construção identitária possibilita às mulheres homenageadas espaços críticos de fala na luta contra os estereótipos de raça e gênero; (c) identificar como a relação da equidade de gênero nos colaboradores das edições e as mulheres negras piauienses homenageadas, apontam para possíveis posicionamentos que atentem contra as práticas de racismo estrutural.

Constituímos o aporte teórico para um aprofundamento temático que permita um questionamento na construção das identidades de mulheres negras piauienses pelo conteúdo publicado em um veículo de comunicação escrita, especificamente, a revista *Revestrés*. Assim, a interseccionalidade poderá proporcionar lentes sugestivas para examinar o que poderia perder-se na tradução dessas identidades em situações de ideias deslocadas entre diferentes comunidades de interpretação, com diferentes níveis de poder. Na pesquisa, a abordagem é fundamentada em autores e estudos sobre Identidades, tais como Babha (2007) e Hall (2000, 2006); representação social, com base em Moscovici (2015); estudos decoloniais, incluindo Lugones (2005, 2014), Quijano (2005), Mignolo (2017); Interseccionalidade, gênero, raça e racismo, com base em Davis (2016), Akotirene (2019), Crenshaw (2004), Gonzalez (1988, 2018, 2020), Ribeiro (2017), Carneiro (2011), Collins & Bilge (2016), dentre outras e outros.

Como afirmado por Pierre Bourdieu no artigo, “*O campo científico*” de 1983, a ideia de uma ciência neutra é uma ficção, e esta ficção é sempre permeada por interesses particulares. Segundo o autor, aqueles que detêm privilégios sociais têm uma motivação para criar mecanismos que sustentem esses privilégios, seja por meio da ciência, da arte ou da educação. A autora, Lélia Gonzalez, intelectual e feminista negra, aborda essa dinâmica em suas obras, questionando à ciência moderna como único padrão válido para a produção de conhecimento. A autora critica a hierarquização dos saberes, percebendo-a como um produto da classificação racial da população, uma vez que, o modelo valorizado e universal é predominantemente branco.



Portanto, para atingir os objetivos propostos, esta dissertação concentrou-se em uma pesquisa, partindo da experiência/vivência experimental deste pesquisador, na aproximação ao objeto empírico de análise, a revista *Revestrés*, buscando contribuir com interpretações e dados relevantes para chegar-se a novas conclusões sobre o tema pesquisado. Segundo Bourdieu e Wacquant (1992) a teoria sem pesquisa empírica é vazia; a pesquisa empírica sem teoria é cega.

Em suma, a referida análise no conteúdo da revista *Revestrés* compreende abordagens quantitativa e qualitativa, e como esses conteúdos influenciam na construção identitária das mulheres negras homenageadas. Esta influência se estabelece ao relacionar as mulheres homenageadas com as representações dos conteúdos presentes nas capas das edições, bem como, será verificada a frequência com que determinadas formas de manifestação cultural aparecem, na abordagem quantitativa, parte-se na observação da proporcional equidade de gênero entre o número de colaborador/a participante a cada edição. Ao examinar a abordagem qualitativa, evidenciam-se inferências e interpretações sobre temas como racismo e sexismo presentes nas entrevistas e nas reportagens. Assim, torna-se possível estabelecer conexões dos conteúdos com a representação das mulheres negras homenageadas nas edições.

Para alcançar os objetivos deste estudo, foram escolhidas três edições específicas que prestaram homenagens a mulheres piauienses publicamente reconhecidas como negras: Maria da Inglaterra, Esperança Garcia e Francisca Trindade. Cada uma dessas mulheres, representando tanto o passado quanto o presente, será detalhadamente apresentada no quinto capítulo dessa dissertação.

Com base no exposto, a pesquisa justifica-se pela necessária e crescente discussão sobre os processos pelos quais as representações e suas identificações podem, interseccionar raça e gênero na construção identitária de mulheres negras em conteúdos midiáticos. Esse tema tem sido relevante no campo dos estudos de gênero e raça, com as identidades se cruzam em diferentes realidades e diferentes indivíduos, constituindo um amplo e rico campo de análise. Muitas lutas lideradas por comunidades racializadas (grupos negros, indígenas) apontaram para a importância da identidade na construção de sujeitos políticos e para as possibilidades de mudança que se abrem à medida que as identidades politizadas construídas moldam uma luta social mais ampla, sobretudo considerando que:

[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como sujeito unificado. Assim, a chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem

estável no mundo social (Hall, 2006, p. 9).

O teórico Stuart Hall (2006) oferece uma perspectiva sobre identidade do sujeito pós-moderno como um processo em constante transformação e remodelação. Segundo ele, a identidade não é fixa, mas sim, um fenômeno em constante movimento e mudança. O autor refere rupturas significativas em relação a antigos paradigmas e diz que elementos novos e antigos são reagrupados em torno de uma nova gama de conceitos. Ao aplicarmos esse entendimento à construção identitária com base no conceito de raça, sobre o qual, o autor também se debruça (Hall, 2006), pode-se perceber, por exemplo, que o contato com diferentes culturas e com os colonizadores tiveram um impacto profundo nos povos africanos. Com isso, esse contato forçado resultou em uma série de mudanças e ressignificações arbitrárias de suas identidades, moldadas por imposições externas. Como resultado desse processo, novas configurações identitárias emergiram, incorporando elementos, tanto das culturas de origem, quanto das influências coloniais.

Sem dúvida, a abordagem de Stuart Hall convida-nos a refletir sobre a natureza complexa e fluida das identidades, incluindo a racial e as múltiplas formas pelas quais ela é moldada e transformada ao longo do tempo. Sua perspectiva conceitual desafia-nos a repensar as noções tradicionais de identidade fixa e estática, reconhecendo que as identidades são construídas e reconstruídas em respostas a contextos sociais, políticos e culturais em constante mudança, como se observa em relação ao próprio conceito de raça.

[...] raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas [...] como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro (Hall, 2006, p. 37).

Assim, a interseção entre identidades e experiências revela os complexos jogos de poder que ocorrem em diversos âmbitos: estruturais, culturais, disciplinares e interpessoais. E as identidades manifestam-se, tanto nas interações sociais do cotidiano, quanto na esfera pública. Some-se que, ao invés de considerarmos as pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a perspectiva interseccional oferece-nos uma estrutura para compreender categorias como raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras, posicionando as pessoas em suas múltiplas e diferentes maneiras de ser e de estar no mundo.

Certamente, a identidade é um processo contínuo de interação social com o outro, com

o mundo externo, em processos pelos quais os indivíduos constroem-se e integram-se como sujeitos sociais. É por meio dessa interação que ele/ela percebe-se como parte ativa de um coletivo, e identifica-se com o que é comum entre si e os/as demais, e o que é representativo para si. Nesse contexto, as representações desempenham um papel importante, não apenas como elementos que facilitam a compreensão do mundo, mas também, como pontos de auto identificação.

De fato, ao investigar a representação social das mulheres negras na revista *Revestrés* por meio de uma abordagem interseccional, é importante observar para a representação de mulheres negras em conteúdos publicados em revistas. Sem dúvida, as revistas passaram por diversas mudanças decorrentes do surgimento de novas tecnologias e de transformações culturais. Apesar disso, ainda mantêm certas funções que variam a depender da linha editorial, como as de entreter, informar e abordar conteúdos críticos por meio da análise cuidadosa dos eventos e na busca da melhor forma de comunicar-se com seu público leitor. Portanto, continuam sendo um importante veículo para examinar representações sociais, caso da revista *Revestrés*, a interseccionalidade e suas implicações para as mulheres negras.

Entretanto, para refletir sobre a construção identitária das mulheres negras piauienses por meio da representação pelo conteúdo publicado na revista *Revestrés*, o presente estudo foi organizado em cinco capítulos, cada um deles explorando diferentes aspectos da pesquisa realizada. Assim, busca-se compreender em profundidade como as representações de raça e gênero interseccionam-se nessas publicações. Dessa forma, é viável afirmar que a validade de uma Análise de Conteúdo (AC) depende da sua capacidade de convencer a comunidade para a qual é direcionada, principalmente, por apoiar-se nesse poder de demonstração e justificação.

No capítulo dois, discuto sobre os processos de construções identitárias de mulheres negras nas relações do tema com o feminismo e com a perspectiva interseccional. Para uma maior aproximação com o objeto de estudo, abordo o tema das mulheres negras e a problemática teórico-conceitual e política das identidades, refiro à trajetória da atuação das mulheres negras no feminismo negro no Brasil e no Piauí, fazendo referência a Esperança Garcia, considerada a partir de 2022 como a primeira advogada no Piauí. Assim, explorando contribuições teóricas latino-americanas de Maria Lugones, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, entre outras, na construção das identidades de mulheres negras. Apresento ainda como reconhecimento e valorização, um espaço nesta dissertação do lugar de fala das três mulheres negras piauienses homenageadas na revista *Revestrés*, Maria da Inglaterra, Esperança Garcia e Francisca Trindade, enfatizando a importância de pesquisas que valorizem a luta de mulheres negras por visibilidade e equidade interseccional de gênero e raça na mídia. Desse

modo, abordando o tema interseccional no feminismo negro e sua importância nesta dissertação, uma vez que as lutas do movimento ecoam na mídia e influenciam suas pautas.

Em suma, no capítulo três, abordo a representação social, reexistência e lugar de fala das mulheres negras na mídia. Salienta-se para a invisibilidade da população negra nos meios de comunicação, apresentando um contexto da representação de mulheres negras na mídia, embasados nos escritos de Djamila Ribeiro sobre o lugar de fala, com a ampliação nas narrativas das mulheres negras, na desconstrução de estereótipos racistas e sexistas, apresentado de uma análise crítica, assim como, os desafios contemporâneos. Outrossim, no capítulo quarto, apresento a abordagem metodológica utilizada no estudo, assim como todo o seu trajeto no desenvolvimento da pesquisa, fazendo inferências por meio de processos pela Análise de Conteúdo (AC) e suas categorias de análise.

Portanto, no capítulo quinto, que versa sobre o estudo do objeto empírico, apresento o resultado encontrado no conteúdo das edições selecionadas da revista *Revestrés*, buscando evidências que possam validar ou refutar os pressupostos levantados sobre a representação social pela mídia na construção identitária de mulheres negras piauienses, com a sustentação nos critérios estabelecidos na análise. Nessa visão, é importante esclarecer que a qualidade de um trabalho científico não está na sua absoluta “verdade” ou “correção”, mas sim, na capacidade desses resultados derivarem de uma avaliação crítica dos pressupostos utilizados. É crucial ressaltar que esses resultados podem ser revisados por estudos posteriores e por esforços contínuos de pesquisa.

## **2 SOBRE PROCESSOS DE CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DE MULHERES NEGRAS NAS RELAÇÕES COM O FEMINISMO E COM A PERSPECTIVA INTERSECCIONAL**

Achille Mbembe, em seu livro — *Crítica da razão negra* (2018), destaca que, nos primeiros tráficos do atlântico, o povo africano foi classificado como negro, conforme a designação europeia. Assim, ao reduzir a complexidade do corpo negro, os colonizadores brancos criaram diferenças baseadas na cor da pele, resultando em um pensamento coletivo de identidade e pertencimento moldado pelo conceito de “outro”. De acordo com Mbembe, “Somos aquilo que o outro faz de nós” (Mbembe, 2018, p. 192).

De fato, no contexto opressivo no qual mulheres negras foram submetidas durante o período escravocrata no Brasil, revelam-se não apenas situações de submissão a esse regime, conforme relatado na história, mas também de resistência ativa. Colaborando ao lado dos homens negros nas organizações de resistência, as mulheres participaram de lutas individuais e coletivas que, segundo Werneck (2010, p. 157), “marcaram a história do país e deram uma feição especial a todo o século XIX”. Diversas posições desempenharam papéis cruciais, como obter informações sobre vendas indesejadas, ajudar em fugas, fornecer suprimentos, instigar rebeliões nos navios negreiros e manter a cultura e as religiões por meio da transmissão oral de histórias (Gomes; Paixão, 2008).

Certamente que as mulheres negras têm o anseio de reivindicar sua história e saberes. Isso não significa silenciar os outros, mas sim, afirmar a existência de uma variedade de discursos. Nesse contexto, é fundamental reconhecer o espaço de um grupo que, ao longo da história, foi frequentemente privado de voz. Em outras palavras, é necessário permitir a contestação de uma história única (Adichie, 2009).

Inegavelmente, o estudo das construções identitárias das mulheres negras é fundamental para a compreensão das complexas dinâmicas sociais, especialmente, no contexto do feminismo e da perspectiva interseccional. A interseccionalidade, conceito crucial nos estudos feministas contemporâneos, reconhece que as identidades das mulheres são moldadas não apenas pelo gênero, mas também, por outras categorias sociais, como raça e classe. Para as mulheres negras, a perspectiva da interseccionalidade é particularmente relevante, pois elas enfrentam não apenas a discriminação de gênero, mas também, o racismo sistêmico. Decerto, essa abordagem interdisciplinar permite uma análise mais profunda das experiências das mulheres negras, considerando as interconexões complexas entre identidades e estruturas de poder.

No contexto do feminismo, a construção identitária das mulheres negras desafia as

narrativas tradicionais e exige uma revisão crítica das teorias feministas predominantes, que historicamente têm sido centradas em experiências femininas brancas. As mulheres negras têm sido, historicamente, marginalizadas e, frequentemente, excluídas das discussões feministas preponderantes. Portanto, um exame cuidadoso de suas construções identitárias não apenas amplia o escopo do feminismo, mas também, destaca a importância de uma abordagem interseccional para movimentos feministas, verdadeiramente, inclusivos e representativos. Essa análise crítica é essencial para a promoção de uma sociedade mais equitativa e justa, na qual, experiências e identidades das mulheres negras sejam reconhecidas e valorizadas em toda a sua complexidade.

Hall lembra que (2006), identidade tem sido definida constantemente, como um “eu coletivo ou verdadeiro que esconde-se dentro de muitos eus, mais superficiais ou artificialmente impostos, que um povo, com uma história e uma ancestralidade partilhada”. Essa identidade coletiva tem a capacidade de estabilizar e garantir o pertencimento cultural, representando uma unidade imutável que transcende outras diferenças supostamente superficiais. Mas, de acordo com Giddens na modernidade globalizada (1990, p. 37, citado por Hall, 2006, p. 14), as mudanças ocorrem à medida que as culturas aproximam-se globalmente. Esse entendimento ressalta a importância do contexto cultural na construção da identidade, evidenciando como as interações sociais e as influências culturais moldam a compreensão que as pessoas têm de si mesmas e dos outros.

Assim, o feminismo negro e a interseccionalidade constituem áreas cruciais de estudo dentro das ciências sociais, particularmente, no contexto das lutas por equidade de gênero e raça. O feminismo negro surge como um movimento essencial que aborda as interseções entre opressões, reconhecendo que as mulheres negras enfrentam não apenas discriminação de gênero, mas também, racismo sistêmico. Nesse contexto, a interseccionalidade emerge como um quadro teórico vital, que enfoca as múltiplas identidades e categorias sociais que se entrelaçam para criar experiências únicas de discriminação e marginalização. Ao articular o feminismo negro e a interseccionalidade, estudos destacam a necessidade de uma análise mais profunda das experiências das mulheres negras, considerando não apenas gênero e raça, mas também, classe social, orientação sexual, habilidade, entre outras dimensões das classificações sociais.

Em suma, a articulação do feminismo negro com a interseccionalidade proporciona uma compreensão mais rica e nuanceada das opressões que as mulheres negras enfrentam, permitindo uma análise mais contextualizada e holística das dinâmicas sociais. Ao reconhecer a diversidade de experiências dentro do grupo das mulheres negras, esse enfoque crítico

contribui para políticas e ativismos mais inclusivos, que levam em conta as complexidades das identidades das mulheres negras. Além disso, ao entender as interseções entre gênero, raça e classe, as teorias feministas negras interseccionais oferecem uma base sólida para a promoção da justiça social e para a desconstrução das estruturas de poder que perpetuam a opressão. Esse diálogo entre o feminismo negro e a interseccionalidade é vital para a criação de um movimento feminista verdadeiramente progressista, capaz de enfrentar as desigualdades sistêmicas em suas manifestações.

## **2.1 Mulheres Negras e a problemática teórico-conceitual e política das identidades.**

Sem dúvida, diversidade, heterogeneidade e hibridismo têm o potencial de serem celebrados como fontes enriquecedoras de diferença. Mas é comum que a posição predominante adotada, a respeito, seja negativa, marcada pelo dualismo simplificador, resultando em uma relação desequilibrada de poder entre identidades opostas (Hall, 2006). No entanto, como este autor argumenta, a diferença é ambivalente. Enquanto ela pode levar à exclusão, redução, simplificação e negação do outro no processo de construção de identidades, também desempenha um papel fundamental na identificação do indivíduo como sujeito social, isso porque as identidades se constroem na diferença.

Certamente, as estratégias adotadas por cada pessoa diante das situações de discriminação são influenciadas por dois aspectos fundamentais: a construção de uma identificação positiva, e as oportunidades de socialização, informação e inserção na sociedade. Cada pessoa desenvolve maneiras distintas de lidar e reagir ao preconceito racial e de gênero, por exemplo, moldada por uma construção de identidade positiva, ou negativa, e pelas experiências sociais e conhecimentos adquiridos ao longo da vida. Como um ser humano posiciona-se diante da discriminação está diretamente relacionado à sua capacidade socialmente construída de identificar-se de maneira positiva e resiliente, bem como, às oportunidades que teve para envolver-se em contextos sociais inclusivos e de receber informações que o capacitam a enfrentar o preconceito eficazmente.

De fato, a construção das identidades é influenciada por vários fatores, se dá no âmbito da cultura, envolvendo linguagem, história, política e as subjetividades. Para Hall (2006), a identidade é construída por meio de uma série de identificações, que envolvem a identificação com os outros e com as representações culturais disponíveis. Ademais, este autor argumenta

que a identidade é sempre formada em relação a alguma coisa, ou seja, é sempre uma identidade em relação. Certamente, isso significa que a identidade não pode ser entendida em isolamento, mas sempre em relação a outras identidades e diferenças, sendo, a identidade, portanto, sempre uma questão de diferença e de relação.

Pensando no que tange às mulheres negras, Oyèrónké Oyěwùmí<sup>7</sup> (2017), que pesquisou sociedades iorubás, em África, afirma que a colonização designou um novo papel para as mulheres nessas sociedades. A autora distingue dois processos vitais e intrínsecos na colonização europeia da África: o primeiro e mais documentado foi a racialização e a inferiorização das pessoas africanas colonizadas, a população nativa. O segundo processo foi a inferiorização feminina. A autora argumenta que a colonização, além de um processo racista, institucionalizou e legitimou a hegemonia masculina nas sociedades africanas. “Mais concretamente, no caso Iorubá, as fêmeas tornaram-se subordinadas assim que foram ‘inventadas’ como mulheres — uma categoria [ocidental] homogênea e corporificada. Assim foram invisibilizadas por definição” (Oyewumi, 2017, p. 253).

Ao falar dos processos, entre povos iorubás, o que diz Oyèrónké Oyěwùmí vai ao encontro da reflexão de Maria Neusa de Souza<sup>8</sup>, ao abordar o processo de construção da identidade negra, no caso brasileiro:

A identidade negra é entendida, aqui, como um processo construído historicamente em uma sociedade que padece de um racismo ambíguo e do mito da democracia racial. Como qualquer processo identitário, ela se constrói no contato com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo. [...] ser negro no Brasil é 'tornar-se negro'. Assim, para entender o 'tornar-se negro' num clima de discriminação é preciso considerar como essa identidade se constrói no plano simbólico. Referimos aos valores, às crenças, aos rituais, aos mitos, à linguagem desenvolvidos (Souza, 1983, p.10).

Processo semelhante, nas análises de gênero, ocorre em relação ao tornar-se mulher, conforme defendido por Simone de Beauvoir (1980). E no caso de ser mulher negra, tornar-se significar e assumir a identidade de mulher negra, em sociedades racializadas. Se por um lado o termo negro guarda uma herança colonial, por outro, como diz Gonzalez (1982), o termo foi assumido pelo MNU no Brasil, adotando uma identidade de projeto<sup>9</sup>, no sentido conceitual

<sup>7</sup> Oyèrónké Oyěwùmí é uma renomada teórica nigeriana, conhecida por suas contribuições significativas para os estudos feministas africanos e os estudos de gênero. Nascida em 4 de dezembro de 1949, na Nigéria, tem se destacado por sua abordagem crítica e inovadora em relação às questões de gênero, cultura e identidade na África.

<sup>8</sup> Maria Neusa de Sousa, publicou a obra – *Torna-se negro* (1983), que bem sinaliza a sociedade brasileira do mito da democracia racial arraigada e do racismo velado - e nem por isso menos brutal, atento às dimensões constitutivas psicossociais da violência racial.

<sup>9</sup> Manuel Castells descreve a identidade de projeto como aquela que os atores sociais constroem a partir da utilização de materiais culturais disponíveis. Essas novas identidades são criadas como uma resposta à necessidade



atribuído por Castells (2008), visando a interferir na estrutura social. Hall e Woodward (2000), dizem que ao ver identidade como um processo de tornar-se, aquelas e aqueles que reivindicam sua identidade, não estão sendo simplesmente posicionados por ela, uma vez que mantém a capacidade de posicionar-se, reconstruir e transformar as identidades históricas herdadas, a exemplo do MNU.

Nessa perspectiva, a identidade é vista como algo que se constrói ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes, e não como algo inato, presente desde o momento do nascimento. Há sempre elementos imaginários ou fantasiosos relacionados à sua unidade, uma herança iluminista. De fato, a identidade permanece constantemente incompleta, em constante processo de formação. De acordo com Hall (2016), a representação é um processo de construção de significado por meio da linguagem. Representar é uma maneira de tornar o mundo e todas as coisas tangíveis e abstratas que nele existem compreensíveis e inteligíveis, possibilitando e facilitando a comunicação entre indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

No Brasil, o mito da democracia racial, que Gonzalez força nos anos 1930, em especial com as ideias de Gilberto Freire de miscigenação pacífica, juntamente com o ideal de branqueamento, têm sido remodelado, sustentado e difundido por meio de aparelhos ideológicos como a escola, a família e a mídia. Esses veículos transmitem valores que reforçam uma suposta superioridade racial e cultural branca, tornando desafiador o processo de afirmação de uma identidade negra em uma sociedade permeada pelo racismo. Assim, quando identidade é entendida de forma única e eurocêntrica, ela torna-se um instrumento de dominação política e cultural, seguindo um padrão que considerava como inumanos universais, conforme Sodré (1999), aqueles indivíduos e grupos racializados qualificados como não-homens ou não-humanos.

Decerto que, durante o período colonial, as mulheres negras foram, frequentemente, tratadas como propriedade, forçadas a trabalhar em condições extremamente difíceis e a sofrer abusos e violências, inclusive sexuais. Mesmo após a abolição da escravidão, as mulheres negras continuaram a enfrentar a discriminação e as desigualdades em todos os aspectos da vida, incluindo educação, trabalho, saúde e acesso à justiça. Para Gonzalez (1988), ser mulher e negra no Brasil, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que, os estereótipos gerados pela raça, classe e pelo sexo a colocam no mais baixo nível de opressão.

A construção da identidade das mulheres negras tem uma relação direta com o racismo devido às experiências de discriminação, marginalização e opressão que elas enfrentam. O

---

de reafirmar a própria identidade diante de mudanças sociais, econômicas ou culturais (CASTELLS, 2008).

racismo opera como um sistema de poder que perpetua estereótipos negativos e hierarquias sociais baseadas na raça, impactando diretamente como mulheres negras são percebidas e tratadas na sociedade. O racismo afeta a construção identitária das mulheres negras ao impor padrões de beleza eurocêntricos e promover estereótipos negativos. Como referido, a mídia e a cultura dominante, muitas vezes, retratam as mulheres negras de maneira estereotipada, associando-as a imagens hipersexualizadas, agressivas ou de submissão. Essas representações reducionistas contribuem para a objetificação e desvalorização das mulheres negras, dificultando a formação de uma identidade positiva.

Além disso, o racismo estrutural limita as oportunidades e o acesso a recursos, por mulheres negras, afetando suas trajetórias educacionais, profissionais e socioeconômicas. A falta de representatividade positiva e as barreiras sistêmicas que enfrentam levam a uma percepção negativa de si mesmas e a uma sensação de não pertencimento social. Isso pode resultar, no conteúdo de construção das identidades marcadas por lutas contra estereótipos, em baixa autoestima e internalização de ideias racistas. Além disso, a experiência cotidiana do racismo também influencia a construção das identidades das mulheres negras, ao enfrentarem microagressões, discriminação racial e violência racial. Essas experiências impactam na percepção de si mesmas e reforçam a consciência positivada ou negativada da negritude e do lugar ocupado na sociedade.

Inquestionavelmente, a construção das identidades de mulheres negras também são afetadas pelo sexismo, sendo a discriminação e a opressão baseadas nas hierarquias de gênero. O sexismo atua em conjunto com o racismo, criando uma experiência de opressão interseccional, com mulheres negras sendo alvo, tanto de estereótipos de gênero, quanto raciais. Desse modo, o sexismo influencia a construção das identidades das mulheres negras ao impor expectativas restritivas de gênero e papel social. Certamente, elas são confrontadas com ideias de feminilidade que, muitas vezes, são eurocêntricas e excludentes, dificultando a expressão de sua identidade como não-eurocentrada. Além disso, as mulheres negras podem enfrentar discriminação específica relacionada à sua feminilidade, como a hipersexualidade ou a infantilização de suas características físicas, em estereotípias, como referido.

Sem dúvida, a construção da identidade é afetada pelo sexismo também no mercado de trabalho. Elas podem enfrentar preconceito e discriminação no âmbito profissional, com menos oportunidades de emprego, salários mais baixos e dificuldades para avançar em suas carreiras. Isso afeta a percepção de si mesmas, podendo gerar sentimentos de desvalorização, frustração e limitação em relação às suas aspirações e potencialidades. No contexto do mercado de trabalho brasileiro, as disparidades salariais de mulheres negras continuam a ser uma questão

alarmante e complexa, o que aponta, ainda, para a opressão de classe.

Apesar de já estar legalmente estabelecida, a equiparação salarial entre homens e mulheres continua a ser uma aspiração não realizada no Brasil. Mesmo com a garantia constitucional de igualdade entre os gêneros e com dispositivos na legislação trabalhista que regulamentam a paridade salarial, a realidade no mercado de trabalho brasileiro evidencia uma notável disparidade. Conforme dados do IBGE (2022), a remuneração percebida pelas mulheres equivale, em média, a 78% do rendimento dos homens, o que traduz uma diferença superior a 20%. Essa disparidade salarial, persistente, ilustra a existência de desafios significativos na efetivação da igualdade salarial entre os gêneros no contexto brasileiro.

Decerto, esses dados revelam de forma consistente que as mulheres negras enfrentam discriminações, baseada em gênero, raça e classe, resultando em salários, significativamente, mais baixos em comparação com mulheres brancas e homens negros e brancos. Essa disparidade salarial é um reflexo direto das estruturas sistêmicas de discriminação racial e de gênero presente na sociedade brasileira, que limitam o acesso das mulheres negras a oportunidades de emprego igualitárias e salários justos. Além disso, a falta de políticas eficazes para combater essa desigualdade salarial contribui para um ciclo de pobreza persistente entre as mulheres negras, reforçando a necessidade urgente de políticas públicas que não apenas reconheçam essas disparidades, mas também, implementem medidas eficazes para garantir salários equitativos e justos para todas as mulheres, independentemente de sua origem étnica ou racial.

Portanto, os marcadores sociais raça, classe e sexo possuem impacto profundo na construção das identidades das mulheres negras, reforçando estereótipos e expectativas restritivas, limitando oportunidades profissionais e expondo-as a diferentes formas de violência. Ao compreender essa interseção, o movimento feminista negro considera ser fundamental abordar de maneira inclusiva e interseccional essas questões, a fim de promover processos de construção identitária mais libertadora, equitativa e fortalecedora pelas mulheres negras. Para Kerner (2009), a relação entre racismo e sexismo estabelece uma forte supremacia sobre as mulheres negras:

Os paralelos entre sexismo e racismo são nítidos e claros. Cada um deles incorpora falsas suposições sob a forma de mito. E, assim como o racista é aquele que proclama, justifica ou pressupõe a supremacia de uma raça sobre outra, da mesma forma, o sexista é aquele que proclama, justifica ou pressupõe a supremacia de um sexo (adivinha qual) sobre o outro (Kerner, 2009, p.46).

Sendo assim, a interseccionalidade entre raça, sexo e classe no feminismo negro, é um tema crucial para entender a experiência das mulheres negras e outras mulheres pertencentes a grupos racializados e marginalizados. Esse feminismo interseccional reconhece que as opressões não podem ser abordadas isoladamente, mas devem ser analisadas em sua interseção complexa. As mulheres negras enfrentam não apenas o sexismo, mas também, o racismo. Elas são confrontadas com estereótipos negativos e preconceitos baseados em sua raça e gênero, enfrentando desafios específicos não compartilhados pelas mulheres brancas. A perspectiva da interseccionalidade reconhece que a opressão experimentada pelas mulheres negras é única e multifacetada, resultando de uma combinação de fatores raciais e de gênero.

Segundo Akotirene (2018), a interseccionalidade permite uma criticidade política a fim de compreendermos a fluidez das identidades impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe, de raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna. Ainda segundo a autora, é um engano pensar a interseccionalidade apenas sobre múltiplas identidades, ela é, antes de tudo, uma lente analítica que observa a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais.

No feminismo interseccional, a luta contra os marcadores sociais raça, classe e sexo caminham lado a lado, significando demandas e preocupações das mulheres negras que não podem ser ignoradas ou relegadas a um segundo plano no âmbito do movimento feminista. É necessário abordar questões como, representatividade, violência racial e de gênero, acesso à educação e saúde e muitas outras afetações presentes nas vidas de mulheres negras. Outrossim, a interseccionalidade também enfatiza a importância no reconhecimento do lugar de fala de mulheres negras assim como, reconhecer sua liderança e experiência na luta contra as opressões. De fato, as experiências das mulheres negras são fundamentais para uma compreensão mais profunda das estruturas sociais e para a criação de estratégias eficazes de resistência e transformação.

Certamente, a diversidade, a heterogeneidade e o hibridismo podem ser celebrados como fontes enriquecedoras de diferença. No entanto, a posição predominante e essencial, muitas vezes, adotada é negativa, pressupondo o dualismo e, como resultado, estabelecendo uma relação tendenciosa de desequilíbrio de poder entre as identidades consideradas opostas (Hall, 2006).

Em suma, a construção e a caracterização das mulheres negras, bem como, a identificação e a significação do ser negra, são elementos intrínsecos aos processos históricos, sociais, políticos e culturais que demandam investigação e reflexão sobre a sociedade brasileira, tanto no passado, quanto na modernidade. Esses aspectos são fundamentais para

compreendermos as dinâmicas de poder, as relações raciais, de gênero e as experiências vivenciadas pelas pessoas negras ao longo do tempo. Além disso, é necessário analisar criticamente esses processos e refletir sobre como eles influenciam a formação das identidades, as interações sociais e as oportunidades de inclusão e empoderamento no contexto brasileiro.

## **2.2 Movimento feminista até os anos 1970: a mulher como identidade de gênero, e gênero como diferença sexual.**

Até os anos de 1970, o movimento feminista foi caracterizado por uma intensa luta para redefinir a mulher como uma identidade de gênero autônoma, independente das expectativas e limitações, tradicionalmente, impostas pela sociedade. O foco central estava na busca pela emancipação da mulher e na rejeição de estereótipos de gênero, que restringiam seu papel à esfera doméstica. Nesse contexto, a mulher começou a ser percebida não apenas como uma categoria biológica, mas como um sujeito social cujas experiências, aspirações e direitos transcendem as fronteiras da diferença sexual.

Assim, o movimento feminista desafiou as concepções estratificadas de gênero, argumentando que as diferenças biológicas não deveriam determinar o papel social e as oportunidades das mulheres. Ao questionar normas rígidas e as desigualdades de gênero, o movimento abriu espaço para a reinterpretção do gênero como uma construção social, enfatizando que as diferenças entre homens e mulheres eram resultado de normas culturais e não de características inerentes. Sem dúvida, essa abordagem transformadora foi importante para a evolução do pensamento feminista e influenciou, significativamente, os debates sobre igualdade de gênero nas décadas seguintes.

A partir dos anos de 1980, o discurso sobre gênero evoluiu, significativamente, ultrapassando a perspectiva estritamente vinculada à diferença sexual e estendendo-se para abraçar uma compreensão mais ampla e complexa das identidades de gênero. Nesse período, os estudos de gênero começaram a desafiar as noções binárias tradicionais, reconhecendo que a identidade de gênero não pode ser, simplesmente, reduzida à dicotomia masculino/feminino. Essa abordagem mais inclusiva buscou incorporar as experiências de pessoas cujas identidades de gênero não se alinham rigidamente às expectativas normativas, passando a questionamentos sobre a heteronormatividade e o binarismo de gênero previamente predominante.

Outrossim, o ano de 1975 é importante para o feminismo no Brasil e no mundo. A Organização das Nações Unidas – ONU escolheu esse ano como o Ano Internacional da Mulher

e o primeiro da Década da Mulher. A ONU oficializou, através de um decreto, o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher, uma homenagem às mulheres que morreram durante uma greve em uma fábrica em Nova Iorque. Assim, as mulheres reivindicavam melhorias nas condições de trabalho, mas a manifestação foi reprimida de forma violenta, o que resultou no trágico incêndio da fábrica.

Segundo Cardoso (2012), há um consenso entre as pesquisadoras<sup>10</sup> quanto à necessidade de uma organização exclusiva das mulheres negras. Essa demanda surge devido à falta de abordagens específicas que considerem as realidades de vida das mulheres negras nos movimentos feminista e negro. Inicialmente, elas participavam de grupos mistos, mas perceberam que a melhor maneira de aumentar e fortalecer a mobilização contra as desigualdades, especialmente de raça e gênero, seria criando grupos próprios (Cardoso, 2012, p. 185).

Decerto que, no decorrer da formação histórica das relações étnico-raciais, o movimento que se conhece como feminismo tem sido uma poderosa força de mudança social, buscando a igualdade de direitos entre mulheres e homens, e oportunidades para mulheres em todo o mundo. Porém, muitas vezes, a narrativa histórica sobre o feminismo negligencia a contribuição essencial das mulheres negras para esse movimento. Assim, neste tópico, início remontando à origem histórica do feminismo, para em seguida destacar o papel fundamental das mulheres negras na sua construção, e ressaltando como identidades de mulheres negras se entrelaçam de forma única e enriquecedora com as lutas feministas, ao demarcarem nas agendas feministas o tema da interseccionalidade de gênero e raça.

Inegavelmente, a ligação entre o patriarcalismo e o racismo tem se tornado recorrente em representações sociais, do antirracismo e do feminismo, reconfigurando a narrativa a partir das perspectivas de homens e mulheres brancos. Torna-se essencial, portanto, reconsiderar o papel das mulheres negras tanto dentro quanto fora dessas estruturas, ressaltando suas contribuições significativas para a formação da diáspora negra (Werneck, 2010).

Sem dúvida, o feminismo, como movimento social e político, tem suas raízes históricas em diferentes partes do mundo com uma trajetória que, no ocidente, e nas narrativas de mulheres brancas, tem seus inícios atribuídos ao contexto da revolução Francesa de 1789 – 1799, portanto, estendida ao longo de séculos. Além disso, a busca por igualdade de gênero e a luta pelos direitos das mulheres são temas discutidos e defendidos em várias culturas e contextos, cada um com suas particularidades. Embora seja difícil atribuir uma única origem ao

---

<sup>10</sup> Ver CARNEIRO (2005); GONZALEZ (1985); SILVA (2014).

feminismo, em termos globais, pode-se encontrar vestígios de movimentos feministas ao longo da história que foram moldados por diversas circunstâncias sociais, políticas e culturais. Desde as primeiras revoltas femininas registradas até os movimentos contemporâneos, a luta pela emancipação das mulheres tem sido uma força motriz em diferentes partes do mundo.

No século XIX, o movimento feminista começou a ganhar visibilidade, especialmente, na Europa e na América do Norte, onde várias manifestações surgiram como parte da luta das mulheres por igualdade com os homens, buscando garantir direitos e, principalmente, o acesso aos espaços de decisão política. Esse feminismo englobou uma ampla gama de ações e movimentos visando a promover a igualdade de gênero, teoricamente dividido em quatro ondas<sup>11</sup> distintas. A primeira onda, conhecida como movimento sufragista<sup>12</sup>, ocorreu no final do século XIX e início do século XX, quando as mulheres, principalmente as brancas de classes sociais média e alta, lutaram pelo direito ao voto e à participação política. Nesse mesmo período, mulheres de classes sociais mais baixas buscavam equidade salarial e redução da carga horária de trabalho.

Outrossim, a segunda onda ocorreu durante os movimentos de contracultura, a partir da década de 1960 nos EUA e na Europa. Esse movimento reivindicava, especialmente, a ampliação dos direitos sexuais das mulheres e seu reconhecimento como integrantes fundamentais da sociedade capitalista. Somente na terceira onda, nos anos 1980, é que as demandas relacionadas à classe social, raça, etnia e orientação sexual foram incluídas efetivamente nos debates, tornando o movimento mais plural.

No Brasil, a segunda onda do movimento feminista surgiu durante o contexto da ditadura militar, em meio a uma cultura de resistência. Esse movimento vinculou-se principalmente aos ideais dos espectros das esquerdas políticas do país, sofrendo influências dos pensamentos europeus. Foi nesse período que a representação da mulher na mídia começou a ser discutida e analisada no âmbito feminista. De fato, a publicidade e os concursos de beleza, por exemplo, foram amplamente criticados por disseminarem a ideologia patriarcal. Durante o período foram criados espaços sociais que marcavam especificidades de gênero, nos quais a própria diferença sexual poderia ser afirmada, tratada, analisada, especificada ou verificada.

A terceira onda do feminismo representa um movimento social e político nas últimas décadas do século XX e estende-se até os dias atuais. Decerto, este período histórico foi/é

---

<sup>11</sup> A expressão “ondas” no contexto do movimento feminista é uma metáfora que ilustra as diferentes fases ou períodos distintos ao longo do tempo em que o ativismo feminista foi proeminente e teve mudanças em suas ênfases e abordagens.

<sup>12</sup> O movimento sufragista foi um esforço histórico e social que buscava garantir o direito de voto para as mulheres, reconhecendo-as como cidadãs plenas e participantes ativas na esfera política.

caracterizado por uma maior conscientização sobre a interseccionalidade das questões de gênero, reconhecendo que as experiências e desafios das mulheres variam, significativamente, com base em fatores como raça, classe, orientação sexual e identidade de gênero. Esta onda do feminismo surgiu como uma resposta às críticas e limitações percebidas nas abordagens das ondas anteriores. Além do que, as feministas desta época se esforçam para incluir vozes marginalizadas e para ampliar o escopo das questões feministas, abordando temas como sexualidade, violência de gênero, direitos reprodutivos e representação na mídia.

Além disso, a terceira onda foi marcada pelo uso da tecnologia e das mídias sociais como ferramentas poderosas para a mobilização e organização, permitindo que as mulheres compartilhem suas experiências e desafiem normas sociais de maneiras inovadoras e impactantes. Esse contexto histórico complexo e diversificado moldou a terceira onda do feminismo como um movimento inclusivo e dinâmico, adaptado às necessidades e demandas das mulheres contemporâneas.

Assim, a quarta onda do feminismo surge no contexto atual como uma resposta às questões não resolvidas e aos desafios emergentes enfrentados pelas mulheres no século XXI. Este movimento reflete uma consciência renovada sobre a persistência da desigualdade de gênero em várias esferas da sociedade, incluindo o local de trabalho, a política, a cultura e a tecnologia. Na era da globalização e da digitalização, a quarta onda do feminismo é caracterizada pela utilização estratégica das redes sociais e plataformas *online* para aumentar a visibilidade das questões feministas e promover mudanças significativas. Saliente-se ainda que, as feministas da quarta onda concentram-se em desafiar estereótipos de gênero, combater o assédio *online*, promover a diversidade, a inclusão, e exigir igualdade salarial e oportunidades iguais para todas as mulheres, independentemente de sua origem étnica, orientação sexual ou identidade de gênero.

Além disso, a quarta onda é marcada pela mobilização global, com mulheres de diferentes partes do mundo unindo-se em solidariedade para enfrentar questões globais, como o tráfico de mulheres, a violência de gênero e os direitos reprodutivos. Nesse contexto, representa um movimento dinâmico e interseccional, enraizado na colaboração e na resistência, que continua a desafiar as estruturas patriarcais e a lutar pela igualdade de gênero em todo o mundo.



Quadro 1 — Contexto histórico das ondas do movimento feminista

Ondas Feminista	Pautas Principais	Período	Principais Participantes	Destaques
Primeira Onda	Direitos de voto, igualdade legal, acesso à educação	Finais do século XIX e início do século XX	Susan B. Anthony, Elizabeth Cady Stanton (EUA); Emmeline Pankhurst (Reino Unido) Antonieta de Barros (BRASIL)	Sufrágio feminino foi conquistado em várias partes do mundo.
Segunda Onda	Direitos reprodutivos, igualdade no local de trabalho, luta contra a discriminação de gênero	Décadas de 1960 e 1970	Betty Friedan, Gloria Steinem (EUA); Simone de Beauvoir (França) Lélia Gonzales (BRASIL)	Movimento pelos direitos civis e a revolução sexual.
Terceira Onda	Interseccionalidade, direitos LGBTQ+, questões de representação na mídia	Décadas de 1980 até os dias atuais	Audre Lorde, bell hooks (EUA); Chimamanda Ngozi Adichie (Nigéria) Beatriz Nascimento; Sueli Carneiro (BRASIL)	Uso da <i>internet</i> para mobilização; foco na diversidade.
Quarta Onda	Igualdade de gênero na era digital, combate ao assédio online, diversidade e inclusão	Início do século XXI até os dias atuais	Malala Yousafzai (Paquistão); Emma Watson (Reino Unido) Djamila Ribeiro; Carla Akotirene; Juliana Borges (BRASIL)	Uso estratégico das redes sociais; luta global contra o sexismo online.

Fonte: Elaborado pelo autor dessa dissertação com base em (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021)

Desde o início, os feminismos tem buscado examinar o fenômeno do patriarcado, destacando as opressões, as construções históricas e as possibilidades de libertação. O patriarcado é percebido como um sistema de relações dominantes, com base na desigual relação entre homens e mulheres, que impõe um conjunto de valores e comportamentos androcêntricos às sociedades, no sentido que Bourdieu (2002) concebe como “dominação masculina”, uma forma particular de violência simbólica legitimada pelas próprias relações de força que a sustentam. E, embora para Pierre Bourdieu exista uma aceitação de grupos dominados, mesmo que não necessariamente consciente e deliberada, o feminismo constitui-se como uma força voltada ao desmantelamento dessas estruturas opressivas, buscando a igualdade de gêneros e a emancipação das mulheres.

O feminismo, portanto, pode ser visto como um compromisso — epistemológico, teórico, e político — com a condição das mulheres, ancorado concretamente no mundo material e nos contextos de opressão e libertação. Além disso, é uma abordagem comprometida com a compreensão das experiências das mulheres e com a busca por igualdade e por emancipação nas estruturas sociais e culturais existentes, reconhecendo a importância de analisar as

desigualdades de gênero de forma contextualizada e concreta.

De acordo com Djamila Ribeiro, Simone de Beauvoir, filósofa e escritora francesa nascida em Paris em 9 de janeiro de 1908, exerceu influência significativa no movimento feminista, sendo considerada uma ameaça durante o século XX, pois fazia parte de uma revolução feminista que buscava dar voz às mulheres na sociedade, Simone de Beauvoir pensava de forma diferente da norma masculina hegemônica patriarcal, não acreditava e nem concordava que as mulheres deveriam ser limitadas pela condição natural imposta a elas, desde o nascimento, que as restringia a um comportamento padronizado. A autora defendia que o papel da mulher na sociedade não é determinado exclusivamente por seu destino biológico, psíquico ou econômico. Em vez disso, a autora argumentava que como a mulher é percebida na sociedade é resultado da interação entre diversos fatores, e é a própria civilização que molda esse conceito intermediário entre o masculino e o castrado, ao qual denominam de feminino (Ribeiro, 2019).

Em 1949, Simone de Beauvoir publicou a obra, *O segundo sexo*, colocando as mulheres no centro do debate e detalhando suas condições de opressão e inferiorização em relação aos homens. A obra representou um questionamento contundente ao conceito de gênero, enraizado nas bases materiais e culturais das sociedades ocidentais, demonstrando como uma simples diferença biológica entre homens e mulheres é utilizada para construir uma noção imaginária de masculinidade e feminilidade, perpetuando desigualdades. Em suma, a obra proporcionou avanços significativos para o movimento feminista e levantou importantes questionamentos sobre as estruturas de poder e as normas sociais que reforçam a subordinação das mulheres.

Djamila Ribeiro, mulher negra, feminista e pesquisadora na área de filosofia política, quando fala sobre as diversas ondas do movimento feminista acadêmico, refere como Simone de Beauvoir desnaturalizou a ideia de ser mulher ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se”. Dessa forma, a autora francesa estabeleceu uma distinção entre gênero — que se refere a uma construção social entre homens e mulheres, e sexo — que se refere ao aspecto biológico, salientando que as mulheres não estão intrinsecamente ligadas a determinados valores e comportamentos sociais por motivos biológicos. Além disso, Ribeiro (2019) enfatiza que a diferenciação entre sexo e gênero foi fundamental para o início da política feminista, uma vez que, ao reconhecermos que gênero é uma construção social, torna-se evidente que é um elemento imposto às mulheres, que sofrem opressão em função do patriarcado.

Nos escritos feministas e nas práticas culturais das décadas de 1960 e 1970, o conceito de gênero como diferença sexual ocupava lugar central nas críticas à representação, na reinterpretação de imagens e narrativas culturais, no questionamento de teorias de subjetividade

e textualidade, bem como na leitura, escrita e na audiência. Esse conceito de gênero como diferença sexual tem sido fundamental para as intervenções feministas no campo do conhecimento formal e abstrato, nas epistemologias, nas representações e nos campos cognitivos estabelecidos pelas ciências físicas e sociais, assim como pelas ciências humanas ou humanidades.

De fato, o primeiro momento dos movimentos feministas na primeira onda foi caracterizado por uma abordagem conservadora, questionando a divisão sexual dos papéis desempenhados por homens e mulheres. As mulheres contestavam as diferenças contratuais e econômicas, buscando igualdade na capacidade de fazer escolhas que lhes fossem convenientes. Em outras palavras, elas lutavam pela liberdade de decidir sobre suas próprias vidas. Além disso, havia uma forte demanda pela igualdade política, uma vez que as mulheres eram proibidas de votar e escolher quem as representaria.

No entanto, o conceito de gênero como diferença sexual e suas derivações, como cultura da mulher, maternidade, escrita feminina, entre outros, acabaram por tornar-se uma limitação para o pensamento feminista. Ao enfatizar o aspecto sexual, a diferença entre homens e mulheres, feminino e masculino, independentemente de derivados da biologia ou da socialização, mas sim, da significação e dos efeitos discursivos, acabavam sendo, em última análise, uma diferenciação da mulher em relação ao homem, destacando a própria diferença existente no homem.

De fato, o pensamento feminista permaneceria subjugado pelos termos estabelecidos pelo patriarcado ocidental, se não fosse por um questionamento contínuo desses paradigmas. Essa subjugação manifesta-se na persistência de uma oposição conceitual arraigada nos discursos culturais predominantes e nas narrativas fundamentais, seja em contextos biológicos, médicos, legais, filosóficos ou literários. Em 1963, a autora, Betty Friedan, escrevia em seu livro — *A mística feminina*, sobre o problema que não tinha nome, denunciando como a discriminação sexista afetava as mulheres brancas com diplomas e privilégios de classe, juntamente com mulheres negras de todo o Estados Unidos desafiavam o sexismo no movimento pelos direitos civis.

Em suma, é fundamental ressaltar que os feminismos contemporâneos, impulsionado por diversas correntes, desafia ativamente essas estruturas, procurando redefinir e reconceituar as bases sobre as quais essas narrativas são construídas. A interseccionalidade, por exemplo, surge como uma ferramenta poderosa nesse processo, permitindo uma análise mais precisa e holística das complexas interações entre gênero, raça e outras formas de opressão. Essa abordagem desafia, não apenas o patriarcado, mas também, os padrões eurocêtricos que,

historicamente, moldaram as discussões feministas. Através desse questionamento profundo, os feminismos buscam não apenas resistir, mas também, transformar os próprios fundamentos que sustentam as estruturas patriarcais.

### **2.3 O movimento feminista a partir dos anos 1980: gênero para além da diferença sexual.**

No Brasil, em 1979, Therezinha Zerbini criou o Movimento Feminino pela MPFA<sup>13</sup>, desempenhando um papel importante, e a anistia foi concedida em 1979. Ainda, a aprovação da Lei 6.515 em 1977, que legalizou o divórcio, também representou um avanço para os direitos das mulheres. Nos escritos feministas, da década de 1980, surge um potencial epistemológico radical acerca do sujeito social constituído pelo gênero, mas não apenas pela diferença sexual. Como tal, um sujeito moldado por meio de códigos linguísticos e representações culturais, influenciado, não apenas, pelas relações de gênero, mas também, pelas de raça e classe, um sujeito múltiplo, em vez de único e contraditório, em vez de dividido. Para Butler (2018), a complexidade inerente ao conceito de gênero demanda um conjunto interdisciplinar e pós-disciplinar de discursos. Essa abordagem visa resistir à domesticação acadêmica dos estudos sobre gênero ou sobre as mulheres, e busca aprofundar a noção de crítica feminista. A autora afirma que os domínios da representação política e linguística estabelecem, antecipadamente, o critério pelo qual, os próprios sujeitos são formados, resultando na representação abranger apenas o que pode ser reconhecido como sujeito.

Certamente, a perspectiva que mudou a orientação do pensamento feminista foi atentar para a inter-relação entre gênero, raça e classe social, no entanto, era muito mais difícil para as pessoas compreenderem como isso deveria, concretamente, moldar e elucidar a prática feminista. Hoje em dia, a evocação da tríade gênero, raça e classe tornou-se tão comum para a militância feminista que as pessoas, frequentemente se esquecem de que, no início, a maioria das pensadoras feministas, muitas delas brancas e provenientes de classes privilegiadas, resistia a essa perspectiva. Para hooks (2015), as pensadoras feministas radicais que desejavam abordar o gênero a partir da tríade raça, sexo e classe social eram rotuladas de traidoras e acusadas de minar o movimento ao mudar o foco (hooks, 2015).

---

<sup>13</sup> O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), como movimento de oposição, surge num momento em que a luta armada refluía, e a democracia passa a ser valorizada como um objetivo em si e, com ela, a organização da sociedade e a participação no jogo eleitoral, mesmo sob limitações.

Segundo o pensamento de hooks (2015), o feminismo visionário radical incentiva a todas e a todos a ter coragem de avaliar a vida do ponto de vista de gênero, de raça e de classe, para compreender, precisamente, suas posições no patriarcado capitalista de supremacia branca imperialista. Por anos, várias mulheres feministas têm-se apegado ao equivocado pressuposto de que o gênero é o único fator determinante de status. Essas questões, não sendo pensadas internacionalmente, deixam em aberto um entendimento sobre a relação entre desigualdades socioeconômicas e desigualdades étnico-raciais, ainda que haja uma rica literatura no campo das ciências sociais, inclusive, brasileiras, que aponte para uma forte relação entre essas várias posições de sujeitas sociais.

Quando o movimento feminista, por força das críticas e contribuições de feministas, a maioria negras e indígenas, conseguiu direcionar a atenção para as diferentes realidades sociais e políticas das mulheres, colocou no centro a experiência de todas, especialmente, daquelas cujas condições sociais são menos abordadas como tema de estudo e horizonte das práticas transformadoras dos movimentos políticos. Para hooks (2019), o movimento feminista representa a luta contra a opressão sexista, visando a sua eliminação. Seu objetivo não é beneficiar, exclusivamente, um grupo específico de mulheres, uma raça ou classe social em particular. Também se trata de privilegiar a mulher em detrimento do homem.

A criação de semelhante contramundo, coloca uma enorme pressão sobre as mulheres que tentam embarcar em tal projeto. A pressão vem da crença de que o único recurso verdadeiro para esse tipo de desafio somos nós mesmas. O passado que é totalmente patriarcal é visto como irremediável. Se pusermos a criar uma cultura alternativa sem diálogos com os demais, não teremos nenhuma baliza para os nossos objetivos. Corremos o sério risco de que a ideologia dominante da cultura seja duplicada no movimento feminista por meio do imperialismo cultural (hooks, 2019, p. 65).

Ainda, segundo hooks (2019), o feminismo seria um movimento cujo objetivo é eliminar o sexismo, a exploração sexista e a opressão e, ao associá-lo a um mundo contracultural centrado exclusivamente na mulher levantam-se alguns questionamentos sobre o isolamento do movimento e sua separação da maioria das mulheres. Para esta autora, é importante desmistificar a noção equivocada de que o feminismo é anti-homem, pois essa ideia pressupõe erroneamente que todos os espaços femininos fossem livres do patriarcado e do pensamento sexista. Embora houvesse um sentimento de rejeição masculina presente entre as ativistas do início do movimento feminista que reagiam com indignação diante da dominação masculina, “[...] é fundamental reconhecer que o feminismo busca a igualdade e o empoderamento de todos, independentemente do gênero” (hooks, 2019, p. 17).

De fato, os feminismos contemporâneos continuam a expandir-se e evoluir, incorporando novas perspectivas e abordagens. Por exemplo, quer desafiar as normas de gênero e sexualidade, buscando a inclusão e o reconhecimento das identidades não conformistas. O transfeminismo coloca em foco as questões específicas enfrentadas por mulheres transgêneros e pessoas não binárias, destacando a importância da inclusão e da luta contra a transfobia. Além disso, o ecofeminismo aborda a interseção entre a opressão de gênero e a destruição ambiental, defendendo a necessidade de uma abordagem holística para enfrentar os desafios ecológicos e promover a justiça ambiental. O feminismo cibernético questiona as dinâmicas de poder na era digital, examinando como a tecnologia pode reproduzir ou desafiar as desigualdades de gênero.

O pensamento feminista revolucionário encontrou mais aceitação e adoção nos círculos acadêmicos. A conscientização do movimento feminista revolucionário ressaltou a importância de compreender o patriarcado como um sistema de dominação, explorando como ele institucionalizou-se, sendo disseminado e mantido. “A conscientização feminista para homens é tão essencial para o movimento revolucionário quanto os grupos destinados às mulheres” (hooks, 2019, p. 29). A autora busca uma ênfase em grupos para homens, que os ensinassem sobre o sexismo e como ele pode ser transformado, com a inclusão na luta pela igualdade de gênero como uma ação fundamental para desafiar e dismantelar as estruturas patriarcais.

Em suma, é importante ressaltar que essas correntes teóricas do feminismo não são mutuamente exclusivas, e muitas vezes, há sobreposições e diálogos entre elas. O feminismo contemporâneo — melhor dizer os feminismos — é um movimento diverso, que visa abordar as múltiplas dimensões da opressão de gênero e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária para todas as pessoas. Com isso, à medida que o movimento feminista continua a desenvolver-se, novas vozes e perspectivas surgem, enriquecendo o movimento e desafiando estruturas de poder dominantes. Sem dúvida, as origens do movimento feminista remontam a séculos de lutas e resistências das mulheres em busca de igualdade. Diferentes correntes teórico-epistêmicas surgiram, oferecendo abordagens distintas para entender e combater opressões de gênero.

Embora as mulheres negras tenham desempenhado um papel ativo no movimento feminista contemporâneo, elas não foram figuras tidas como centrais no movimento a ponto de atraírem a atenção da mídia de massa. Mesmo antes de a raça tornar-se um tema debatido nos círculos feministas, mulheres negras já compreendiam que a igualdade nunca seria alcançada no sistema patriarcal capitalista de supremacia branca. Além disso, o pensamento feminista reformista<sup>14</sup>, que se concentrou, principalmente, na busca pela igualdade no mercado de

---

<sup>14</sup> O pensamento feminista reformista refere-se a uma abordagem dentro do movimento feminista que busca alcançar mudanças sociais e políticas por meio de reformas graduais e reformulações dentro das estruturas

trabalho em relação aos homens, acabou eclipsando as origens radicais do feminismo contemporâneo, que exigia uma reforma e reestruturação abrangente da sociedade para tornar-se fundamentalmente antissexista.

Assim, o surgimento do movimento feminista negro emergiu como uma importante força no cenário social e político, buscando a igualdade de gênero e a justiça racial. Esse movimento é fruto de um contexto histórico marcado pela interseção das opressões sofridas pelas mulheres negras que enfrentaram discriminação, tanto por marcadores de raça, como por marcadores de gênero. Compreende-se, portanto, que opressões interseccionais, caso não sejam reconhecidas como um conjunto entrelaçado e complexo, intensificam exclusões e tornam as identidades invisíveis, simplesmente por tratar-se de mulheres e negras simultaneamente. Como resultado, seu não-lugar torna-se naturalizado.

No estado do Piauí, nos anos 80, diversos ativistas da negritude começaram a organizar a criação do Movimento Negro local. As lideranças negras, inicialmente, definiram o objetivo do grupo: conquistar um espaço político transformador na situação atual e, como estratégia de atuação, trabalhar nas escolas para enfatizar a importância da libertação de escravizados/as. Em paralelo, diversas lideranças que estavam envolvidas com movimentos da igreja, tidos como libertadores, iniciaram uma articulação regional que teve um impacto significativo no Piauí, especialmente, por meio da Campanha da Fraternidade de 1988, cujo tema era “Ouvi o clamor deste povo” e cujo lema era “Povo negro e fraternidade”.

Portanto, este evento eclesialístico foi um dos principais motivos históricos para a organização de grupos negros, uma vez que, visavam à libertação da comunidade negra cristã. No contexto, o grito afrodescendente ganhou força, libertando pessoas que, há muito tempo, desejavam atuar, mas eram impedidas por obstáculos históricos oriundos da escravidão, que completava naquele período, as chamados “100 anos de abolição”. A maioria das pessoas negras, ainda, estava subserviente nas áreas da comunicação, economia e política racistas. Aos poucos, o atabaque, instrumento afro, foi sendo introduzido, revolucionando a liturgia e também inspirando a dança nas celebrações religiosas afro, durante as ofertas e antes da leitura dos evangelhos.

---

existentes da sociedade. O feminismo reformista coexiste com outras perspectivas, como o feminismo radical, o feminismo interseccional e o feminismo de libertação, cada um com suas ênfases e estratégias específicas para alcançar a igualdade de gênero.

#### **1.4 Perspectiva interseccional do feminismo negro: uma mirada abrangente.**

O conceito de interseccionalidade é ferramenta essencial para compreender as estruturas racistas e sexistas. Conforme destacado por Piscitelli (2008), estudos críticos no final da década de 1980 começaram a identificar o reconhecimento da existência de outras diferenças — além da de gênero — no pensamento cujo reconhecimento, historicamente, privilegiou a diferença relacionada a gênero, sem considerar a interconexão com raça e classe social. Sendo assim, é fundamental compreender e abordar essas interseções para uma análise mais completa e precisa das experiências e opressões enfrentadas por mulheres pertencentes a diferentes grupos marginalizados.

O feminismo negro, enquanto corrente teórica e prática, emerge como um componente integral no âmbito acadêmico e ativista, proporcionando uma perspectiva crítica sobre as interseções de raça e gênero. Além disso, o conceito central da interseccionalidade, tornou-se fundamental na análise das experiências das mulheres negras, destacando as complexidades inerentes à sua posição em sistemas sociais estratificados. A abordagem interseccional reconhece a necessidade de considerar simultaneamente fatores como raça, classe e orientação sexual ao examinar as disparidades enfrentadas por mulheres negras, proporcionando, assim, uma compreensão mais holística das múltiplas formas de opressão.

Com isso, o feminismo negro desafia estruturas patriarcais e racistas, contribuindo para a construção de teorias e práticas que buscam a libertação das mulheres negras em suas diversas identidades. A ênfase na representação positiva, na rejeição de estereótipos prejudiciais e na construção de comunidades fortalece não apenas as mulheres negras individualmente, mas também, alimenta uma resistência coletiva contra a opressão sistêmica.

Certamente, para o feminismo negro, o discurso de Sojourner Truth<sup>15</sup> é emblemático por abordar a interseccionalidade entre raça e gênero, e por denunciar o racismo estrutural que permeava a sociedade americana no século XIX. Ao lançar a pergunta, “Ain't I a Woman? — Eu não sou uma mulher?” proferido em 1851 em uma convenção feminista em Ohio, ela questionou a ideia de que mulheres são naturalmente inferiores aos homens, baseada em sua suposta fragilidade e delicadeza, e reivindicou o direito das mulheres negras de serem tratadas com respeito e igualdade.

Aquele homem ali diz que é preciso auxiliar as mulheres a subir numa

---

<sup>15</sup> Sojourner Truth deixou um legado duradouro como uma pioneira na luta pelos direitos civis e pela igualdade de gênero nos Estados Unidos.



carruagem, que é preciso carregá-las quando atravessam um lamaçal e que elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem — quando tinha o que comer — e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (Truth, 1851).

Inquestionavelmente, o discurso de Sojourner Truth é tido como um marco importante da perspectiva interseccional pelo feminismo negro, por questionar a naturalização de papéis de gênero; por trazer à tona a própria condição específica de mulheres negras, e por destacar a luta dessas mulheres por igualdade de direitos e reconhecimento como sujeitos políticos. Nascida em 1797 em uma fazenda em Nova York, nos Estados Unidos, como Isabella Baumfree, foi vendida como escravizada quando tinha cerca de nove anos, sendo forçada a trabalhar em diversas fazendas no Sul do país. Após ser liberta em 1827, ela mudou seu nome para Sojourner Truth e tornou-se uma oradora reconhecida na luta pelos direitos das mulheres e dos homens negros. Foi uma das primeiras mulheres negras a denunciar a violência sexual sofrida pelas escravizadas, lutando por sua libertação e reconhecimento como seres humanos. Sojourner Truth continuou sua luta pelo direito das mulheres até sua morte em 1883.

Sem dúvida, seu famoso discurso é parte das suas lutas contra a discriminação racial e de gênero nos tribunais e nas igrejas, defendendo seus direitos, e o direito de outras mulheres negras. Ela também ajudou a recrutar soldados negros para a União, durante a guerra civil americana, a fim de lutar pela liberdade e igualdade para todas as pessoas. O legado de Sojourner Truth e de outras mulheres negras na luta pelos direitos civis e pela igualdade tem sido fundamental para a luta feminina e para o feminismo negro. As mulheres negras, com esse legado, têm sido pioneiras em destacar as interseções entre raça, gênero e classe social, reconhecendo a complexidade das formas de opressão e exclusão que enfrentam.

Certamente, a resistência das mulheres negras, impulsionada por figuras como Sojourner Truth, tornou-se essencial não apenas para evidenciar a exclusão e marginalização que enfrentam no movimento feminista e na sociedade em geral, mas também, para a resiliência dessas mulheres. A interseccionalidade surge como uma ferramenta crucial na compreensão e enfrentamento dessas formas de opressão, reconhecendo as interligações entre raça, gênero e outras formas de opressão, que impactam as mulheres negras e outras mulheres racializadas e marginalizadas. Dessa forma, a perspectiva interseccional nos convoca a considerar a

complexidade das identidades e a interação das diversas opressões, fomentando uma compreensão mais abrangente da realidade social, especialmente nas representações midiáticas.

Além disso, outras mulheres racializadas articulam-se nos feminismos que dialogam com as perspectivas pós-coloniais<sup>16</sup>, destacam a importância de abordarem perspectivas como gênero, sexualidade, raça e classe social. Na América Latina, feminismos negro (Lelia Gonzalez, Jurema Werneck, Sueli Carneiro), decolonial (Gloria Anzaldúa, Maria Lugones, Grada Kilomba, Chela Sandoval). O feminismo popular procura garantir que as questões e demandas das mulheres em contextos populares não sejam negligenciadas dentro do movimento feminista mais amplo. Com isso, reconhece a diversidade de experiências e busca criar uma mudança social que beneficie todas as mulheres, independentemente de sua origem socioeconômica, reconhecendo que as experiências das mulheres são moldadas por múltiplos aspectos de suas inserções sociais e identidades, que é fundamental considerar a interseção dessas múltiplas ontologias para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas de poder e opressão, ampliando o escopo de discussões sobre as experiências das mulheres e como as estruturas sociais e culturais afetam suas vidas de maneiras complexas e interconectadas.

Sendo assim, o surgimento do feminismo negro representa importante e necessária resposta às lacunas existentes no movimento feminista tradicional, que não reconhecia experiências e demandas de mulheres negras. Contextualmente, o feminismo negro emerge a partir das lutas históricas e das vozes de mulheres negras que enfrentaram opressões interseccionais, engajando-se na resistência contra o racismo, o sexismo e outras formas de discriminação.

No contexto dos Estados Unidos, cuja luta feminista repercutiu no Brasil, como dito, figuras como Sojourner Truth foram pioneiras na defesa dos direitos das mulheres negras, ainda no século XIX, questionando a falta de inclusão e de reconhecimento nos movimentos feministas predominantemente brancos. Mais tarde, na década de 1960 e 1970, ativistas como Angela Davis, bell hooks, Audre Lorde e Patricia Hill Collins trouxeram contribuições significativas para a teoria e prática do feminismo negro, ao destacarem as interconexões entre raça, gênero e classe social.

Sem dúvida, há um consenso entre as pesquisadoras no tocante a organização exclusiva para mulheres negras que teria sido pela exclusão, ou pela não inserção de pautas específicas que contemplassem a vida de mulheres negras, como o movimento feminista e o próprio movimento negro. Desta forma, elas continuaram a fazer parte dos grupos mistos até quando

---

<sup>16</sup> O movimento feminista negro se beneficia das perspectivas pós-coloniais ao considerar formas de resistência cultural, preservação de identidades e reconhecimento das heranças culturais das mulheres racializadas.

perceberam que o melhor formato para intensificar e fortalecer a mobilização para enfrentar as desigualdades, principalmente de raça e gênero, seria por meio da organização de grupos próprios (Cardoso, 2012).

De fato, o movimento feminista negro no Brasil representa uma poderosa voz na luta contra a opressão, articulando as interseccionalidades do gênero, raça e classe. Lélia Gonzalez, uma das figuras fundamentais desse movimento, foi uma socióloga, professora e ativista, cujas ideias pioneiras moldaram a perspectiva feminista negra no país. Em suma, sua contribuição foi marcada pela análise crítica das estruturas sociais que perpetuam o racismo e o sexismo, destacando a importância de uma abordagem interseccional na luta feminista. Ela defendia a ideia de que o feminismo deveria ir além da pauta, exclusivamente, branca, incorporando as vivências das mulheres negras e suas especificidades sociais, culturais e econômicas.

Sueli Carneiro, outra influente ativista e intelectual, também desempenha um papel significativo no movimento feminista negro brasileiro. Fundadora do Geledés<sup>17</sup> — Instituto da Mulher Negra, Carneiro é uma renomada feminista, filósofa e escritora. Ela tem trabalhado incansavelmente para conscientizar a sociedade sobre questões enfrentadas pelas mulheres negras, promovendo a visibilidade e a valorização de suas experiências. Ambas as autoras, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, tem contribuição notável para a ampliação do diálogo feminista no Brasil, inspirando gerações de mulheres negras a envolverem-se ativamente na busca por igualdade, justiça e reconhecimento de seus direitos.

Portanto, o feminismo negro não apenas revisitou questões específicas enfrentadas pelas mulheres negras, mas também, desafiou concepções tradicionais de feminismo, enfatizando a importância da interseccionalidade e da inclusão de todas as vozes marginalizadas. Sendo assim, ao articular uma crítica ao racismo estrutural, ao patriarcado e a outras formas de opressão, o feminismo negro rejeitou a ideia de uma opressão universal e reconheceu a complexidade das experiências das mulheres negras, reivindicando o seu espaço de fala no movimento feminista na totalidade. Ribeiro (2019) destaca que o atual conceito de interseccionalidade tem sido, de fato, construído há mais de um século por ativistas negras, que evidenciaram as interações entre as opressões de gênero, classe e raça.

Conforme mencionado por Ribeiro (2019), a criação de narrativas pelas mulheres negras a partir de si mesmas, e não em comparação com outros, sejam homens ou mulheres brancas, é

---

<sup>17</sup> Fundada em 30 de abril de 1988, Geledés é uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigente na sociedade brasileira. Acesso pelo endereço eletrônico - [www.geledes.org.br](http://www.geledes.org.br).

premissa fundamental para o feminismo negro. Segundo a filósofa, isso tem importância central, uma vez que, é na relação de comparação que perpetuam-se a submissão e a dominação. Na contribuição da autora, observa-se a possibilidade de que, por meio da articulação entre aspectos teóricos e empíricos, seja possível estabelecer categorias para analisar os discursos presentes nas representações, revelando práticas de confronto às relações de poder. Para tanto, nota-se a necessidade urgente de deslocar o pensamento hegemônico, a fim de ressignificar identidades, de modo que pessoas que histórica, social e politicamente foram culturalmente excluídas e marginalizadas, tenham voz e visibilidade. Isso implica reconhecer as diferenças e considerá-las essenciais para a formação de sujeitas plurais. “[...] o não reconhecimento de que partimos de lugares diferentes, posto que experienciamos gênero de modo diferente, leva à legitimação de um discurso excludente, pois não visibiliza outras formas de ser mulher no mundo” (Ribeiro, 2019, p. 51).

No contexto acadêmico e ativista, o termo interseccionalidade refere-se à análise das interconexões e sobreposições entre diferentes marcadores de identidade, como raça, gênero, classe social, orientação sexual e habilidade física. Além disso, essa abordagem reconhece que a opressão não ocorre isoladamente, mas sim de maneira interligada, criando experiências únicas de marginalização para aquelas que vivenciam múltiplas formas de discriminação.

A origem do conceito remonta às décadas de 1970 e 1980, quando feministas negras e acadêmicas como Kimberlé Crenshaw, Audre Lorde, bell hooks e Angela Davis começaram a questionar as teorias feministas dominantes, que muitas vezes, não consideravam as experiências específicas das mulheres negras. Isto é, elas observaram que mulheres negras enfrentavam formas únicas e complexas de opressão que não podiam ser compreendidas apenas por meio de uma lente unidimensional de gênero ou raça.

Assim, o feminismo negro, como movimento sociopolítico, emerge como uma resposta às múltiplas formas de opressão e marginalização experimentadas pelas mulheres negras. Como referidos, sua gênese remonta a uma longa história de resistência e luta das mulheres afrodescendentes em âmbito global, sendo fundamentado nas experiências vividas por estas mulheres nas Américas, incluindo a América Latina. A trajetória do feminismo negro na América Latina está intrinsecamente vinculada às lutas históricas contra a escravização e ao processo de libertação das mulheres negras e às lutas atuais. Em suma, durante o período colonial, as mulheres negras eram sujeitas a um duplo fardo opressivo, tanto em virtude da raça quanto do gênero. “A interseccionalidade trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, as opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas às mulheres, raças, etnias, classes e outras”

(Akotirene, 2019, p. 73).

De fato, na década de 1970, o feminismo negro surgido nos Estados Unidos durante a década de 1960 e início da década de 1970 como uma forma de lutar contra as opressões interseccionais enfrentadas pelas mulheres negras. Esse movimento buscava dar voz às experiências e demandas específicas das mulheres negras, que, muitas vezes, eram negligenciadas pelos movimentos feministas brancos e pelos movimentos negros masculinos. Além disso, a luta pela construção das identidades de mulheres negras ganhou força, com diversas organizações e grupos dedicados a combater o racismo e o sexismo. Essas organizações buscavam promover a autoestima e a autoafirmação das mulheres negras, bem como, garantir que suas experiências e perspectivas fossem consideradas políticas e que resultem em ações afirmativas.

A partir do advento da redemocratização nos anos 1980, o feminismo brasileiro começou a desenvolver-se de forma intensa, com grupos e grupos surgindo em todo o país e tratando de uma grande variedade de temas, como violência, sexualidade, direitos trabalhistas, igualdade no casamento, acesso à terra, saúde materno-infantil, combate ao racismo e questões sexuais. Muitos desses grupos estavam engajados em movimentos populares femininos em áreas de baixa renda e favelas, engajados em questões relacionadas a saneamento, educação, moradia e saúde, muitas vezes com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica.

Com isso, a proximidade entre o feminismo intelectualizado de classe média e os movimentos populares permitiram uma maior integração entre esses grupos sociais. Percebe-se que, apesar de muitas jovens mulheres negras terem começado sua militância a partir dos movimentos de base da Igreja Católica, como nas pastorais, as discussões de raça, para muitas mulheres negras, vão lhes chegar em momentos diferentes mesmo estando nessas pastorais que eram ligadas de uma certa forma.

A fim de compreender, como uma reforma dentro das hierarquias da Igreja Católica influenciou não só na formação de grupos mistos que discutiam questões relacionadas à população negra, ligados à Igreja ou não, mas também, mais tarde se refletiram nas organizações, em grupos específicos de mulheres negras, faz-se necessário uma pequena e relevante contextualização desses movimentos, a começar pela própria mudança interna na Igreja Católica, ao querer uma maior aproximação com as camadas populares, observando também o contexto de ditadura militar, no país.

Por exemplo, na época da ditadura militar, as feministas radicais e liberais que estavam na vanguarda do movimento, engajaram-se na luta contra o golpe de 1964. No entanto, nos

marcos do patriarcado e de suas influências, várias mulheres foram vítimas de violências, tanto dentro, quanto fora de casa. Especificamente, mulheres negras e de classes desprivilegiadas enfrentaram assédio sexual e moral, de forma, ainda mais acentuada nesse período. No entanto, movimentos feministas que defendiam a liberdade feminina não atendiam aos interesses das mulheres negras, que eram, frequentemente, subestimadas pela hegemonia burguesa e patriarcal.

De acordo com Sueli Carneiro, o feminismo negro é um movimento que reconheceria as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, indo além da identidade biológica, a fim de dar voz às mulheres silenciadas e aos corpos estigmatizados, vítimas de múltiplas formas de opressão, além do sexismo. No entanto, é fundamental ampliar essa discussão para abordar os impactos devastadores que essas violações tiveram sobre as mulheres negras. É importante ressaltar, em primeiro lugar, que a identidade brasileira tem suas raízes na violência colonial perpetrada pelos senhores brancos contra mulheres negras e indígenas. Conforme apontado por Carneiro (2003), a formação da nação brasileira é marcada pela violência sexual colonial.

Outrossim, a teoria de Lélia Gonzalez, voltou-se ao entendimento da interseção de gênero, imposto pelo patriarcalismo em sua relação com raça, como categoria de classificação social (Quijano, 2009) herdada do colonialismo. Gonzalez (1988), enfatiza a importância de compreender a interseccionalidade das opressões, incluindo a interação entre gênero e raça, na luta contra o racismo e o sexismo. A autora também destaca a necessidade de reconhecer a agência (Asante, 2009) das mulheres negras na construção de suas próprias identidades e na resistência contra as opressões que enfrentam.

Para Gonzalez (1988), a luta contra o racismo e o sexismo é parte de uma luta mais ampla pela transformação social. Ela defendia a ideia de que a libertação das mulheres negras era fundamental para a libertação de toda a sociedade, uma vez que as opressões que enfrentam estão profundamente enraizadas na estrutura social e nas relações de poder. Suas obras: *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (1988), *A categoria política-cultural de amefricanidade* (2018) e *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020), são fundamentais para compreender a relação entre gênero, raça e classe no contexto brasileiro e para a luta contra o racismo estrutural e o sexismo.

Além disso, um dos aspectos fundamentais que permite distinguir o movimento feminista branco do movimento feminista negro são os contextos históricos a partir dos quais surgiram. Enquanto o primeiro reproduz a racionalidade do pensamento iluminista, o feminismo negro, embora ainda não tendo esse nome, emergiu em um contexto de uma história de escravização.

Hoje, esse feminismo incorporou a racionalidade de luta e resistência das mulheres naquele contexto. Assim, o feminismo negro constitui-se como articulando epistêmica, teórica e politicamente, as teorias de gênero e raça, levando à inclusão da temática racial no âmbito do debate feminista. É fundamental realizar questionamentos que vão além da simples análise de como as relações de raça e gênero foram construídas, pois, na verdade, elas sempre existiram e continuam presentes (Gonzalez, 1985).

Nessa direção, interseccionalidade é um conceito que tem sido amplamente discutido desde a década de 1980, sobretudo por teóricas negras feministas. Cada teórica contribuiu para a elaboração de conceitos e ferramentas analíticas que permitem entender a complexidade das opressões e discriminações vivenciadas por grupos marginalizados, como as mulheres negras. Esses conceitos são aplicados em diferentes contextos e áreas, como nos estudos sobre saúde, violência de gênero, política, cultura, entre outros.

A seguir o Quadro 2, com autoras e suas contribuições teórico-epistêmicas aos estudos interseccionais, em seus respectivos períodos históricos:

Quadro 2 - Contribuições teóricas da abordagem interseccional no movimento feminista

<b>Teórica</b>	<b>Conceitos-Chave</b>	<b>Período histórico</b>
Kimberlé Crenshaw	Interseccionalidade, dupla opressão, violência de gênero, racismo estrutural	Década de 1980 e atualmente
Patricia Hill Collins	Matriz de opressão, interseccionalidade, diáspora africana.	Décadas de 1980 e 1990
Gloria Anzaldúa	Mestiçagem, fronteiras, nepantla, identidade, resistência.	Décadas de 1980 e 1990
Audre Lorde	Identidade, diferença, empoderamento, lesbianismo.	Décadas de 1970 e 1980
Lélia Gonzalez	Racismo estrutural, Racismo ambiental, Colonialismo, discriminação de gênero	Décadas de 1970 e 1980
bell hooks	Feminismo negro, estudos culturais, política do cotidiano	Décadas de 1980 e 1990
Maria Lugones	Colonialidade, colonialidade de gênero, dupla colonização, interculturalidade, feminismo comunitário	Décadas de 1990 e 2000
Carla Akotirene	Afrocentricidade, epistemologias negras, feminismo afro-brasileiro, interseccionalidade	Décadas de 2000 e atualmente
Jurema Werneck	Saúde da população negra, racismo institucional, interseccionalidade.	Décadas de 2000 e atualmente
Sueli Carneiro	Feminismo negro, afrocentricidade, racismo estrutural	Décadas de 1980 e atualmente

Fonte: Elaborado pelo autor dessa dissertação com base nas obras das autoras apresentadas

Outrossim, com base em uma análise da interseccionalidade discutida por várias teóricas, podemos observar que opressões de diversas formas interseccionam-se. Isso inclui a violência sexual motivada por questões étnicas e raciais, os estereótipos racializados de gênero,

a representação midiática, a disseminação de propagandas racistas ou sexistas, a negação dos direitos reprodutivos de mulheres pobres, racializadas, e de minorias, além da negação do acesso à educação formal e da diminuição de oportunidades no mercado de trabalho, entre outras manifestações. Essas opressões estão intrinsecamente relacionadas e interconectadas, resultando em uma multiplicidade de formas de discriminação e desigualdades enfrentadas por mulheres marginalizadas em termos de gênero, raça, classe social e outras características.

Patrícia Hill Collins, que desenvolveu uma visão conceitual robusta no âmbito da interseccionalidade, argumenta que as estruturas de poder, como raça, classe e gênero, não são entidades separadas, mas estão interconectadas e influenciam mutuamente as experiências das pessoas. A autora propõe uma abordagem interseccional que considera, não apenas as categorias tradicionais de gênero, raça e classe, mas também, outras formas de poder, como sexualidade, nacionalidade e habilidades físicas. Ela enfatiza a importância de entender as interseções complexas dessas identidades para analisar as dinâmicas sociais de opressão e privilégio.

Segundo Carla Akotirene, que contribui com visões conceituais para o debate sobre interseccionalidade no contexto brasileiro, sua abordagem destaca as interseções entre raça, gênero e classe no contexto específico do Brasil, levando em consideração as nuances da diversidade racial e étnica do país. Assim, argumenta que a interseccionalidade no Brasil precisa ser compreendida à luz da complexidade das identidades afro-brasileiras, indígenas e de outras minorias étnicas. Ela destaca a importância de incorporar essas perspectivas interseccionais ao analisar questões sociais, políticas e econômicas no país, proporcionando uma visão mais holística das desigualdades e das experiências vividas pelas mulheres afro-brasileiras.

Nesse processo de reafirmação das diferenças étnico-raciais e de subjetividades, as mulheres negras também compreendem que suas identidades são uma sobreposição de raça, classe e gênero, não se limitando a apenas um desses aspectos. Essa sobreposição resulta em demandas específicas que não estavam sendo devidamente abordadas, por exemplo, pelo movimento negro em sua totalidade.

No contexto da ditadura militar no Brasil, em 18 de junho de 1978, como mencionado, surgiu uma das organizações de resistência mais importantes do país o MNU. Decerto, neste movimento, que desde sua fundação incorporou em sua agenda as demandas das mulheres negras, reconhecendo e valorizando a subjetividade feminina negra, persistia, no entanto, internamente, posições relacionadas ao sistema patriarcal que atribuía às mulheres papéis restritos de esposas e mães. Isso resultava, por exemplo, na exclusão delas em ocupar cargos de liderança nas organizações.



Assim, segundo Carneiro (2003), durante a década de 1980 no Brasil, as demandas das mulheres eram abordadas pública e politicamente, exclusivamente, pelo Movimento de Mulheres, que já havia se tornam uma referência global desde o início do século XX. Esse movimento lutava em prol da educação e do direito ao voto feminino. Apesar das conquistas significativas, as questões raciais não eram abordadas pelo movimento feminista (Carneiro, 2003). Rosália Lemos destaca uma declaração de Jurema Werneck, fundadora da organização Criola, ilustrando as diferenças fundamentais em relação ao movimento feminista.

Existem questões de subemprego, trabalho, direito à procriação que são diferentes. Enquanto a mulher branca reivindica o direito de evitar filhos, a mulher negra reivindica o direito de tê-los, criá-los e vê-los vivos até a velhice (Werneck *apud* Lemos, 1997, p. 125).

O contexto, nas décadas de 1970 e 1980, mulheres negras no Brasil encontravam-se, inicialmente, divididas entre dois movimentos sociais: o feminista e o negro (Bairros, 1995; Carneiro, 2005). Assim, por não se encaixarem nem na categoria de brancas, nem na de homens, encontravam-se em uma dupla condição de alteridade, sendo a antítese tanto da branquitude quanto da masculinidade. Apesar de conquistas importantes, o MNU ainda estava preso a uma visão universal da mulher, tratando o gênero como uma categoria fixa, natural, binária e hierárquica, e sua luta era fundamentada na oposição ao patriarcalismo. Certamente, a criação do Conselho Nacional de Condição da Mulher (CNDM), em 1984, representou uma conquista relevante para o movimento feminista brasileiro. O Conselho, juntamente com outros grupos influentes, conduziu uma campanha nacional com o objetivo de incluir os direitos das mulheres na Constituição de 1988, que é reconhecida internacionalmente por garantir uma ampla gama de direitos para as mulheres (Pinto, 2000).

De fato, refletindo sobre esses contextos históricos, Ribeiro (2019) menciona Grada Kilomba, feminista negra interseccional, que enfatiza sobre os obstáculos enfrentados pelas mulheres negras para alcançar seu protagonismo e representatividade social, estão relacionados ao fato de que elas são, “o outro do outro<sup>18</sup>”, sendo a contraposição à branquitude e à masculinidade. Isso, decerto, resulta em uma hierarquização da humanidade, colocando as mulheres negras como uma subcategoria (Ribeiro, 2019).

Assim, nos discursos sobre o avanço das mulheres negras, em sua luta, inclusive, para

---

<sup>18</sup> Assim, se a formação do sujeito negro como "Outro" é personificada pelo homem negro, a mulher negra passa a ser "O Outro do Outro". Isso acontece porque ela é excluída dessa primeira "Outridade", que pressupõe o gênero masculino e não reconhece as singularidades e interseções entre raça e gênero, especialmente no caso das mulheres racializadas (RIBEIRO, 2019).

“enegrecer o feminismo” (Carneiro, 2011), há que se considerar que:

[...] enquanto se inscreveram, no panorama político, as contradições de raça e gênero, as mulheres negras catalisaram as bandeiras de insurgência edificadas historicamente pelos movimentos negros e das mulheres no Brasil, enegrecendo, de um lado, as reivindicações das mulheres e, por outro, impulsionando a feminização das propostas e aspirações do Movimento Negro (Domingues, 2009, p. 46).

Esse panorama está, intrinsecamente, relacionado à outra face do capitalismo, conforme proposto por vários autores decoloniais, que afirmam que a colonialidade foi e continua sendo uma condição fundamental para a existência da modernidade (Mignolo, 2017; Santos, 2008). Sob uma perspectiva feminista, algumas autoras argumentaram que essa premissa gerou formas específicas de violência sobre corpos, frequentemente, identificados como mulheres, o que Lugones (2014), denominou de sistema moderno colonial de sexo e gênero. Maria Lugones enfatiza que esse sistema não deve ser entendido como subalterno, como sugeriu Quijano (2005), mas como constitutivo, uma vez que, todo o sistema moderno baseia-se nas categorias de raça, gênero e classe. Assim, esta autora quer descolonizar o feminismo.

Uso do termo colonialidade seguindo a análise de Aníbal Quijano do sistema de poder capitalista do mundo em termos de colonialidade do poder e da modernidade — dois eixos inseparáveis no funcionamento desse sistema de poder. A análise de Quijano fornece-nos uma compreensão histórica da inseparabilidade da racialização e da exploração capitalista como constitutiva do sistema de poder capitalista que se ancorou na colonização das Américas. Ao pensar a colonialidade do gênero, eu complexifico a compreensão do autor sobre o sistema de poder capitalista global, mas também crítico sua própria compreensão do gênero visto só em termos de acesso sexual às mulheres. Ao usar o termo colonialidade, minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos. Isso contrasta fortemente com o processo de conversão que constitui a missão de cristianização (Lugones, 2014, p. 239. Grifos meus).

A abordagem interseccional desta autora a faz lembrar que a colonialidade de gênero é uma herança viva da colonização que permanece na intersecção de gênero, classe e raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial, Lugones (2014). Nunca é demais lembrar que a colonialidade do poder racializou povos e continentes. As feministas pós-coloniais questionam a ideia de universalismo, reconhecendo que as experiências das mulheres

são diversas, e não podem ser compreendidas, apenas por meio de uma lente cultural ou geográfica específica. Elas destacam a importância de abordagens contextuais e específicas para entender as complexidades das experiências femininas.

No contexto brasileiro, como ressalta Sodré (2019), tivemos uma abolição jurídico-política a qual, porém não se efetivou socialmente. Segundo o autor, houve a abolição do racismo de segregação, mas não ocorreu a abolição no âmbito da dominação. Isso significa que, apesar da oficialização do fim da escravização e da instituição de direitos iguais perante a lei, a estrutura de dominação racial e de gênero persistiu e continuou a afetar as vidas das pessoas negras. O racismo estrutural<sup>19</sup> — que ele classifica em dois tipos: de segregação e de dominação — e as desigualdades resultantes desse sistema continuam presentes na sociedade brasileira, refletindo-se em disparidades socioeconômicas, discriminação racial e acesso desigual a oportunidades e recursos.

Na segregação colocava-se o[a] negro[a] na senzala, no lugar dele[a] à base da força, da porrada, à base do pau. O de dominação não. Continua-se botando em outro lugar, mas por meio de julgamentos, julgamentos negativos, escalonamento diferenciado no mercado de trabalho. Esse é o racismo de dominação que a abolição não acabou, que continua na forma escrava. (Sodré, 2019, p. 879. Grifo meu)

A interseccionalidade permite uma compreensão mais completa das experiências das mulheres negras, reconhecendo que a opressão não é experimentada de maneira uniforme, mas sim, moldada por uma interação complexa de fatores sociais de representação e identitários. Ao considerar a intersecção de raça, gênero, classe e outras categorias, a interseccionalidade desafia as estruturas de poder dominantes e revela voz e visibilidade às experiências e demandas das mulheres negras.

Conforme Hirata (2014), a lente da interseccionalidade permite a apreensão integrada das múltiplas fontes de identidades e desigualdades sociais ao considerar a articulação de gênero e raça para olhar as diferenças entre homens brancos e negros e mulheres brancas e negras. Se desigualdades sociais de gênero foram e são enfrentadas em lutas vigorosas do movimento feminista, que se recusa a aceitar as normas desiguais impostas às mulheres, o movimento negro pauta a interseccionalidade.

Em suma, a perspectiva da interseccionalidade no feminismo negro proporciona uma

---

<sup>19</sup> O racismo estrutural pode ser caracterizado como um conjunto de práticas, políticas e sistemas sociais que perpetuam a desigualdade com base na raça em diversas instituições e estruturas da sociedade. No contexto do feminismo negro e das contribuições das feministas pós-coloniais, o racismo estrutural manifesta-se de várias maneiras, impactando de forma desproporcional as mulheres negras. (GONZALEZ, 1982)

análise mais complexa e inclusiva das experiências das mulheres negras, o que tem sido, inclusive, exercido influência na representação social de mulheres negras pela mídia. De fato, tal perspectiva reconhece a intersecção de opressões e desafia as estruturas dominantes, promovendo uma luta por justiça social que seja abrangente, interconectada e verdadeiramente representativa das vivências das mulheres negras. A representação social da mulher negra pela mídia, na medida em que pautar a perspectiva interseccional, pode desempenhar um papel significativo na direção de contribuir para romper com a perpetuação de estereótipos negativos e subalternização.

Outrossim, o *site*: [b\\_arco.art.br](http://b_arco.art.br)<sup>20</sup> desempenha um papel significativo na promoção da representação da mulher negra na mídia, ao destacar artistas e profissionais negras nas diversas formas de expressão artística. Ao oferecer visibilidade e espaço para narrativas lideradas por mulheres negras, a plataforma contribui para a desconstrução de estereótipos e para o fortalecimento de uma representação mais diversificada. Além disso, ao enfatizar a presença e as contribuições dessas mulheres nos campos artísticos, o [b\\_arco.art.br](http://b_arco.art.br) atua como um agente de mudança, desafiando padrões estabelecidos e ampliando o alcance de vozes, anteriormente, marginalizadas. Dessa forma, o *site* não apenas oferece um contraponto à sub-representação, mas também, celebra a riqueza e a variedade de perspectivas das mulheres negras na criação artística e na mídia contemporânea.

Paralelamente, a atuação das mulheres negras, ao trazer para o cenário político as contradições resultantes da intersecção dos marcadores de raça, classe e gênero, promoveu a síntese das demandas historicamente levantadas pelos movimentos negro e feminista do país. Isso implica na inclusão das reivindicações das mulheres, de forma mais representativa do conjunto das brasileiras, ao mesmo tempo, em que ocorreu a feminização das propostas e demandas do movimento negro (Carneiro, 2003).

Além disso, Carneiro (2003) destaca uma perspectiva feminista negra que surge da condição específica de ser mulher, negra e, em geral, materialmente, pobre, delineando o papel que essa perspectiva desempenha na luta contra o racismo e o sexismo no Brasil. Na visão da autora, o feminismo possui méritos significativos, especialmente, no Brasil, ao unir as lutas das classes populares aos movimentos feministas. No entanto, é importante considerar as especificidades presentes nas questões de gênero, uma vez que, as mulheres negras tiveram uma

---

<sup>20</sup> O [b\\_arco](http://b_arco.art.br) é um centro cultural contemporâneo. Um espaço que une educação e arte criado para transmitir e aprofundar conhecimento, desenvolvendo pesquisas e produzindo conteúdo nas mais diversas formas de expressão cultural. Originalmente, o nome [b\\_arco](http://b_arco.art.br) surge como uma sigla para Brasil Arte Contemporânea. Mas o nome em si carrega os significados que estão na base do conceito deste espaço: o sentido de navegar, abarcar, explorar, transportar, estar em permanente movimento, e seguir um fluxo contínuo. Site: <http://barco.art.br>

experiência histórica diferente das opressões vivenciadas pelas mulheres brancas.

## **2.5 Ecos do feminismo negro e da perspectiva interseccional: re-existência de mulheres negras piauienses na mídia?**

Nos anos 70, o Movimento Negro teve um aumento na participação e análise, o que incentivou o debate sobre o racismo no Brasil, que se expandiu em termos de número e diversidade de intelectuais envolvidos com a temática. Intelectuais negros apropriaram-se desse diálogo, dando-lhe uma nova abordagem metodológica e apresentando propostas políticas relevantes para a diminuição da desigualdade racial no país. Historicamente a presença negra no Piauí remonta ao século XVII, com a ocupação do atual território, marcada pela utilização da mão de obra negra escravizada na atividade econômica predominante da época, a pecuária (Werneck, 2010). Essa presença significativa da comunidade negra manteve-se como uma referência principal durante os séculos de vigência do sistema escravista na região. O contexto, a resistência negra expressou-se por meio de diversas formas. Uma das mais comuns, foi a fuga de pessoas escravizadas, que, frequentemente, resultava na criação de comunidades conhecidas como quilombos, no adentramento dos sertões, como no Piauí.

Além disso, é possível identificar indícios de mulheres negras que desempenharam papéis estratégicos em iniciativas econômicas ou políticas de resistência durante o período colonial (Werneck, 2010). Um exemplo notável desse contexto, são os quilombos, que, apesar de serem reconhecidos por servirem como refúgio para fugitivos, muitas vezes, deixam de lado a relevância das mulheres negras para o funcionamento dessas comunidades.

O trabalho do autor Clóvis Moura intitulado — *Rebeliões da Senzala à Presença no Piauí*, é uma importante contribuição para o entendimento das dinâmicas sociais e políticas relacionadas à escravidão e à luta pela liberdade no Brasil. Moura (1990) analisa não apenas as revoltas e rebeliões ocorridas no contexto das senzalas, mas também, a trajetória de negros e negras libertos/as após a abolição da escravatura e sua presença na sociedade piauiense. Ao explorar essas temáticas, Moura oferece uma perspectiva histórica rica, destacando a resistência negra em diversas formas, desde os levantes nos quilombos até a inserção dos libertos nas estruturas sociais do Piauí pós-abolição.

Assim, o autor contextualiza as experiências de afrodescendentes no Piauí, revelando suas estratégias de adaptação, sobrevivência e mobilização social. Ao analisar os caminhos

tomados pelas pessoas libertas, Moura lança luz sobre a complexidade das identidades afro-brasileiras pós-abolição, demonstrando como essas trajetórias individuais e coletivas moldaram a sociedade piauiense. Assim, não apenas oferece uma análise crítica das rebeliões e revoltas nas senzalas, mas também, destaca a resiliência e a ressignificação da liberdade por afro-brasileiros/as no Piauí, proporcionando uma visão detalhada e multifacetada da história negra na região intitulados quilombos. Esses locais serviam como refúgio para pessoas escravizadas em busca de liberdade, representando um importante esforço para assegurar sua autonomia e independência. A historiografia tradicional sobre a escravidão e a formação dos quilombos no Brasil, geralmente, relata uma trajetória em que os quilombos foram construídos a partir da resistência de escravizados/as por meio de fugas migratórias.

De acordo com Monteiro (2008, p. 38), o estado do Piauí passou um considerável lapso de tempo sem o debate sobre a questão racial negra, devido ao escamoteamento da situação da pessoa negra na sociedade piauiense, o que conseqüentemente, segundo a autora, teria dificultado ou impedido a formação de movimentos identitários negros no Estado. No Piauí, diz a autora, os movimentos negros são oriundos das associações de bairro, sindicatos, organizações partidárias e de grupos da juventude da igreja católica.

Acrescente-se que havia pessoas que eram somente militantes, não estando necessariamente ligadas aos ideais religiosos. Isto vem a ser uma característica marcante sobre a organização do movimento de mulheres negras na cidade de Teresina. Nesta, tanto a Juventude Operária Católica (JOC), quanto a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) tiveram forte atuação. É a partir delas, por exemplo, que saíram lideranças, mulheres negras, como Francisca Trindade, uma das três mulheres negras homenageadas pela revista *Revestrés*.

Além disso, na herança das lutas históricas, na década de 80, militantes da negritude no Piauí conceberam a ideia de criar o Movimento Negro. Lideranças negras, no contexto, uniram esforços para estabelecer os objetivos do grupo, visando a conquistar um espaço político transformador naquele momento. No contexto, a identidade negra, pensada no singular, é compreendida em processo histórico construído numa sociedade marcada por um racismo ambíguo, praticado, mas não assumido abertamente como tal, e pela persistência do mito da democracia racial. Essa identidade forja-se, como todas, no contato com o outro, no contraste, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo, mas, sobretudo, na diferença racial, em que pese a ideologia do colorismo, no Brasil. Ativistas negras e negros são, portanto, principais protagonistas a falar, explicar e expressar todo o conhecimento acumulado ao longo da construção de suas identidades negras, que no discurso do movimento se unifica.

De fato, no contexto do Piauí, o feminismo tem sido uma influência crescente na

discussão de temas como a violência de gênero, o feminicídio — inclusive, com a Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio (Silva e Nascimento, 2023), o acesso à saúde reprodutiva, à igualdade salarial, à participação política e outros problemas enfrentados pelas mulheres na região. Por meio de organizações feministas, coletivos e ativistas, as mulheres têm-se unido para pressionar por mudanças significativas, para combater as estruturas patriarcais que perpetuam a desigualdade de gênero e o aumento da violência.

Em 1988, impulsionados pela efervescência da Campanha da Fraternidade, iniciou-se o trabalho dos Agentes de Pastoral Negros (APNs), sob a coordenação de figuras como Frei Leandro, Adelino, Frei João Muniz, Halda Regina, Conça, Ruimar, Lucimar, Ieda da JUFRA, Raimundinha da JUFRA, Divina, Rejanei, Cláudete, Josefa, Frei Fernâncio OFMCap e Irmã Francinete, dentre diversas lideranças. Juntos/as, empreenderam a construção do projeto que resultaria no primeiro Encontro do Movimento Negro de Teresina.

Como evidenciado, o movimento de mulheres negras em Teresina, veio-se organizando, a partir da inserção de mulheres negras em diferentes espaços de luta, como os Agentes de Pastoral Negros (APNs), nas universidades, nos sindicatos, nos bairros, dentre outros. Mesmo sendo no movimento misto, elas tomavam a frente e eram a maioria. Ademais, após envolverem-se de fato com a causa da população afro-brasileira, o fortalecimento da identidade negra seria uma questão importante para o Movimento Negro, no Estado do Piauí, conseqüentemente em sua capital Teresina, por meio da manifestação cultural do bloco de carnaval Coisa de Nêgo<sup>21</sup>. A afirmação da negritude para além da dimensão cultural de divertimento, no qual estava inserida, como um bloco de rua, passaria pelo compromisso de reabilitação de todo um legado de luta e resistência, histórico, político, cultural, do negro no Brasil, na sociedade teresinense como forma de luta contra o racismo por meio do viés cultural.

Portanto, um dos objetivos do Coisa de Nêgo foi levar homens e mulheres negras a assumirem-se como pessoas negras, sem terem vergonha de suas histórias e de suas trajetórias. Essa identificação com a negritude, conseqüentemente, tornará um ato político, como diz Souza (1983, p. 17-18), “saber ser negro/a, identificar-se como negro/a, apesar de ter tido as nossas identidades massacradas, submetidas à exigências e compelidas a expectativas alienadas, é também comprometer-se em resgatar nossas histórias e nossas potencialidades”.

A proposta de um bloco afro de rua tinha como objetivo destacar os elementos culturais

---

<sup>21</sup> A formação do Grupo Coisa de Nêgo atraiu novos ativistas engajados na inserção política, cultural e artística. Liderados por figuras proeminentes como Ruimar, Assunção, Lucimar, Lúcia Araújo, Halda Regina, Negro Chico, a saudosa Deputada Francisca Trindade, Severino, Ildete, Ribamar, Geovano, Chiquinha, Gilvan Santos e Chagas Vale, entre outros, esses indivíduos dedicaram seu esforço à luta em prol da valorização da identidade negra. É por meio da cultura que o Coisa de Nêgo fortalecerá uma identidade negra em Teresina e no Piauí (SOUZA, 1983).

afrodescendentes, evidenciado pelo próprio nome do grupo, Coisa de Nêgo. Conforme apontado por Monteiro (2008), a escolha da denominação originou-se de uma poesia escrita por Cineas Santos<sup>22</sup>, originalmente intitulada — Coisa de Preto. Posteriormente, essa composição não apenas transformou-se no hino do grupo, mas também, passou por uma modificação realizada por Feliciano Bezerra<sup>23</sup>, sendo então denominada — Coisa de Nêgo.

Conforme destacado por Cardoso (2012, p. 201), a incorporação da perspectiva de gênero desempenhou um papel crucial na promoção de relações mais igualitárias entre os membros do grupo. No entanto, mesmo quando mulheres negras ocupavam posições de destaque social e liderança em movimentos mistos, como no Coisa de Nêgo, isso não garantia necessariamente a eliminação completa das hierarquias nas relações de gênero.

Também, no feminismo negro local, destacam-se ainda o Ayabás, Instituto da Mulher Negra do Piauí, que nasceu no dia seis de setembro de 2009, inicialmente como Grupo de Mulheres Negras. O Ayabás é cofundador da Rede de Mulheres Negras do Nordeste e, atualmente, compõe a coordenação desta Rede. Sua sede é o Memorial Esperança Garcia, em Teresina, no qual, além de atividades culturais diversas, funciona o Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência Esperança Garcia (CREG). O Centro atende mulheres de 18 a 59 anos, vítimas de violência doméstica e de gênero, residentes em Teresina. Além de oferecer práticas integrativas e complementares de saúde e cursos gratuitos de qualificação profissional, o espaço também oferece atendimento jurídico, social e psicológico.

Uma expressão adicional da identidade negra no Piauí, especialmente, direcionada às mulheres negras do estado, foi a criação do — Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia<sup>24</sup>, em abril de 1994. Este grupo emergiu como uma organização civil composta por mulheres negras, dedicadas, principalmente, à promoção de projetos sociais e políticos. Seu objetivo primordial era elevar a autoestima das mulheres negras no estado, ao mesmo tempo em que fomentava o desenvolvimento de diversas atividades comunitárias. Sem fins lucrativos, o coletivo é formado exclusivamente por mulheres negras com diversas formações educacionais e posições sociais. O foco principal de seu trabalho social concentra-se em mulheres, adolescentes e meninas negras do estado do Piauí.

---

<sup>22</sup> Poeta, cronista, intelectual, professor, agente cultural, advogado, editor e livreiro brasileiro. Integra o Conselho Estadual de Cultura. Desde 1965 vive em Teresina, capital do Piauí, onde desenvolveu trabalho de agente cultural, atuando em diversas áreas, há décadas exercendo atividades no cenário artístico-cultural local.

<sup>23</sup> Professor adjunto da Universidade Estadual do Piauí, na graduação e no mestrado acadêmico em Letras. Atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, comunicação, semiótica, literatura, teoria literária, poéticas, vanguardas e canção popular.

<sup>24</sup> É importante ressaltar que, durante a pesquisa realizada para a construção do texto, encontro vários coletivos de mulheres negras intitulados de Esperança Garcia no Piauí e no Brasil, o que representa o alcance da história e da memória acerca dessa mulher.



Certamente, considero que nesse contexto de lutas diversas, mulheres negras conquistaram lugares de representação positiva, na mídia, mesmo que levadas, muitas vezes, por armadilhas ocultas do racismo estrutural. Na presente pesquisa, como referido, abordo representações de mulheres negras no conteúdo publicado na revista *Revestrés* sobre três mulheres negras piauienses, Maria da Inglaterra, Esperança Garcia e Francisca Trindade, buscando interpretar como se dá a representação pela revista *Revestrés* dessas mulheres negras piauienses, o que pode contribuir para uma compreensão de como a referida revista representa “as mulheres negras” como homenageadas. Assim, vale ressaltar que o feminismo também abarca a luta por igualdade e respeito às minorias de gênero, incluindo mulheres trans e não-binárias. No caso, trata-se de mulheres identificadas como cisgênero, embora a busca por uma sociedade mais justa e inclusiva requeira o entendimento de que o feminismo é uma luta coletiva, que visa a emancipação de todas as mulheres, independente de sua identidade de gênero.

Assim, ao examinar as mulheres homenageadas pela revista *Revestrés* por meio de uma abordagem interseccional que considera os marcadores de diferença, raça e gênero, o estudo destaca a relevância do lugar de fala nas representações sociais presentes em conteúdos midiáticos. A exploração da representação social de mulheres negras pela mídia, em particular, na revista *Revestrés*, revelou-se um percurso intrincado no campo de pesquisa dedicado às temáticas de representação e gênero. Mais do que isso, ao longo desta dissertação, em cada análise das diversas facetas da representação midiática, houve uma constante diligência em incorporar os fatores de raça e gênero. Isso foi realizado para obter uma compreensão mais aprofundada do lugar específico que as mulheres negras ocupam nesses espaços. Além disso, a representação é o discurso expresso que confere sentido e significado a diversas experiências sociais.

### 3 REPRESENTAÇÃO SOCIAL, REEXISTÊNCIA E LUGAR DE FALA DAS MULHERES NEGRAS NA MÍDIA

#### 3.1 Representação social das mulheres negras: análise crítica e desafios contemporâneos.

A representação midiática das mulheres negras na mídia desempenha um papel importante na construção de identidades e no combate às opressões baseadas em raça e gênero. No entanto, é essencial abordar essa representação considerando a interseccionalidade, ou seja, a sobreposição e interconexão das opressões que afetam as mulheres negras.

Com isso, ao discutir sobre o conceito de feminismo negro, estou abordando uma construção identitária influenciada pelos sistemas simbólicos presentes nos conteúdos comunicacionais produzidos pela mídia. Tendo em vista que, antes de compreender a natureza dessa identidade, especialmente, no contexto das mulheres negras, é importante explorar os sistemas simbólicos mencionados por Woodward (2012). Decerto, esses sistemas, que desempenham um papel fundamental na formação de identidades, são examinados mais detalhadamente por Bourdieu (1989), que os descreve como instrumentos estruturados de conhecimento e comunicação, abrangendo domínios como arte, ciência, religião, língua, entre outros. Qual é a relevância desses sistemas simbólicos? Eles são vitais porque representam os meios pelos quais o poder simbólico manifesta-se e exerce influência.

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica<sup>25</sup>: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkeim chama o conformismo lógico<sup>26</sup>, quer dizer, ‘uma concepção homogênea do tempo, do

<sup>25</sup> Na obra de Pierre Bourdieu, o termo “gnoseológica” não é comumente utilizado em um contexto explícito ou específico. Entretanto, no âmbito da teoria sociológica e antropológica do autor, ele aborda questões epistemológicas e gnoseológicas, embora esses termos não sejam frequentemente empregados de maneira isolada. Uma abordagem gnoseológica seria relacionada à análise das estruturas de conhecimento, como elas são produzidas e como influenciam as relações de poder na sociedade. No contexto bourdieusiano, o conceito central é o de “campo”, que se refere a sistemas estruturados de relações objetivas entre posições. Pierre Bourdieu examina como esses campos, artístico, literário ou científico, são espaços de produção e distribuição de formas específicas de capital simbólico (prestígio, reconhecimento, etc.) e como essas formas de capital afetam as posições e as percepções dos agentes sociais (BOURDIEU, 1989).

<sup>26</sup> O conceito de “conformismo lógico” não é uma expressão diretamente associada a Pierre Bourdieu em sua obra. No entanto, podemos explorar algumas ideias dentro do contexto da sociologia bourdieusiana para entender como ela aborda questões relacionadas à conformidade e lógica nas práticas sociais. O autor examina as estruturas sociais, especialmente através do conceito de “habitus”, que são sistemas de disposições duráveis que moldam as ações dos agentes sociais. Se pensarmos em conformidade lógica como a adesão ou aceitação das lógicas subjacentes a uma determinada ordem social, então, no trabalho de Pierre Bourdieu, isso pode ser visto na internalização do habitus. As pessoas, de acordo com este autor, agem de maneira consistente com as estruturas sociais que internalizaram, muitas vezes sem questionar explicitamente essas estruturas (BOURDIEU, 1989).

espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências' (Bourdieu, 1989, p. 9, grifos meus).

De fato, Bourdieu sustenta esse poder é tão influente que, na estrutura social, cria categorias de “dominantes” e “dominados”, definindo aqueles que se beneficiam e aqueles que são subjugados por esse poder. O poder simbólico regula a vida social, moldando-a sob os aspectos moral, lógico e do senso comum (Bourdieu, 1989). Se considerarmos que ele influencia diretamente na construção da realidade, não seria inadequado inferir que ele desempenha um papel fundamental na formação de identidades.

Nesse sentido, podemos considerar que, a mídia desempenha um papel significativo na imposição de padrões de comportamento e concepções normativas à identidade feminina, perpetuando ideias desatualizadas e distorcidas sobre a feminilidade. Além disso, o discurso midiático sobre as mulheres negras é tanto moldado, quanto influenciado pelo imaginário social que circunda a feminilidade, do espaço privado como sendo o da mulher, criando um ciclo onde as representações na mídia reforçam e são reforçadas pelos estereótipos existentes.

Dessa forma, é fundamental observar que, ao discutirmos a formação identitária, estamos considerando tanto a dimensão social, quanto a dimensão simbólica que dá significado a determinado grupo. Conforme destacado por (Silva, 2012, p. 10), “a construção da identidade é tanto simbólica quanto social”.

O social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relação social que essas classificações da diferença são “vivas” nas relações sociais. (Silva, 2012, p. 14, grifos meus).

Pode-se perceber a importância essencial desse poder simbólico na formação da identidade de um grupo social. Ao vincular essa noção de identidade ao conceito de diferença e exclusão, na perspectiva do poder simbólico, em que, quem detém o domínio tem a capacidade de moldar a realidade e definir o que é considerado desejável ou indesejável, correto ou incorreto, avançamos em direção ao conceito de estigma.

Acrescentando-se que, as representações sociais, tema de estudos em campos que dialogam entre si, como psicologia social e ciências sociais, estudos da linguagem e ciência da comunicação, envolvem um leque de contribuições de autores clássicos a contemporâneos (Jodelet, 2018; Jungueira, 2005). Como tal, o conceito contribui para descortinar a função de classificar, categorizar e organizar o mundo em modelos pré-determinados, familiares e

conhecidos, uma vez que, o desconhecido pode causar desconforto, medo e angústia. É nesse processo de classificação, alimentada pelas diferenças, que estereótipos solidificam-se e se estabelecem como pontos de interpretação e compreensão do mundo e de tudo o que nele existe. Como resultado das práticas de representação, os estereótipos são utilizados para manter o *status quo* e tentar normatizar e enquadrar tudo o que é novo e diferente dos padrões sociais aceitáveis na sociedades, (Hall, 2016). Dessa forma, eles atuam, especialmente, sobre grupos minoritários mais vulneráveis a formas de opressão e sanções sociais.

Isso leva a pensar que, uma representação inadequada ou estereotipada da mulher negra na mídia pode reforçar a opressão interseccional, dificultando a luta contra o racismo e o sexismo. Estereótipos como o da mulata sensual ou da mulher forte e agressiva são exemplos de representações que reduzem a mulher negra a características simplificadoras e limitantes. Essas representações simplistas podem perpetuar preconceitos arraigados, reforçando o racismo e o sexismo. Além disso, a falta de representação, de forma equitativa, das mulheres negras na mídia contribui para a invisibilidade de suas experiências, tornando mais difícil a conscientização e a luta por mudanças sociais significativas.

Outrossim, as representações sociais, como um conjunto organizado de informações, crenças, opiniões e atitudes sobre um determinado objeto, é algo estruturado, cuja análise e compreensão de seu funcionamento requerem a identificação, tanto de seu conteúdo, quanto de sua estrutura. De maneira geral, entende-se que os elementos que compõem uma representação são hierarquizados e possuem relações entre si, que determinam o significado e o lugar que ocupam no sistema representacional (Abric, 2000).

De fato, a representação, para Jürgen Habermas, atua como uma estrutura de mediação entre o sujeito-outro e o sujeito-objeto. Ela constitui-se como um trabalho, ou seja, é construída por meio de um processo de ação comunicativa que conecta os sujeitos entre si e com o mundo-objeto. Nesse sentido, pode-se afirmar que a representação está imersa na ação comunicativa: é por meio dessa ação que ela se forma, ao mesmo tempo, em que forma, de maneira integrada, participantes dessa ação. Vale lembrar, ainda, que a ação comunicativa envolve tanto a linguagem, quanto outras formas de ação não discursiva, as quais manifestam-se nas práticas cotidianas, nas instituições sociais e nas estruturas informais do mundo vivido (Habermas, 1988).

Com isso, o trabalho comunicativo da representação cria símbolos que possuem poder de atribuir sentido e significado. A representação funciona substituindo algo, por outra coisa, sendo um processo de deslocamento simbólico. Esse deslocamento de objetos e pessoas, que resulta em uma nova configuração para cada indivíduo e para todos, é a essência da ordem

simbólica. Evidencia-se a relação entre a construção do simbólico e a cultura, uma vez que nesta, é produzido um acervo de significados e símbolos consolidados ou modificados ao longo do tempo.

A análise das funções das representações sociais evidencia a importância fundamental delas para a compreensão da dinâmica social. As representações sociais fornecem informações e explicações sobre a natureza das relações sociais, tanto intra quanto inter-grupais, assim como, sobre as relações dos indivíduos com o seu ambiente social. Por isso, são elementos essenciais para compreender determinantes dos comportamentos e das práticas sociais.

Segundo Jean Claude Abric, as representações são entendidas como uma forma funcional de perceber o mundo, permitindo que indivíduos e grupos “atribuam significado às suas ações e compreendam a realidade por meio de seu próprio sistema de referências” (Abric, 2000, p. 28). Jovchelovitch (2007) complementa essa ideia ao afirmar que a teoria das representações sociais é um referencial voltado para a análise das produções simbólicas do cotidiano. Dessa forma, é possível compreender o comportamento de indivíduos e grupos por meio das representações sociais construídas sobre os diversos contextos.

Assim, no âmbito da problemática de gênero, uma das principais questões levantadas na cultura contemporânea é a transformação das antigas identidades e identificações baseadas nas posições que homens e mulheres ocupam na sociedade. Os avanços teóricos nesse campo, deslocam o debate do sentido puramente biológico que opõe homem e mulher com base apenas em sua natureza biológica para uma perspectiva que reconhece o gênero como uma construção social e cultural (Rago, 1998).

Além disso, os estereótipos estabelecidos nas questões de gênero continuam associando as mulheres a uma suposta inferioridade biológica, física e cognitiva, colocando-as em posições de opressão, exploração e dominação. Nesse sentido, tanto Hall (2016), quanto Moscovici (2015), destacam que as representações sociais desempenham um papel importante na identificação, ao haver uma necessidade latente de atribuir identidades sociais ao desconhecido, ao estranho, ao diferente.

É válido retomar a perspectiva de Stuart Hall ao analisar a identidade cultural na pós-modernidade. Segundo ele, as antigas identidades, que, por muito tempo, estabilizaram o mundo social estão em declínio, na pós-modernidade, resultando em identidades fragmentadas do sujeito pós-moderno. Dentre os movimentos que promoveram disrupções na imagem iluminista do sujeito moderno, encontra-se o movimento feminista com questionamentos acerca das dicotomias interior-exterior, público-privado, abrindo espaço para a contestação política em áreas da vida social como a família, a sexualidade e o trabalho doméstico. Além disso,

questionou a noção de que homens e mulheres eram partes da mesma identidade, definida como humanidade, e passou a explorar a questão a partir da perspectiva da diferença sexual, como vimos no capítulo um desta dissertação.

Certamente que, a perspectiva feminista revisitou importantes questões relacionadas à representação, identidade e desigualdade de gênero nos meios de comunicação e na cultura de forma mais ampla. Essa intervenção contribuiu para uma reflexão crítica sobre as construções de gênero presentes nas produções midiáticas, evidenciando estereótipos, desigualdades e práticas de opressão. Além disso, os estudos de gênero permitiram uma análise mais aprofundada das relações entre comunicação, cultura e poder, revelando como as narrativas midiáticas influenciam na construção e manutenção das relações de poder existentes na sociedade. Essa abordagem crítica tem sido fundamental para desconstruir noções estereotipadas e normativas de gênero, promovendo a visibilidade e a valorização de experiências das vozes silenciadas.

Para Judith Butler, o gênero é construído por meio de uma interação entre sujeitos socialmente constituídos em contextos específicos. Portanto, esse conceito não pode ser considerado uma categoria essencialista e fixa na formação das identidades, ao estar intrinsecamente ligado à construção cultural que molda as identidades sociais (Butler, 2018).

Ainda mais, as representações sociais não são entidades estáticas, mas sim, construções sociais que evoluem e transformam-se ao longo do tempo. Elas são resultados das interações e das percepções coletivas de um grupo ou sociedade, e podem ser influenciadas por diversos fatores, como a cultura, a história, as experiências individuais e as relações sociais. Ao contrário das teorias rígidas e estruturadas, as representações sociais concebem, estas, como flexíveis, adaptando-se às transformações e às demandas do contexto social. Elas refletem a dinamicidade das relações sociais e são capazes de reconfigurar-se à medida que novas informações e experiências são assimiladas.

Assim, Erving Goffman, criou o termo — estigma, para descrever as formas restritivas de classificar — o outro — de acordo com as características socialmente rotuladas como negativas, inadequadas ou indesejáveis. Além disso, o autor demonstra como categorias sociais são usadas para uma avaliação rápida do — lugar social — de cada indivíduo.

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas [...]. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua 'identidade social' — para usar um termo melhor do que

‘status social’, já que nele se incluem atributos como ‘honestidade’, da mesma forma que atributos estruturais, como ‘ocupação’ (Goffman, 1963, p. 5).

Em suma, o autor define um estigma como “um tipo particular de relação entre atributo e estereótipo” (Goffman, 1963, p. 6). E sustenta que o termo só se aplica quando se trata de um atributo considerado de forma depreciativa socialmente. Ao levar em conta a população negra brasileira, especialmente as mulheres negras, sendo o foco desta pesquisa, fica claro que o estigma é parte integrante do seu processo de construção identitária.

Daí que, a representação social das mulheres negras na mídia desempenha um papel importante na forma como são percebidas, tratadas e valorizadas. No entanto, essa representação, muitas vezes, é marcada por estereótipos, marginalização e invisibilidade, refletindo as estruturas de poder e opressão presentes na sociedade. As representações ocorrem no âmbito das relações de poder mais abrangentes em qualquer sociedade. Assim, tanto podem ser acionadas pela própria obscuridade do poder simbólico, quanto, muitas vezes, são utilizadas de forma consciente por diferentes pessoas ou grupos sociais em diferentes momentos, visando à produção de efeitos relacionados a interesses e projetos específicos. Nesse sentido, a perspectiva crítica da interseccionalidade permite uma abordagem fundamental para compreender as representações e as múltiplas formas de opressão e discriminação enfrentadas pelas mulheres negras.

Nesses contextos de manifestações de poder em que ocorrem as representações, como apontado por Moscovici (2015), convenciona-se os objetos, pessoas ou eventos, atribuindo-lhes uma forma definitiva e localizando-os em categorias específicas. Se um sujeito ou objeto estiver fora da categoria convencional, é considerado algo separado, diferente, incompreendido ou fora do padrão. Infelizmente, ao longo da história, a mídia frequentemente perpetuou estereótipos e preconceitos, reproduzindo narrativas que marginalizam, desvalorizam ou objetificavam as mulheres negras. Essas representações distorcidas contribuem para a reprodução do racismo estrutural e do sexismo.

Considerando que os meios de comunicação podem ser determinantes na construção de identidades, por meio da representação, ao serem responsáveis pela reprodução cultural e integração social dos indivíduos, é de extrema importância reconhecer o papel fundamental que podem desempenhar na promoção da igualdade racial e étnica, de gênero e de classe. Vale ainda considerar que as mulheres negras trazem consigo suas próprias representações — em relação às experiências dessas opressões interseccionais, que envolvem raça, gênero e classe — para a coletividade, mesmo considerando-se que eram anteriormente definidas como um outro que

não ocupavam esses espaços.

Como vimos, enquanto Simone de Beauvoir argumenta que a mulher é o “Outro” por não ter a reciprocidade do olhar masculino, Grada Kilomba vai além, ao afirmar que a mulher negra é o “Outro do outro”, o que a coloca em uma posição de maior dificuldade na busca pela reciprocidade. Nessa perspectiva, as mulheres negras ocupam um lugar distinto, não se encaixando nem na categoria de brancas, nem na de homens, desempenhando o papel de outro, do outro.

Indubitavelmente, a análise das representações, na mídia, em especial, em conteúdo de revistas que homenageiam mulheres negras, focaliza um recorte no universo discursivo, que compreende uma interação de discursos em um determinado momento. Essas revistas apresentam textos e imagens como objetos sociais e históricos, elaborados no contexto social, seguindo códigos e significados predefinidos. Por outro lado, as revistas também atuam como produtores das representações que se estabelecem na sociedade.

Entendemos que, diante dessas formulações, a mídia exerce uma influência fundamental na construção da identidade feminina negra. Seguindo as palavras de Morin (2003), as pessoas, ao entrarem em contato com os produtos culturais da mídia, identificam-se com o que é representado e projetam sua identidade interpeladas por essas representações. No contexto da sociedade contemporânea, surgem discussões em torno dos conceitos de diversidade e diferença. Uma percepção de que o termo diversidade, amplamente empregado, pode ser usado como uma forma de encobrir as relações de poder que se manifestam tanto nas questões de gênero quanto nas questões raciais.

Homi Bhabha, teórico pós-colonial, apresenta uma reflexão que vai além do reconhecimento de imagens estereotipadas como positivas ou negativas. Ele direciona seu foco para a compreensão dos processos subjetivos envolvidos na formação desses estereótipos, como destacado no trecho a seguir:

Julgar a imagem estereotipada com base em uma normatividade política prévia é descartá-la, não deslocá-la, o que só é possível ao se lidar com sua eficácia, com o repertório de posições de poder e resistência, dominação e dependência que constroi o sujeito da identificação colonial (tanto o colonizador como colonizado) (Bhabha, 2007, p. 106. Grifos meus).

De acordo com Bhabha (2007), é necessário compreender o discurso que gera os estereótipos como um regime de verdade, em vez de submetê-lo a um julgamento normalizador. É essencial entender as estratégias utilizadas por esse discurso para afirmar identidades fixas. Homi Bhabha enfatiza que o estereótipo é, em essência, uma construção:



[...] uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre ‘no lugar’, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido, como se a duplicidade essencial do asiático ou a bestial liberdade sexual do africano, que não precisam de prova, não pudessem, na verdade, ser provadas jamais no discurso (Bhabha, 2007, p. 105).

Semelhantemente, para entender a importância dos discursos de poder da mídia na construção das subjetividades femininas, é necessário reconhecer a influência que ela exerce. A mídia aborda questões relacionadas à construção das identidades de gênero e atua como uma forma de linguagem que reproduz identidades coerentes. Dentro desse contexto, são estabelecidas formas hegemônicas de construção de identidades que se enquadram nas linhas de poder definidas pelo discurso da diferença.

Dentro dessa configuração, ocorrem, por exemplo, segmentações discursivas midiáticas como as endereçadas a mulheres negras, ressaltando diferenças e especificidades, e promovendo o comércio de produtos específicos para a cor de sua pele, inclusive, nos marcos do colorismo. Nessa perspectiva, a mídia promove um discurso da diferença em termos de raça e gênero, com o intuito de estimular o consumo, o qual pode influenciar a construção das identidades femininas. Dessa forma, ao apresentar imagens tanto positivas, quanto negativas das mulheres negras, a mídia legitima posições sociais, nas quais essas mulheres encontram-se sujeitas a condições de subalternidade, uma vez que constrói uma representação coletiva dessas identidades (Santos, 2007).

Mas para, além disso, é fundamental reconhecer que as representações da mulher negra na mídia podem ser transformadas, rompendo com estereótipos e preconceitos arraigados. Por meio da contestação desses padrões cristalizados, podemos abrir espaço para uma maior diversidade de narrativas e perspectivas, permitindo uma representação mais dinâmica e inclusiva da mulher negra. Essa ruptura com arquétipos do passado implica na construção de uma nova ordem de sentidos, na qual, mulher negra seja retratada de forma mais justa, respeitosa e valorizada. É um processo contínuo de desconstrução e reconstrução, que exige a participação ativa de diversos agentes sociais, incluindo a mídia, para promover a mudança e criar uma realidade mais igualitária e diversa.

A representação das mulheres negras na mídia é um campo complexo, influenciado por relações de poder, que permeiam as subjetividades contemporâneas. A abordagem midiática, muitas vezes, reproduz estereótipos, impondo narrativas que perpetuam ideias preconcebidas e reforçam desigualdades. Nesse cenário, os discursos midiáticos direcionados às mulheres

negras, frequentemente, contribuem para a marginalização e a objetificação, criando um ambiente que limita a plena expressão da diversidade dessas mulheres. Os espaços de fala das mulheres negras são frequentemente restritos e a negação de estereótipos é uma batalha constante para desconstruir narrativas prejudiciais que moldaram a representação delas ao longo do tempo.

No entanto, se faz necessária, uma conscientização por parte da mídia sobre a importância da representatividade negra, necessária como componente essencial nos esforços para dismantlar estruturas patriarcais. A busca por maior representatividade não é apenas um chamado por visibilidade – é uma demanda por narrativas mais inclusivas que refletem a multiplicidade de experiências das mulheres negras. A promoção de vozes diversas na mídia, não apenas desafia as normas estabelecidas, mas também contribui para um processo mais amplo de desconstrução do patriarcalismo, questionando as bases sobre as quais construíram-se representações tradicionais. Nesse contexto, a inclusão significativa na mídia não é apenas uma questão de justiça social, mas também, uma ferramenta poderosa na transformação cultural e na construção de uma sociedade mais equitativa.

### **3.2 Mídia e lugar de fala da Mulher Negra: desconstruindo estereótipos e ampliando narrativas.**

Ao compreender-se a complexidade da formação identitária em nossa estrutura social, desenvolve-se uma base sólida para uma compreensão mais aprofundada de como a noção de ser mulher negra, foi e continua sendo moldada, em especial, pela mídia, no Brasil. Neste cenário, é importante notar que ao abordar mulheres negras, lida-se, simultaneamente, com dois tipos de opressão social – o racismo, o sexismo e o classismo. Destacar esses dois eixos de opressão social como elementos centrais ao abordar a identidade feminina negra, implica compreender que esses fatores atuam de maneira simultânea, resultando em uma experiência única de existir na sociedade. Isso implica que essas mulheres não vivenciam isoladamente a experiência de serem negras nem a experiência isolada de serem mulheres.

Certamente, o conceito de lugar de fala<sup>27</sup> explica a diferença entre a mídia direcionada

---

<sup>27</sup> A ideia de lugar de fala se popularizou no Brasil com o livro da escritora Djamilia Ribeiro. Segundo a definição da autora, o conceito remete ao local de fala do enunciador, qual a sua realidade social, financeira e pessoal ao proferir um discurso sobre determinado tema (RIBEIRO, 2017).

a um público específico e a mídia, empregando modos de endereçamento diferentes e construindo sua credibilidade de forma específica. Nesse contexto, é relevante considerar como a representação dos agentes sociais também desempenha um papel relevante na constituição desta mídia. Além disso, os tipos de endereçamento dizem respeito à necessidade que a mídia tem de conectar-se com o público leitor para estabelecer uma relação com ele. O conceito de modos de endereçamento<sup>28</sup> foi originalmente desenvolvido em estudos cinematográficos e posteriormente aplicado na área da educação (Ellsworth, 2001).

Com base em Ellsworth (2001), podemos afirmar que, embora o público leitor não possa ser categorizado de forma simples por um único modo de endereçamento, as revistas apresentam estímulos e recompensas sedutoras para pessoas leitoras assumirem posições de gênero, classe, raça, nacionalidade e sexo por meio das quais, um determinado produto cultural se destina.

Assim, o livro, *O que é o lugar de fala?*, de Djamila Ribeiro, desempenhou um papel significativo na difusão de um discurso sistemático sobre a noção contemporânea de lugar de fala. Conforme observado por esta autora, a origem do termo lugar de fala é imprecisa e sua definição foi gradualmente desenvolvida ao longo da história, no contexto dos movimentos sociais que o adotaram. A autora afirma: “nossa hipótese é de que, a partir da teoria do ponto de vista feminista, é possível abordar o conceito de lugar de fala” (Ribeiro, 2017, p. 59).

Para além do conceito dado pela comunicação, é importante ressaltar que não existe uma epistemologia específica do termo lugar de fala. Na verdade, a origem desse termo é imprecisa, mas acredita-se que ele tenha surgido a partir de tradições de discussões do ponto de vista feminista, diversidade, teoria racial crítica e pensamento decolonial. Essas diferentes correntes de pensamento contribuíram para a evolução e compreensão do conceito de lugar de fala.

A filósofa Djamila Ribeiro aborda, entre outras questões, os desafios apresentados pela — voz única — na construção de debates, inclusive acadêmicos, relacionados a essas identidades sociais. E destaca que essa voz hegemônica é majoritariamente branca e masculina. No entanto, ela alerta que, mesmo dentro do movimento feminista, a questão racial permanece como uma barreira, indicando que apenas as mulheres brancas têm tido seus discursos

---

<sup>28</sup> O modo de endereçamento, segundo Ellsworth (2001), não é visível. Não está implícita em uma ação a idade, a orientação sexual, os posicionamentos políticos ou a classe social para a qual uma proposta é destinada. Da mesma forma, esses endereçamentos não garantem um encaixe perfeito pelo sujeito ao qual se destina, tampouco excluem outras pessoas que adentrem de diferentes modos a experiência proposta. Isso porque a intervenção (no caso de Ellsworth, o filme) nunca é exatamente o que pensa que é, pois os modos de endereçamento não se limitam a uma só possibilidade.

legitimados (Ribeiro, 2017).

Certamente, para o feminismo negro, é possível falar sobre o conceito de lugar de fala a partir da teoria. Ao reivindicar diferentes pontos de análise e afirmar que um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala das mulheres que o propõem, fica evidente que essa demarcação torna-se necessária para compreender realidades implícitas na normatização hegemônica, as quais devem vir à tona. Djamila Ribeiro (2017) destaca também que pessoas brancas, ao persistirem na ideia de que representam e falam em nome de todos, continuam a falar em nome dos outros, quando, na verdade, estão expressando suas próprias perspectivas ao se considerarem universais (Ribeiro, 2017). Neste contexto, a autora reflete, especificamente, sobre a concepção do “ser mulher”, que por muito tempo foi percebido e disseminado como algo “universal”.

De fato, as revistas utilizam diferentes estratégias de comunicação que posicionam o público leitor em contextos diversos, como pertencimento de classe, raça, gênero, formadores e formadoras de opinião, dentre outros e outras. Essas estratégias de comunicação podem ser associadas ao conceito de formações imaginárias, conforme descrito por Pêcheux (1993). Essas formações imaginárias envolvem os lugares que emissor/emissora e destinatário/destinatária atribuem a si e ao outro, bem como, as representações que constroem de seu próprio lugar e do lugar do outro.

Além disso, as revistas direcionam sua projeção para leitores/as e estabelece suas estratégias com base nessa projeção. Por sua vez, leitores/as também projetam-se na revista e imaginam o que a publicação deve comunicar e como deve fazê-lo. As revistas antecipam as representações de leitores/as, considerando a visão imaginária do outro. A posição social (classe, raça, gênero, geração, etc.) e o capital simbólico, tanto da publicação quanto do leitor/leitora, desempenham um papel distinto na construção de cada discurso. Isso ocorre porque a percepção que as revistas têm de seu público leitor/leitora resulta na construção de um lugar de fala diferente.

As falas presentes em uma revista estão intrinsecamente ligadas a uma complexa rede de interesses, que permeiam a atividade midiática e decerto, as pessoas que se expressam em uma revista o fazem a partir de relações objetivas de dominação, subordinação, complementaridade ou antagonismo. Em outras palavras, as falas são fundamentadas em diferentes posições sociais, nas quais, as pessoas possuem diferentes tipos de capital, seja ele social, econômico, cultural ou outros.

Sob a perspectiva do pensamento lógico-operatório, a concepção de lugar de fala envolve a relação entre grupos sociais e discursos, nos quais estes últimos, não apenas,

expressam sistemas de ideias, mas também modos de ser. Como destacou Djamila Ribeiro, “o ato de falar não se limita apenas a emitir palavras, mas implica a possibilidade de existir” (Ribeiro, 2017, p. 64). Além disso, o conceito de lugar de fala para a autora é entendido como uma forma de contestar a historiografia tradicional e a hierarquização do conhecimento resultante das estruturas sociais hierárquicas. Ele dará voz e visibilidade a perspectivas e experiências que foram historicamente marginalizadas, subvertendo a ordem estabelecida e reconhecendo a importância de múltiplos saberes, portanto, de re-existir.

Sem dúvida, a problemática do silêncio também se estende à reflexão epistemológica e política no movimento feminista negro. O silêncio em relação à realidade das mulheres negras impede que elas sejam reconhecidas como sujeitos políticos. Como vimos, a falta de espaço para suas vozes e para o reconhecimento de suas experiências contribuiu para a exclusão e marginalização dessas mulheres no movimento feminista.

[...] a conjugação do racismo e o sexismo produzem sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida. Esses se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; numa expectativa de vida menor, em relação a das mulheres brancas; num menor índice de nupcialidade; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração (Carneiro, 2000).

Com isso, a falta de visibilidade da mulher negra no movimento feminista resultava na falta de reconhecimento de seus problemas. Suas questões não eram mencionadas e nem eram buscadas e promovidas soluções emancipatórias para problemas que não eram identificados. Essa ausência também é uma forma de ideologia, uma forma de expressão do poder simbólico. Muitas feministas negras enfatizavam a importância de romper o silêncio como uma questão fundamental para a sobrevivência das mulheres negras. Autoras como Angela Davis, Audre Lorde e Alice Walker abordam em suas obras a importância do falar. Lorde (2019) afirmou: o silêncio não vai proteger, enquanto Walker (2016) disse: quem exige seu silêncio não pode ser seu amigo. Davis (2016) destacou que a unidade negra foi construída sobre o silêncio da mulher negra.

Certamente, o poder em jogo é predominantemente simbólico, ao ser ele que determina quem terá acesso à visibilidade e quem não terá. No campo midiático, existem regras estabelecidas que moldam o que é considerado legítimo para ser discutido. Dentro desse campo, ocorrem diversas disputas entre os agentes, pois suas posições variam, e nem sempre as demandas mercadológicas são aceitas de forma unânime. O conceito de lugar de fala evidencia

que a característica fundamental dos produtos midiáticos é o fato de falarem a partir de lugares distintos, resultando em mudança na atribuição da palavra e na representação social.

Com isso, as mulheres negras, por exemplo, enfrentam, em sua grande maioria, realidades onde as oportunidades são ainda mais limitadas, do que para mulheres brancas e homens brancos e, mesmo homens negros, realidades essas materialmente palpáveis. Nesse sentido, é urgente deslocar o pensamento hegemônico e redefinir as identidades, atribuídas por outrem, no processo de classificação social, seja em relação à raça, gênero ou classe, a fim de criar novos espaços de expressão que permitam dar lugar de voz e visibilidade à sujeitas marginalizadas dentro dessa normatização hegemônica.

Portanto, a teoria do ponto de vista feminista e o conceito de lugar de fala levam-nos a questionar uma visão universal de mulher e de negritude, assim como, a compreender que homens brancos, que se consideram universais, também são racializados. Isso nos ajuda a compreender o significado de ser branco como uma metáfora do poder, como apontado por Kilomba (2017). Essas perspectivas convidam a desafiar a normalização e a hegemonia de certas identidades. Assim, Kilomba (2017) aborda um tema fundamental quando discutimos o lugar de fala, a necessidade de escuta por parte daqueles que sempre tiveram autorização para falar. A autora destaca a dificuldade das pessoas brancas em ouvir, devido ao desconforto que as vozes silenciadas trazem e ao confronto gerado quando se rompe com a ideia de uma única voz dominante. As narrativas daqueles que foram relegados ao lugar do Outro inevitavelmente trazem conflitos necessários para promover a mudança.

Neste cenário, há uma competição, especialmente, em relação à verificação de valores e julgamentos que fundamentam essas percepções. Essa disputa manifesta-se em diversos níveis e graus, o que resulta nos discursos da mídia de grande circulação que reproduzem aspectos relevantes das relações de poder, vantagem e desvantagem que organizam a sociedade em um determinado momento. Importante notar que tais discursos não se limitam a uma versão linear e homogênea dessas relações, mas apresentam nuances e complexidades.

Deve-se considerar que, por trás das supostas inovações e mudanças em torno da representação da pessoa negra, existe um referente que se repete e que acaba marcando a totalidade da experiência do ser negro, incluindo a mulher negra. A estrutura das narrativas midiáticas está intrinsecamente ligada a esse retorno constante, perpetuando uma fórmula de sucesso que aprisiona a pessoa negra em imagens desumanizantes, como bem escreveu Fanon (2008). Essa repetição constante de imagens estereotipadas reforça a desumanização e a marginalização da comunidade negra, dificultando a quebra de padrões prejudiciais.

Deste modo, é necessário um esforço coletivo para questionar e subverter essas

narrativas dominantes, ampliando a diversidade de vozes e perspectivas na mídia. A narrativa possui a capacidade de transpor um tempo para outro, o que nos leva a refletir sobre o tempo discursivo, que envolve as representações de mulheres negras na mídia, ainda vinculadas a estereótipos enraizados no passado patriarcal.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

Segundo Minayo (2001, p. 23), “a pesquisa é a atividade fundamental da ciência voltada para a descoberta e compreensão da realidade em seu contexto espacial e temporal”. Define-se como um processo intrinsecamente incompleto, perpétuo e interminável, sendo caracterizado por uma postura teórica constante que envolve uma combinação única de teoria e evidências empíricas, na construção de interpretações ou de dados. Para definir um caminho de pesquisa, é importante definir a abordagem a ser analisada e as ideias a serem perseguidas, conforme o problema de pesquisa formulado.

Assim, a análise de conteúdo (AC) representa uma abordagem científica de pesquisa que se baseia em procedimentos sistemáticos, validados de forma intersubjetiva e pública. Seu objetivo é desenvolver inferências válidas sobre diversos tipos de conteúdo verbal, visual ou escrito. Essa técnica visa descrever, quantificar ou interpretar fenômenos específicos, explorando seus significados, intenções, consequências ou contextos. Surgindo, inicialmente, como uma resposta à necessidade de medir padrões em mensagens midiáticas, especialmente, durante as grandes guerras do século XX, a análise de conteúdo foi empregada em estudos, como o trabalho de Harold Lasswell sobre propagandas de guerra, realizado em 1927. Desde então, essa abordagem não se limitou ao campo da comunicação, sendo amplamente adotada nas áreas de humanidades e ciências sociais.

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2016, p. 48).

Certamente, em parte de seu trabalho, Bardin (2016) procura explicar de forma didática que uma técnica envolve a classificação de diversos elementos em categorias distintas, utilizando critérios que podem dar sentido a uma confusão inicial, semelhante a organizar gavetas para criar uma ordem a partir do caos. “Toma-se consciência de que, a partir dos resultados da análise, pode-se regressar às causas, ou até descer aos efeitos das características das comunicações” (Bardin, 2016, p. 27).

Assim, a análise de conteúdo (AC) tem uma ampla gama de aplicações, podendo ser usada para gerar dados e resultados, como uma técnica de pesquisa independente, ou servir como uma ferramenta intermediária em pesquisas mais abrangentes. Ela pode ser empregada



para identificar as intenções e outras características da comunicação, refletir sobre atitudes, interesses e valores (como padrões culturais) de grupos populacionais, bem como, revelar o foco da atenção de determinado conteúdo. Substituindo a ideia de comunicação, pela de conteúdo, Bardin destaca que, “o objetivo da análise de conteúdo é inferir conhecimentos relacionados às condições de produção (ou, em alguns casos, de recepção), utilizando indicadores, sejam eles quantitativos ou não” (Bardin, 2016, p. 44).

Nessa perspectiva, Krippendorff (2004) propõe diversas outras maneiras de aplicar a análise de conteúdo (AC) no contexto científico. Ele destaca que a AC pode ser empregada para fazer projeções, identificar tendências, compreender padrões e avaliar discrepâncias. Para este autor, a AC atinge seu máximo potencial quando pesquisadores/as consideram realidades sociais construídas linguisticamente, ancoradas nos tipos de interações verbais que resultam nos textos a serem analisados. Fenômenos repetitivos, comuns, públicos e institucionalizados são mais facilmente inferidos, que aqueles raros e pouco convencionais.

Assim, na presente pesquisa, foram examinadas as edições n. 1, n. 26 e n. 37 da revista *Revestrés*, todas elas dedicadas a homenagear mulheres negras piauienses. A análise adotada neste estudo combina abordagens quantitativas e qualitativas, utilizando o método da (AC) proposto por Bardin (2011). De acordo com essa metodologia, “a categorização envolve a classificação dos elementos constituintes de um conjunto por meio da diferenciação e, em seguida, do agrupamento de acordo com critérios previamente definidos” (Bardin, 2011, p. 147). A autora ressalta que, “a classificação dos elementos em categorias requer uma investigação sobre o que cada um deles tem em comum com os outros, sendo a parte comum entre eles o que permite seu agrupamento” (Bardin, 2011, p. 148).

Assim, conforme observado por Cellard (2012, p. 299-300), uma análise preliminar crítica é essencial para realizar um “exame do contexto social global no qual o documento foi produzido e no qual seu autor e aqueles aos quais foi destinado estavam imersos”. Para o autor, a interpretação do texto requer uma compreensão clara de quem expressou o conteúdo lido, juntamente com uma compreensão dos interesses e motivos que levaram à escrita. Ele enfatiza que conhecer o emissor da mensagem documentada, é fundamental para avaliar a autenticidade e confiabilidade do texto, indo além do simples entendimento da origem social, ideologia ou interesses pessoais do autor do documento.

De fato, apesar de jornais e revistas noticiosos fazerem parte do acervo de uma biblioteca, da mesma forma que os livros, eles são considerados fontes documentais e se enquadram em uma categoria à parte, ou seja, a imprensa. Além disso, as fontes de pesquisa documental incluem materiais que ainda não foram submetidos a um tratamento analítico e, até

mesmo, aqueles que passaram por tal processo, mas estão abertos a novas abordagens, perspectivas e interpretações. Em resumo, esses materiais podem ser “reelaborados conforme os objetos da pesquisa” (Gil, 2012, p. 5).

Contudo, é relevante destacar as ideias de Cellard (2012), as quais ressaltam a importância do documento como uma fonte valiosa para todo pesquisador social. Segundo este autor, “o documento engloba todos os textos escritos, sejam manuscritos ou impressos, registrados em papel” (Cellard, 2012, p. 296). Tradicionalmente, os historiadores referem-se aos depoimentos de contemporâneos dos eventos que desejam reconstruir como fontes. Geralmente, essas fontes são divididas em “primárias”, produzidas por testemunhas diretas dos fatos, e “secundárias”, provenientes de pessoas que não participaram diretamente dos eventos, mas que os reproduziram posteriormente (Cellard, 2012, p. 297).

Em suma, neste estudo realizo uma análise aprofundada do conteúdo publicado na revista *Revestrés*, concentrando, especialmente, na intersecção entre os marcadores de diferença, raça e gênero na formação das identidades das mulheres negras piauienses. O propósito é centrar nas representações sociais de raça e gênero presentes nos conteúdos das publicações selecionadas da revista *Revestrés*, visando a compreender essas formas de representação se entrelaçam para silenciar ou empoderar as mulheres negras homenageadas. Assim, para o presente estudo partiu na análise da relação entre as mulheres negras piauienses homenageadas e a representação das formas de manifestações culturais presentes nas seguintes unidades de análise (UA); a) nas capas, b) na relação de equidade de gênero, no número de colaboradores/as participantes em cada edição da revista, assim como, c) nos temas abordados nas entrevistas e nas reportagens. Minha contribuição reside na apresentação de uma possível relação que reflita a diversidade de interpretações encontradas nos conteúdos analisados, bem como, nas possíveis interconexões.

Assim, o *corpus* da pesquisa é a revista *Revestrés*, que tem como objetivo declarado de retratar o tema cultura e suas expressões de um modo “diferente, ao contrário, de outro jeito, ou de um jeito estranho” (Gonçalves, 2012). Esse periódico atua como um veículo de representatividade cultural, aproximando-se do público leitor por meio do destaque de trabalhos artísticos e de outros temas culturais, sobretudo, locais. O expediente da revista divide-se entre diretores responsáveis: André Gonçalves e Wellington Soares; conselho editorial: André Gonçalves, Wellington Soares, Samária Andrade e Luana Sena; administrativo: Adriano Leite; repórteres Luana Sena, Nayara Felizardo e Victória Holanda; fotógrafos: Mauricio Pokemon e André Gonçalves; projeto gráfico/ diagramação: Alcides Júnior. A revista *Revestrés* apresenta-se organizada pelas seguintes seções: editorial, entrevista, homenageado/da reportagem, ensaio

fotográfico, opinião, crônica, cultura, *ocuppy*, gastronomia, 10 dicas, revesdicas, um outro olhar, algumas outras surgem em determinadas edições.

A revista *Revestrés* é produzida pela Quimera-Eventos, Cultura e Editoração Ltda., com a responsabilidade de impressão a cargo da Halley S/A Gráfica e Editora. Ambas as entidades veiculam publicidades na própria revista, adotando como uma possível estratégia para redução de custos. Nessas publicidades, a revista destaca a produção editorial do Piauí, enfatizando a alta qualidade da impressão, o tipo de papel utilizado, as artes gráficas, as imagens, as cores e a diagramação.

A revista *Revestrés* adota uma periodicidade bimestral, escolha que parece estar intimamente ligada à sua sustentabilidade financeira. A revista conta com poucos patrocinadores, já que o escopo principal em conteúdo cultural nem sempre atrai apoiadores/as na sociedade piauiense. Além disso, os/as idealizadores/as da revista buscam a independência financeira, dependendo da venda de exemplares em feiras, eventos e assinaturas para se manterem, juntamente com iniciativas, como o Projeto Catarse, por meio do qual, leitores/as podem fazer doações à revista a partir de um valor indicado.

Desde 2012, a revista *Revestrés* tem contribuído com a divulgação de diversos projetos do cenário cultural, não apenas valorizando pessoas e lugares em Teresina e no Piauí, mas também, apresentando personagens e locais de outros estados brasileiros. A frase “a revista pra quem tá pensando”, destacada na página oficial de sua rede social — *Instagram*, indica claramente o público-alvo, revelando para quem a revista é destinada. Dessa maneira, a revista *Revestrés* é voltada para pessoas que estão engajadas intelectualmente, ou seja, aquelas que buscam informar-se sobre o contexto histórico, cultural, social e político em que estão inseridas. O pressuposto é que este público demonstre um interesse ativo nas informações que consome, além de mostrar inclinação para o questionamento e a busca por leituras mais aprofundadas sobre diversos assuntos.

Segundo o editor da revista André Gonçalves (2012,), o nome já é o primeiro indicativo do seu objetivo no cenário editorial piauiense:

*Revestrés*, em bom piauiês, tem como alguns de seus significados: ao contrário, de modo diferente, de outro jeito, de um jeito estranho. Além disso, enquanto a maioria das revistas nasce com nomes pomposos, chiques e elegantes, a *Revestrés* nasce com uma expressão popular, que sai da boca de nossa gente. A revista planeja ser isso: diferente, olhar a cultura de outro modo, ir contra a corrente. Unir o popular ao cult. (Gonçalves, 2012. Grifo do autor).

De fato, em suas edições, a revista *Revestrés* apresenta um conteúdo variado, composto

por uma abordagem expressiva de diferentes produções culturais e de seus/suas representantes, destacando-se suas produções artísticas. Como observado, uma aproximação de leitores/as que buscam por conteúdos sobre cultura e suas expressões, a revista *Revestrés* apresenta-se como espaço aberto aos discursos de grupos oprimidos e subjugados, propondo discussões em temas de relevância social e serve como uma forma de lente observadora no contato de leitores/as com os temas tratados.

Outrossim, quanto a leitores/as da revista, considerando a temática que ela aborda e o fato de ser comercializada, é possível inferir que se trata de um público com um certo nível de escolaridade, conscientização política e certo poder aquisitivo. Eles possuem interesses específicos, já que a revista *Revestrés* lida com assuntos relacionados à literatura, arte e cultura. Portanto, entende-se que o público-alvo da revista está inserido em um grupo social, cujos membros compartilham conhecimentos culturais e ideológicos. E que essa categorização social e universal da população desempenha uma função essencial como um filtro de acesso aos espaços de poder, o que inclui a mídia.

A propósito, na sua edição n. 34, de jan. — fev. de 2018, a revista *Revestrés* conduziu uma análise minuciosa do seu conteúdo em uma reportagem intitulada *Me Too*<sup>29</sup>, visando a examinar a representação das mulheres na revista até a referida publicação. O resultado apresentado pela revista revelou que, das 15 vezes em que uma pessoa ocupou a capa, apenas três foram mulheres, enquanto as outras doze foram ocupadas por homens. Entre as dez mulheres homenageadas com o nome da edição, apenas três eram mulheres negras. Em contraste, dos 24 homens homenageados, apenas cinco eram homens negros.

Além disso, ao examinar os artigos publicados, constatou-se que 47 foram escritos por homens e apenas 28 por mulheres. Nos ensaios fotográficos, 27 foram protagonizados por homens, enquanto, apenas seis contaram com a participação de mulheres. Em um ensaio que envolveu a colaboração de cinco fotógrafos diferentes, quatro eram homens e apenas uma era mulher. Na seção em que a revista homenageia alguém dando nome à edição — esta será a seção escolhida para a análise da presente pesquisa — foram selecionados 24 nomes masculinos e apenas dez nomes femininos. Na seção RévesBrasil, na qual são apresentadas fontes, exclusivamente, fora do Piauí, foram entrevistados 21 homens e oito mulheres.

A revista destaca, na mesma edição, uma pesquisa conduzida pelos professores Luís

---

<sup>29</sup> O movimento que iniciou em 2017 e visa combater o assédio sexual e a cultura de tolerância a comportamentos inapropriados no ambiente de trabalho. O movimento promoveu mudanças significativas na forma como as companhias lidam com questões relacionadas ao assédio sexual, capacitando as vítimas para compartilhar suas histórias e lutar por justiça.

Felipe Miguel e Flávia Biroli, do departamento de Ciências Políticas da Universidade de Brasília (UnB), e concluem que a mídia contribui para perpetuar a desigualdade entre homens e mulheres ao privilegiar fontes masculinas e, em alguns casos, tornar certos atores praticamente invisíveis. Conforme a pesquisa, “a mídia tende a reforçar posições e estereótipos preexistentes, confirmando e contribuindo para a sub-representação e marginalização das mulheres” (Revestrés, 2018, n. 34, p. 17).

Ainda assim, observa-se que a discussão sobre interseccionalidade não se destaca de maneira robusta nesses conteúdos. A imagem projetada dessas mulheres negras, enquanto protagonistas, fala muito mais alto sobre as dimensões de gênero e raça, do que a própria narrativa que apresentam. Por outro lado, a abordagem da questão de classe, na maioria das vezes, emerge como uma maneira de estabelecer uma conexão com o público, compartilhando uma realidade comum à maioria dos brasileiros, especialmente à população negra, que está concentrada nas camadas mais pobres da sociedade.

Figura 1 - Capa da edição n. 24



Fonte: Revista Revestrés

Outrossim, a descoberta mais preocupante, segundo a revista *Revestrés*, foi em relação às capas com pessoas entrevistadas, onde apenas duas delas apresentavam pessoas negras. Em uma dessas capas, ilustrada na figura 1 ao lado, uma mulher negra compartilhava o destaque com uma mulher branca. Homens negros apareceram em apenas uma sobrecapa interna, sendo mencionados em uma citação da entrevista. Em todas as capas com homens, eles apareciam individualmente. Nas edições de número 23, de dez. — jan. de 2016, intitulada *Agora é que são elas*, e na edição número 15, de jul. — set. de 2014, chamada *A força está com elas*, as mulheres eram destacadas. Na edição n. 24, de mar. — abr. de 2016, apesar de uma mulher ter sido fotografada por José Medeiros, o destaque foi dado ao fotógrafo, não à personagem.

Assim, o protagonismo das mulheres negras representadas na revista, não se baseia em estigmas raciais ou de gênero. Elas emergem para abordar questões que transcendem a dimensão racial, escapando da sexualização de seus corpos e da subalternidade a outros. Pelo contrário, elas afirmam-se como autoras de seus próprios conteúdos. Se, como propomos em nossa hipótese, há um fio condutor que conecta a representação das mulheres negras na mídia, esse fio é a necessidade de construir seu protagonismo identitário.

### 3.1 Fase de Pré-Análise.

O foco primordial da análise no estudo está na seção de homenageados/as. Durante a pré-análise, o objetivo foi identificar, por meio do levantamento documental do objeto empírico, indícios da interseccionalidade entre os marcadores de diferença, gênero e raça nas edições selecionadas do *corpus* da pesquisa. Isso permitiu estabelecer uma conexão entre o conteúdo das unidades de análise (UA) e as mulheres negras piauienses homenageadas na revista. Na etapa de pré-análise, a escolha deliberada da revista *Revestrés* como objeto de estudo teve como propósito investigar como o conteúdo, entre uma ampla variedade de possibilidades, influenciava a representação social das mulheres negras piauienses e se isso contribui, significativamente para a identidade negra piauiense.

Assim, durante a leitura exploratória do material, tornou-se evidente a falta de equidade nas representações, tanto em relação à raça quanto ao gênero. Foram pré-analisadas as diferentes unidades de análise (UA), incluindo capas, a proporção de pessoas homenageadas por gênero e raça, a proporção de colaboradores/as por gênero, bem como, os temas racismo e sexismo, abordados nas entrevistas e nas reportagens. Entende-se que a interseccionalidade refere-se a uma abordagem analítica, que tenta explicar a opressão na sociedade, particularmente, aquelas relacionadas com gênero, raça e classe. Seu objetivo é elucidar como determinados padrões de comportamento na sociedade surgem a partir da interação entre diferentes marcadores sociais. Quando estes marcadores sobrepõem-se, criam realidades específicas de opressão vividas por grupos não hegemônicos.

Surpreendentemente, nas entrevistas mais abrangentes da revista, identificadas como espaços privilegiados de expressão, observa-se um desequilíbrio significativo no número de entrevistas concedidas a homens em comparação com mulheres nas edições no período de 2012 – 2021. Detalhadamente, os homens foram entrevistados em 35 ocasiões, correspondendo a 70% das entrevistas, enquanto as mulheres foram entrevistadas em apenas 15 oportunidades, representando 30% do total de entrevistas, o que equivale a menos da metade do número concedido aos homens. Além disso, nota-se uma disparidade em relação à visibilidade nas capas da revista *Revestrés*. Em resumo, homens foram destacados em doze capas, contrastando com apenas quatro aparições de mulheres.

De fato, a análise documental descritiva, como papel fundamental na pesquisa de análise de conteúdo (AC), serve como base para a coleta de dados detalhados e contextualizados. Ao utilizar métodos de análise documental descritiva, pode-se identificar fontes relevantes, como

artigos, fotografias, documentos, registros históricos ou mídia. Assim, esse processo permitiu uma compreensão aprofundada do contexto, no qual o conteúdo foi criado, fornecendo percepções valiosas para a análise subsequente.

Portanto, afirmar que uma categorização deve ser válida, implica dizer que ela precisa ser reconhecida como capaz de traduzir conceitos empiricamente, de forma significativa e relevante. A combinação da análise documental descritiva com a análise de conteúdo (AC) cria uma abordagem robusta e abrangente, que não apenas descreve o contexto documental, mas também, possibilita extrair significados, oferecendo uma visão holística e informada para a pesquisa.

### **3.2 Exploração das Unidades de Análise (UA).**

Uma das decisões fundamentais na elaboração da pesquisa de análise de conteúdo reside na definição das unidades de análise e de suas possíveis subdivisões. No contexto deste estudo específico, optou-se por empregar múltiplas unidades amostrais, alinhadas aos objetivos da pesquisa. Essa metodologia é recorrente em pesquisas que aplicam a AC em publicações como revistas e jornais impressos. Além disso, na investigação sobre a representação social de mulheres negras através do conteúdo veiculado na revista *Revestrés*, foi imperativo contemplar diversas unidades de análise, especialmente, sob uma ótica interseccional que incorpora marcadores de diferença, como raça e gênero. Dessa maneira, as unidades de análise relevantes para este estudo são: a) as capas das edições, b) os/as colaboradores implicados em cada edição, além dos c) temas encontrados nas entrevistas e reportagens. Assim, essa abordagem multifacetada permite uma compreensão mais abrangente e contextualizada da representação das mulheres negras na mencionada revista.

Certamente, em todas as UA, foi fundamental aplicar uma abordagem interseccional. Isso significa considerar, não apenas a raça e o gênero de forma isolada, mas também, como esses dois marcadores de diferença interagem e entrelaçam-se nas representações das mulheres negras piauienses homenageadas na revista *Revestrés*. Com isso, a perspectiva da interseccionalidade permite uma compreensão mais profunda das complexidades e das experiências específicas das mulheres negras, levando em conta as interações entre raça, gênero e outros marcadores de identidade.

Segundo Munanga (2012), a igualdade refere-se a um estado de equidade e justiça

social, em que todas as pessoas, independentemente de sua raça, tenham as mesmas oportunidades e acesso aos recursos e serviços. Para o autor, a ideia persistente de que no Brasil existe a democracia racial e que somos mestiços disfarça e perpetua o racismo. Nesse sentido, o colorismo<sup>30</sup>, também presente nesse contexto, acentua a discriminação com base nas tonalidades da pele, perpetuando hierarquias raciais mesmo dentro da população negra.

Em suma, para a presente análise, foram examinadas as 50 edições da revista *Revestrés* no período de 2012 a 2021. No entanto, para a amostragem dos resultados da pesquisa, focou-se em três edições específicas que prestaram homenagens às mulheres negras piauienses notáveis, nomeadamente, Maria da Inglaterra, Esperança Garcia e Francisca Trindade. Essa seleção estratégica permitiu uma análise aprofundada da consistência da linha editorial ao longo do período de dez anos. Ao realizar uma comparação das representações de gênero, entre as pessoas homenageadas nas edições da revista *Revestrés* durante esse período, conforme apresentado no Quadro 3, torna-se evidente uma disparidade marcante, especialmente, na interseção dos marcadores de diferença, gênero e raça. Assim, das 50 edições analisadas, a predominância de homenagens recaiu sobre homens, totalizando 34 edições (68%), enquanto apenas 16 edições (32%) foram dedicadas a homenagear mulheres.

Assim de fato, essa disparidade numérica evidencia uma clara assimetria nas homenagens realizadas pela revista *Revestrés*, sugerindo uma possível tendência de desequilíbrio nas representações de gênero ao longo das edições. Esse cenário aponta para a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre as dinâmicas de poder e as percepções de valor atribuídas às contribuições de homens e mulheres na revista *Revestrés*, indicando um espaço potencial para a promoção da igualdade de gênero e diversidade nas futuras edições da publicação.

Dessa forma, partindo-se deste raciocínio, deduz-se que uma opressão explícita pode ser mais prontamente enfrentada, enquanto uma dominação cultural, por sua natureza intrincada e repleta de contradições, e que pode levar tempo para ser discernida. Ela sugere uma espécie de naturalidade nessas relações, como se, por características inatas, um grupo específico devesse submeter-se a outro. Bourdieu (2012) argumenta que a dominação masculina está tão profundamente arraigada em nosso inconsciente que deixamos, muitas vezes, de percebê-la, sendo tão alinhada às nossas expectativas que raramente a questionamos.

---

<sup>30</sup> Exploração das origens históricas do colorismo, muitas vezes ligadas ao colonialismo, escravidão e hierarquias raciais estabelecidas durante esses períodos. Discussão sobre como o colorismo pode ser resultado de padrões estéticos impostos por colonizadores que favoreciam características associadas à branquitude (DEVULSKY, 2021).



Conforme observado na análise inicial, as primeiras edições conforme Quadro 3, apresentam uma ausência de alternância no gênero das pessoas homenageadas. Inicialmente, os homens foram destacados em sequências mais longas entre as edições, porém, ao longo do período de publicação, essa tendência mudou. Certamente, essa mudança pode indicar uma nova abordagem da revista *Revestrés* em relação à equidade de gênero nas pessoas homenageadas nessa seção específica de análise. Assim, considerando o marcador social de diferença — raça, é possível observar que, nas edições analisadas no período de 2012 — 2021, no total foram homenageadas seis mulheres negras.

De acordo com Bourdieu (2012), uma compreensão real da relação entre homens e mulheres, manifesta-se em diversos ambientes sociais, como na família, no trabalho, na escola, no sistema burocrático e na mídia, desmantela a ideia fantasiosa de um “eterno feminino<sup>31</sup>”. Dessa forma, essa abordagem demonstra de forma clara a persistência da estrutura da relação de dominação, entre homens e mulheres, que ultrapassa as diferenças significativas de condição associadas aos movimentos históricos e às posições no espaço social.

Quadro 3 — Relação das pessoas homenageadas por gênero no período 2012-2021 da Revista *Revestrés* com destaque para mulheres negras conhecidas publicamente.

Edição	Homenageados/as por Gênero	
	Mulheres	Homens
n. 1, fev. — mar., 2012.	Maria da Inglaterra*	
n. 2, maio. — jun., 2012.		Helly Batista
n. 3, jul. — ago., 2012.		O. G. Rego de Carvalho
n. 4, set. — out., 2012.		Mestre Dezinho
n. 5, nov. — dez., 2012.		Torquato Neto
n. 6, jan. — fev., 2013.		Fontes Ibiapina
n. 7, mar. — abr., 2013.		Guilherme Muller
n. 8, jun., 2013.	Elvira Raulino	
n. 9, jul. — ago., 2013.	Liz Medeiros	
n. 10, set. — out., 2013.		Clodo, Climério e Clésio
n. 11, nov. — dez., 2013.		Carlos Castelo Branco
n. 12, jan. — fev., 2014.	Lenir Argento	
n. 13, mar. — abr., 2014.		Fernando Costa
n. 14, maio. — jun., 2014.		Mario Faustino
n. 15, jul. — set., 2014.		Possidônio Queiroz
n. 16, set. — out., 2014.		Da Costa E Silva
n. 17, nov. — dez., 2014.	Adalgisa Paiva	
n. 18, jan. — fev., 2015.	Genu Moraes	

<sup>31</sup> A teoria de Bourdieu destaca como o “eterno feminino” opera como um mecanismo de controle social, limitando as opções e aspirações das mulheres. Essas normas internalizadas moldam não apenas o comportamento das mulheres, mas também influenciam as percepções sociais sobre o que é considerado “adequado” ou “natural” para o feminino (BOURDIEU, 2012).

n. 19, mar. — abr., 2015.		Arnaldo Albuquerque
n. 20, maio. — jun., 2015.		Raimundo Soldado
n. 21, jul. — ago., 2015.		Renato Castelo Branco
n. 22, set. — out., 2015.		Maestro Luiz Santos
n. 23, dez. — jan., 2016.	Jovita Feitosa*	
n. 24, mar. — abr., 2016.		José Medeiros
n. 25, jun. — jul., 2016.		Pires de Sabóia
n. 26, ago. — set., 2016.	Esperança Garcia*	
n. 27, out. — nov., 2016.		Marcus Peixoto
n. 28, dez. — jan., 2017.		Carlão
n. 29, fev. — mar., 2017.	Nicinha	
n. 30, abr. — maio., 2017.		Rubens Lima
n. 31, jun. — jul., 2017.		Ramsés Ramos
n. 32, ago. — set., 2017.	Sulica	
n. 33, out. — nov., 2017.		Torquato Neto
n. 34, jan. — fev., 2018.		Netinho da Flauta
n. 35, mar. — abr., 2018.	Maria Pangula*	
n. 36, maio. — jun., 2018.		Mauricio Rangel
n. 37, ago. — set., 2018.		Clóvis Moura
n. 38, nov. — dez., 2018.	Alvina Gameiro	
n. 39, jan. — fev., 2019.		Assis Davis
n. 40, mar. — abr., 2019.		A. Tito Filho
n. 41, maio — jun., 2019.	Ana Maria Rego	
n. 42, jul — ago., 2019.		Mandu Ladino
n. 43, set — out., 2019.		Odilon Nunes
n. 44, nov — dez., 2019.	Fátima de Oxossi*	
n. 45, mar — abr., 2020.		Pe. Florêncio
n. 46, jul — ago., 2020.		João Claudino Fernandes
n. 47, dez — jan., 2021.	Francisca Trindade*	
n. 48, mar — abr., 2021.	Amélia Beviláqua	
n. 49, jul — ago., 2021.		Rui Lima
n. 50, nov — dez., 2021.		Paulo de Tarso
<b>Total de homenageados/as</b>	<b>16 mulheres</b>	<b>34 homens</b>
	*Mulheres negras	

Fonte: elaborado pelo autor dessa dissertação com base nas referidas edições da revista *Revestrés*.

Assim, uma análise interseccional, com base no Quadro 3, revela para disparidade na interseção dos marcadores de gênero e raça das edições examinadas. Sendo assim, a prevalência de homens homenageados, em comparação com as mulheres, destaca-se uma desigualdade estrutural nas decisões editoriais, assim como, para uma ausência na relação de temas interseccionais nos conteúdos. Desse modo, dentro do grupo de mulheres homenageadas, a diferença entre mulheres negras e mulheres brancas evidencia para sub-representação das mulheres negras. Portanto, este desequilíbrio interseccional não apenas reflete uma questão de gênero, mas também, uma questão racial, na qual mulheres negras são distanciadas em relação às mulheres brancas.

Inegavelmente, a representatividade da comunidade negra no Piauí desenha um cenário multifacetado e resiliente, marcado por uma rica herança cultural e histórica. Apesar das adversidades enfrentadas ao longo dos anos, a população negra no estado tem desempenhado um papel fundamental na construção social, política e cultural da região. Desde os movimentos abolicionistas até as lutas contemporâneas por representação, igualdade e justiça, afrodescendentes no Piauí têm contribuído significativamente para a riqueza da diversidade cultural. Além disso, líderes, artistas, intelectuais e ativistas negros/as continuam a emergir, oferecendo voz e resistência, não apenas dentro do contexto local, mas também, no panorama nacional, destacando a grande importância da representatividade negra no Piauí.

Na edição n. 45, mar. — abr., 2020, a revista *Revestrés* traz uma entrevista com Alberto da Costa e Silva, poeta, historiador, diplomata e especialista em cultura e história da África, filho do poeta Da Costa e Silva. A entrevista aborda questionamentos sobre a democracia racial e o racismo, bem como destaca as inúmeras contribuições da cultura africana para a identidade nacional. O entrevistado enfatiza que a presença africana no Brasil não se resume a uma simples contribuição, mas sim, à participação ativa e fundamental na formação do país.

Entre a África e o Brasil tem uma permanente troca, de maneira de viver, de maneira de sentir, pensar e atuar, de falar, dizer, criar. É muito mais profundo do que, simplesmente, contribuir. [...] Oxum era a deusa de determinado rio, mas esse rio, o escravizado, não traz com ele para o Brasil. Chega ao Brasil e não traz mais Oxum no rio, mas na alma. De certa maneira ele altera o que trouxe com ele (Revestrés, 2020, n. 45, p. 13).

De fato, apesar de afirmar que não é um historiador, mas sim um poeta que escreve sobre história, o entrevistado Alberto da Costa e Silva enfatiza o início de seus estudos sobre Zumbi dos Palmares, buscando compreender a origem da organização social e do interesse pela África, bem como, a extraordinária história artística que não era abordada nas escolas, o que poderia elevar a autoestima dos brasileiros. Em relação à escravidão, o poeta indaga que, até o final do século XVIII e início do século XIX, a maioria das pessoas e dos homens públicos defendia, de certa forma, a escravidão. Ele também destaca a luta de negros/as para ocupar espaços na sociedade brasileira. Entretanto, essa visão de defesa das pessoas negras pelos homens públicos, é contestada por Sueli Carneiro (2011), que revela como, no contexto brasileiro, as mulheres negras ocupam uma posição subordinada. Afinal, para quem foi estabelecida a posição de “gênero fraco”? As formas que construímos sobre as estruturas sociais definem quem pode assumir um determinado estatuto social, e quem é excluído.

Promover uma maior visibilidade e reconhecimento para as mulheres negras piauienses,

não apenas fortalecerá suas identidades, mas também contribuirá para uma representação diversificada na mídia. Isso não só desafia estereótipos, mas cria um espaço para ampliar vozes silenciadas, promovendo um ambiente mais igualitário e justo para todas as mulheres, independentemente de sua raça.

Conforme Crenshaw (2002), quando duas ou mais formas de opressão se entrelaçam, elas não apenas se somam, mas interconectam-se e dão origem a algo novo que deve ser examinado como uma entidade única. No caso das mulheres negras, por exemplo, essas duas dimensões não podem ser analisadas isoladamente, mas devem ser compreendidas como um conjunto que possui um impacto singular. Na edição n.º18, jan. — fev. de 2015, a revista *Revestrés* apresenta uma entrevista com duas mulheres distintas conforme figura 1. Ana Carolina, uma mulher branca, e Assunção, uma mulher negra. Nessa entrevista, intitulada *Batendo no que incomoda* (Revestrés, 2015, p. 8), ambas compartilharam suas perspectivas sobre temas como aborto, sexualidade e desigualdades sociais. Visto que, o conteúdo da entrevista destaca a incansável luta das participantes por direitos e liberdades, e explora o conceito de lugar de fala de cada uma delas. Dentro do contexto piauíense, elas debateram o significado de ser mulher nessa região, enfatizando a batalha cotidiana para ocupar espaços e desafiar os paradigmas impostos pela sociedade.

Certamente que, Ana Carolina quanto Assunção, concordam que a interseccionalidade é uma palavra-chave no movimento feminista, pois reconhecem que as mulheres podem estar, mais ou menos, vulneráveis dependendo da intersecção de suas características. Elas afirmam que as mulheres são subjugadas por um sistema complexo, com raízes históricas profundas, que precisam ser discutidas em maior profundidade. Ambas destacam que o primeiro passo necessário é reconhecer a existência da dominação masculina, o patriarcado. Esse reconhecimento é fundamental para desafiar e transformar as estruturas sociais, culturais e políticas que perpetuam desigualdades de gênero. Ao reconhecer a dominação masculina como um problema estrutural, é possível iniciar um processo de conscientização e mobilização para promover mudanças significativas em busca de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. Assim, a entrevistada diz:

Precisamos lembrar que vivemos num país machista, e esse país tem uma história onde o machismo, preconceito e racismo se encontram de uma forma dolorosa. A mulher precisa que o homem, com ela, compre a briga pelos direitos feministas e contra o machismo (Revestrés, 2015, n. 18, p. 14).

Assim, quanto ao movimento feminista, que anteriormente era visto como uma categoria universal e homogênea, foi rompido e tornou-se evidente a dificuldade em afirmar que exista apenas um olhar que possa abranger todas as demandas e experiências das mulheres. Ana Carolina e Assunção destacam que a palavra “feminismo” está impregnada de estereótipos, assim como a ideia de que as mulheres buscam subjugar os homens. No entanto, elas afirmam que o feminismo é, na verdade, sobre igualdade de gênero. Acreditam que os homens têm um papel a desempenhar no movimento feminista, mas não como protagonistas. Eles são vistos como aliados e parceiros na luta por igualdade de direitos e no enfrentamento das estruturas patriarcais.

De fato, o envolvimento dos homens no movimento feminista é visto como uma forma de desconstruir o machismo e promover relações mais equitativas entre gêneros. No que diz respeito à criminalização do aborto, elas apontam que as leis foram criadas por homens, uma vez que, a maioria dos legisladores do congresso nacional são homens. Destacam que é fácil perceber que há uma construção histórica por trás dessas regulamentações atuais. Essa construção histórica reflete as desigualdades de poder e a dominação masculina, ao longo do tempo, resultando em políticas que limitam o acesso das mulheres aos seus direitos reprodutivos.

Assim, ao abordar a representação da mulher pela mídia, Ana Carolina, ressalta que a objetificação da mulher é impulsionada pelos interesses do mercado. Essa objetificação ocorre quando as mulheres são reduzidas a meros objetos sexuais, e seus corpos são explorados para fins comerciais, sem levar em conta suas capacidades, inteligências e dignidade como seres humanos.

Além disso, Ana Carolina e Assunção discutem a existência de um ideal de beleza cultivado de forma eurocêntrica, o qual não contempla as mulheres negras. Elas apontam que é raro ver uma mulher negra sendo considerada a mais bela do Brasil, mesmo que aproximadamente 50% da população brasileira seja de afrodescendentes. Assim, a objetificação do feminino e a reprodução desse ideal de beleza, altamente, excludente contribuem para reforçar estereótipos racistas e limitar as possibilidades de representação e valorização das mulheres negras na sociedade. Essas reflexões destacam a necessidade de questionar e subverter as narrativas dominantes na mídia, que perpetuam padrões irreais e discriminatórios de beleza. Assim, a entrevistada diz, “é fundamental promover uma representação mais diversa e inclusiva das mulheres, reconhecendo e valorizando a beleza e a contribuição de todas as etnias e grupos raciais” (Revestrés, 2015, n.18, p. 17).

Carrera (2021), delimitar as diversas identidades que cada pessoa carrega é uma maneira

de situá-lo no mundo e compreender de que perspectiva o discurso está sendo construído. Assim, a análise interseccional pode revelar não apenas as diferentes formas de opressão, mas também, as matrizes de privilégio que moldam as experiências dos sujeitos na esfera pública. Como Kilomba (2020, p. 33) questiona ao explorar os discursos emitidos por aqueles considerados como “Outridades”: “Quem tem o poder de falar? O que acontece quando falamos? E sobre quais temas podemos falar?”. Essas perguntas destacam a complexidade das interações entre raça, gênero e outros marcadores sociais, evidenciando a necessidade de uma análise aprofundada e interseccional.

Assim, Ana Carolina e Assunção destacam a invisibilidade imposta às necessidades e realidades das pessoas negras, evidenciando que a maioria das mulheres presidiárias e dos homens encarcerados são negras. Além disso, ressaltam que dois em cada três jovens que morrem no Brasil são negras e provenientes de famílias de baixa renda. A entrevistada Assunção, como mulher negra, afirma que a população negra vive um genocídio, sendo essa realidade, na maioria, resultado da invisibilidade a que estão sujeitas. A invisibilidade social e política das pessoas negras contribui para a perpetuação de desigualdades estruturais, violências e injustiças sistemáticas.

Conforme Carrera (2021, p. 10), ressalta a interseccionalidade como um compromisso contínuo. Embora o interesse pelo tema possa ter um prazo de validade durante as discussões fervorosas, sua relevância não se esgota. Estudar o racismo não pode limitar-se à teoria; exige transformações práticas e coletivas. Dessa maneira, a análise interseccional em comunicação, como destacado pela autora, funciona como uma ferramenta para expor injustiças representacionais e discursivas, oferecendo meios para promover a equidade. Esse entendimento está em total consonância com as análises apresentadas ao longo deste estudo.

### 3.2.1 Unidade de Análise — Capas das Edições.

Figura 2 - Capas das edições da revista *Revestrés* período 2012 — 2021.



Fonte: Revista *Revestrés* ed. 50 (2021).

A análise das capas das edições da revista *Revestrés* serviu como um ponto de partida visual conforme a Figura 2, permitindo entender as representações iniciais das mulheres capas das edições, e identificar possíveis padrões visuais ou estereótipos. Além disso, ao analisar a proporção de colaboradores/as por gênero, podem-se discernir dinâmicas de participação e poder no âmbito da produção da revista, revelando a existência, ou não, de equidade ou desigualdades de gênero nas contribuições para a publicação.

De fato, a unidade de análise da pesquisa sobre as capas da revista *Revestrés* proporcionou percepções substanciais que enriquecem a compreensão da representação social da mulher negra dentro desse contexto específico. Como dito, ao examinar as 50 capas da revista *Revestrés*, conforme a Figura 2, observou que somente em três delas houve a presença de mulheres. Vale ressaltar que na edição n. 18, de jan. — fev. de 2015, ocorreu uma peculiaridade, com a presença simultânea de uma mulher negra e uma mulher branca – mencionado – compartilhando o espaço da capa, enquanto 12 homens figuraram nas demais capas. Dessa maneira, essa análise revela uma evidente disparidade na representação de gênero e raça nas capas da revista, destacando a necessidade de atentar-se para essas questões nas decisões editoriais da publicação, caso seja do interesse da revista .

De fato, a análise das capas da revista *Revestrés* é relevante para este estudo, fornecendo uma ideia inicial sobre a representação visual e simbólica das mulheres negras homenageadas – Maria da Inglaterra, Esperança Garcia e Francisca Trindade. Cada apresentação das capas analisadas, com sua seleção de imagens, escolhas estéticas e composição gráfica, carrega consigo nuances de significados que ultrapassam a simples percepção visual e estética. Assim, a análise aprofundada da relação dos conteúdos das capas com as próprias edições com mulheres negras homenageadas permitiu identificar a presença, ou não, de padrões visuais, representações simbólicas e escolhas editoriais que poderiam contribuir para a representação social da imagem pública dessas mulheres negras. Certamente que, na análise das capas foi possível identificar como a revista *Revestrés* apresenta de forma visual alguma relação das composições das capas com as personalidades homenageadas, permitindo assim, uma compreensão mais aprofundada do papel desempenhado pela revista *Revestrés* na cultura piauiense, como demonstrado no escopo editorial da revista.

Conforme ilustrado na Figura 2, é possível observar visualmente nas capas que ao longo do período analisado (2012 – 2021), a revista não apresenta uma diversidade na sua identidade visual, predominantemente, continuou estabelecendo uma conexão entre o conteúdo textual e visual. Outra observação relevante refere-se às composições das capas nos últimos quatro anos do período da análise (2018 – 2022), nas quais houve uma predominância no uso de fotografias e criações artísticas, diferentemente do início da publicação, antes centradas principalmente em imagens de pessoas.

Além disso, durante a análise das capas das edições, observei que em duas delas, especificamente, na edição n. 5 de nov. — dez. de 2012 e na edição especial n. 33 de out. — nov. de 2017, o poeta Torquato Neto foi destaque, tanto na capa, quanto como pessoa homenageada. Essa correlação entre homenageados, e sua presença nas capas, levanta questionamentos relevantes sobre as intenções da revista *Revestrés* em promover uma representação social interseccional. Além disso, sublinha a urgência de uma reavaliação das narrativas e imagens disseminadas pela mídia em geral, especialmente, no que diz respeito às mulheres negras piauienses, ressaltando a necessidade de uma abordagem mais equitativa na representação dessas mulheres na esfera midiática em geral. Enquanto para as ilustrações das capas, observa-se a seguinte correlação: 16 capas ilustradas, a maioria produzida pela direção de arte da revista *Revestrés*, e 18 capas apresentando fotografias de diferentes autores, sendo a autoria identificada como do fotógrafo da revista Mauricio Pokemon como a mais frequente, conta-se o número de cinco capas assinadas pelo fotógrafo.

Em suma, a análise das capas da revista *Revestrés* revela intrincadas nuances na



representação sociocultural de mulheres negras, particularmente, quando se adota uma perspectiva interseccional que integra os marcadores de gênero e raça como unidades analíticas simultâneas conforme segue no Quadro 4. Assim, nesse contexto, a análise das capas não se limita a refletir sobre a visibilidade ou a invisibilidade da mulher negra; ela também delinea padrões e estereótipos que permeiam as representações midiáticas. A apreensão interseccional dessas capas propicia uma análise crítica das estruturas simbólicas que influenciam as narrativas visuais, contribuindo para o diálogo acadêmico sobre a representação social na construção identitária das mulheres negras na sociedade contemporânea.

Quadro 4 — Unidades de Análise (UA) das edições da revista *Revestrés* período (2012-2021).

Edição	Unidades de Análise/Unidades de Registro	
n. 1, fev. — mar., 2012.		Capa — Assis Brasil Homenageada — Maria da Inglaterra Entrevistado — Assis Brasil Tema da Entrevista — Literatura. Temas da Reportagem — Arquitetura; Memória; Teresina. Colaboradores — 9 Homens e 2 Mulheres
n. 2, maio. — jun., 2012.		Capa — João Cláudio Moreno Homenageado — Helly Batista Entrevistado — João Cláudio Moreno Temas da Entrevista — Cultura; Política; Mídia. Tema da Reportagem — Cinema. Colaboradores — 11 Homens e 2 Mulheres
n. 3, jul. — ago., 2012.		Capa — Ilustração de Hudson Melo Homenageado — O G Rêgo de Carvalho Entrevistado — Benjamin Santos Tema da Entrevista — Festival de Música. Tema da Reportagem — Teatro. Colaboradores — 8 Homens e 4 Mulheres

n. 4, set. — out., 2012.		<p>Capa — Fotografia de Thiago Barros  Homenageado — Mestre Dezinho  Entrevistada — Terezinha Queiroz  Tema da Entrevista — Identidade Piauiense.  Temas da Reportagem — Artes Visuais.  Colaboradores — 13 Homens e 0 Mulheres</p>
<b>Edição</b>	<b>Unidades de Análise/Unidades de Registro</b>	
n. 5, nov. — dez., 2012.		<p>Capa — Fotografia Torquato Neto  Homenageado — Torquato Neto  Entrevistado — Luizão Paiva  Tema da Entrevista — Música  Tema da Reportagem — Arquitetura  Colaboradores — 8 Homens e 4 Mulheres</p>
<b>Edição</b>	<b>Unidades de Análise/Unidades de Registro</b>	
n. 6, jan. — fev., 2013.		<p>Capa — Niéde Guidon  Homenageado — Fontes Ibiapina  Entrevistada — Niéde Guidon  Tema da Entrevista — Arqueologia.  Temas da Reportagem — Tarô; Profecias.  Colaboradores — 8 Homens e 5 Mulheres</p>
n. 7, mar. — abr., 2013.		<p>Capas — Ilustração Direção de Arte  Homenageado — Guilherme Muller  Entrevistado — Douglas Machado  Tema da Entrevista — Cinema.  Temas da Reportagem — Cultura; Centro Cultural; Balé.  Colaboradores — 12 Homens e 2 Mulheres</p>





n. 8, jun., 2013.		<p>Capa — Marcelo Evelin  Homenageada — Elvira Raulino  Entrevistado — Marcelo Evelin  Tema da Entrevista — Dança.  Temas da Reportagem — Literatura; Escrita.  Colaboradores — 9 Homens e 4 Mulheres</p>
n. 9, jul. — ago., 2013.		<p>Capa — Fotografia de Mauricio Pokemon  Homenageada — Liz Medeiros  Entrevistado — Paulo José Cunha  Tema da Entrevista — Jornalismo Contemporâneo.  Temas da Reportagem — Manifestação Cultural; Grafite; Charpi.  Colaboradores — 9 Homens e 0 Mulheres</p>
<b>Edição</b>	<b>Unidades de Análise/Unidades de Registro</b>	
n. 10, set. — out., 2013.		<p>Capa — Ilustração de Dereck  Homenageados — Clodo, Climério e Clésio  Entrevistada — Marinalva Santana  Temas da Entrevista — Homossexualidade; LGBT; Discriminação Sexual.  Temas da Reportagem — Imaginário; Mistério.  Colaboradores — 9 Homens e 5 Mulheres</p>
n. 11, nov. — dez., 2013.		<p>Capa — Manoel Paulo Nunes  Homenageado — Carlos Castelo Branco  Entrevistado — Manoel Paulo Nunes  Temas da Entrevista — Literatura.  Temas da Reportagem — Festival de Música; Indústria Cultural.  Colaboradores — 7 Homens e 2 Mulheres</p>

n. 12, jan. — fev., 2014.		<p>Capa — Ferreira Gullar  Homenageada — Lenir Argento  Entrevistado — Ferreira Gullar  Tema da Entrevista — Poesia.  Temas da Reportagem — Música; Hip Hop.  Colaboradores — 8 Homens e 2 Mulheres</p>
n. 13, mar. — abr., 2014.		<p>Capa — Prof. Solimar Oliveira  Homenageado — Fernando Costa  Entrevistado — Prof. Solimar Oliveira  Temas da Entrevista — Homossexualidade; Racismo; Negritude.  Temas da Reportagem — Música; Rock.  Colaboradores — 5 Homens e 3 Mulheres</p>
n. 14, maio. — jun., 2014.		<p>Capa — Fotografia da Revista Navilouca  Homenageado — Mario Faustino  Entrevistada — Claudete Dias  Temas da Entrevista — Cinema; Torquato Neto; Identidade.  Temas da Reportagem — Cultura; Espaço Cultural.  Colaboradores — 7 Homens e 3 Mulheres</p>
<b>Edição</b>	<b>Unidades de Análise/Unidades de Registro</b>	
n. 15, jul. — set., 2014.		<p>Capa — Ilustração Direção de Arte  Homenageado — Possidônio Queiroz  Entrevistado — Paulo Vasconcelos  Temas da Entrevista — Publicidade; Arquitetura Piauiense.  Temas da Reportagem — Feminismo; Sexualidade; Gênero; Lugar da Mulher na Arte.  Colaboradores — 11 Homens e 1 Mulher</p>

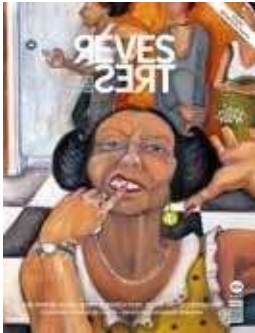



n. 16, set. — out., 2014.		<p>Capa — Marcelo Freire  Homenageado — Da Costa E Silva  Entrevistado — Marcelo Freire  Tema da Entrevista — Literatura  Temas da Reportagem — Música Clássica.  Colaboradores — 10 Homens e 1 Mulher</p>
n. 17, nov. — dez., 2014.		<p>Capa — Ziraldo  Homenageada — Adalgisa Paiva  Entrevistado — Ziraldo  Temas da entrevista — Publicidade; Cartunista.  Temas da Reportagem — Livros; Sebos.  Colaboradores — 7 Homens e 3 Mulheres</p>
n. 18, jan. — fev., 2015.		<p>Capa — Ana Carolina e Assunção Aguiar  Homenageada — Genu Moraes  Entrevistadas — Ana Carolina e Assunção Aguiar  Temas da Entrevista — Feminismo; Mulher Negra; Racismo.  Tema da Reportagem — Cinema  Colaboradores — 8 Homens e 3 Mulheres</p>
<b>Edição</b>	<b>Unidades de Análise/Unidades de Registro</b>	
n. 19, mar. — abr., 2015.		<p>Capa — Ilustração de Arnaldo Albuquerque  Homenageado — Arnaldo Albuquerque  Entrevistado — Arnaldo Albuquerque  Temas da Entrevista — Poesia; Literatura; Torquato Neto.  Temas da Reportagem — Quadrinhos; Artes Plásticas; Cartunista.  Colaboradores — 5 Homens e 1 Mulher</p>





n. 20, maio. — jun., 2015.		<p>Capa — Ilustração  Direção de Arte  Homenageado — Raimundo Soldado  Entrevistado — Luiz Alberto  Tema da Entrevista — Literatura.  Temas da Reportagem — Cinema; Dança;  Consumo de Cultura.  Colaboradores — 4 Homens e 3 Mulheres</p>
n. 21, jul. — ago., 2015.		<p>Capa — Isis Baião  Homenageado — Renato Castelo Branco  Entrevistada — Isis Baião  Tema da Entrevista — Teatro.  Temas da Reportagem — Cidades; Identidade;  História.  Colaboradores — 5 Homens e 4 Mulheres</p>
n. 22, set. — out., 2015.		<p>Capa — Eder Chiodetto  Homenageado — Maestro Luiz Santos  Entrevistado — Eder Chiodetto  Temas da Entrevista — Fotografia; Curadoria.  Tema da Reportagem — Incentivo à Cultura.  Colaboradores — 4 Homens e 5 Mulheres</p>
n. 23, dez. — jan., 2016.		<p>Capa — Ilustração  Direção de Arte  Homenageada — Jovita Feitosa  Entrevistado — Antônio de Noronha  Temas da Entrevista — Cinema; Identidade  Cultural; Torquato Neto.  Temas da Reportagem — Feminismo; Ativismos  Digital; Feminismo Digital; Sexismo; Feminismo  Negro; Redes Sociais.  Colaboradores — 6 Homens e 2 Mulheres</p>
<b>Edição</b>	<b>Unidades de Análise/Unidades de Registro</b>	



n. 24, mar. – abr., 2016.		<p>Capa – Fotografia de Jose Medeiros  Homenageado – José Medeiros  Entrevistada – Ana Miranda  Tema da Entrevista – Literatura.  Tema da Reportagem – Religião.  Colaboradores – 6 Homens e 2 Mulheres</p>
n. 25, jun. — jul., 2016.		<p>Capa — Fotografia de Mauricio Pokemon  Homenageado — Pires de Sabóia  Entrevistado — Edmar Oliveira  Temas da Entrevista — Literatura Piauiense;  Psiquiatria; Torquato Neto.  Temas da Reportagem — Literatura; Livros.  Colaboradores — 5 Homens e 7 Mulheres</p>
n. 26, ago. — set., 2016.		<p>Capa — Zuenir Ventura  Homenageada — Esperança Garcia  Entrevistado — Zuenir Ventura  Temas da Entrevista — Política; Democracia;  Imprensa; Fundamentalismo.  Temas da Reportagem — Democracia; Violência;  Desigualdade Social; Política; Mídia.  Colaboradores — 14 Homens e 9 Mulheres</p>
n. 27, out. — nov., 2016.		<p>Capa — Cineas Santos  Homenageado — Marcus Peixoto  Entrevistado — Cineas Santos  Tema da Entrevista — Literatura Piauiense.  Tema da Reportagem — Música.  Colaboradores — 8 Homens e 1 Mulher</p>
n. 28, dez. — jan., 2017.		<p>Capa — Fotografia de José Luiz Pederneiras  Homenageado — Carlão  Entrevistado — Climério Ferreira  Tema da Entrevista — Música Popular.  Temas da Reportagem — Cultura; Dança.  Colaboradores — 6 Homens e 5 Mulheres</p>
<b>Edição</b>	<b>Unidades de Análise/Unidades de Registro</b>	





n. 29, fev. — mar., 2017.		<p>Capa — Ilustração Direção de Arte  Homenageada — Nicinha  Entrevistado — Fábio Novo  Temas da Entrevista — Cultura; Política; Projeto Cultural; Política Cultural  Temas da Reportagem — Arte; Educação Artística; Criatividade.  Colaboradores — 7 Homens e 5 Mulheres</p>
n. 30, abr. — maio, 2017.		<p>Capa — Fotografia de Olga Gaia  Homenageado — Rubens Lima  Entrevistada — Roseane Borges  Temas da Entrevista — Feminismo; Racismo; Política; Mídia e Racismo; Feminismo Negro;  Temas da Democracia Racial; Identidade  Reportagem — Festival de Música; Teatro; Dança.  Colaboradores — 7 Homens e 3 Mulheres</p>
n. 31, jun. — jul., 2017.		<p>Capa — Ilustração de Irineu Santiago  Homenageado — Ramsés Ramos  Entrevistado — Nelson Nery Costa  Temas da Entrevista — Literatura; APL; Produção Científica.  Temas da Reportagem — Festa Junina; Quadrilhas; Manifestação Cultural.  Colaboradores — 9 Homens e 4 Mulheres</p>
n. 32, ago. — set., 2017.		<p>Capa — Fotografia de Alexander Galvão  Homenageada — Sulica  Entrevistado — Marcelo Rubens Paiva  Tema da Entrevista — Literatura.  Tema da Reportagem — Festival de Música.  Colaboradores — 4 Homens e 9 Mulheres</p>
n. 33, out. — nov., 2017.		<p>Capa — Torquato Neto  Homenageado — Torquato Neto  Entrevistado — Torquato Neto  Temas da Entrevista — Música; Poesia; Torquato Neto.  Temas da Reportagem — Jornalismo; Música; Poesia.  Colaboradores — 12 Homens e 4 Mulheres</p>
<b>Edição</b>	<b>Unidades de Análise/Unidades de Registro</b>	




n. 34, jan. — fev., 2018.		<p>Capa — Ilustração de Gigi Manfrinato  Homenageado — Netinho da Flauta  Entrevistado — João Moreira Sales  Temas da Entrevista — Jornalismo; Arte; Cultura; Filme.  Temas da Reportagem — Mulher; Representação; Jornalismo.  Colaboradores — 8 Homens e 7 Mulheres</p>
n. 35, mar. — abr., 2018.		<p>Capa — Fotografia de Mauricio Pokemon  Homenageada — Maria Pangula  Entrevistada — Danny Barradas  Temas da Entrevista — Transexualidade; Educação; LGBT.  Temas da Reportagem — Cultura Indígena; Índios.  Colaboradores — 7 Homens e 5 Mulheres</p>
n. 36, maio. — jun., 2018.		<p>Capa — Fotografia de Cicero Rocha  Homenageado — Mauricio Rangel  Entrevistada — Sueli Rodrigues  Temas da Entrevista — Democracia; Racismo; Quilombolas; Esperança Garcia; Escravidão.  Temas da Reportagem — Música; Bandas de Rock.  Colaboradores — 7 Homens e 5 Mulheres</p>
n. 37, ago. — set., 2018.		<p>Capa — Fotografia de Sergio Carvalho  Homenageado — Clóvis Moura  Entrevistado — Luiz Ruffato  Temas da Entrevista — Literatura; Livros.  Temas da Reportagem — História; Memória; Teresina; Cidade; Centro Histórico.  Colaboradores — 9 Homens e 2 Mulheres</p>

n. 38, nov. — dez., 2018.		<p>Capa — Fotografia de Mauricio Pokemon  Homenageada — Alvina Gameiro  Entrevistado — Francis Musa Boakari  Temas da Entrevista — Afrodescendente; África; Escravidão; Racismo; Feminismo Negro; Colonização.  Temas da Reportagem — Artes Plásticas; Teatro.  Colaboradores — 8 Homens e 4 Mulheres</p>
<b>Edição</b>	<b>Unidades de Análise/Unidades de Registro</b>	
n. 39, jan. — fev., 2019.		<p>Capa — Ilustração Arnaldo Albuquerque  Homenageado — Assis Davis  Entrevistado — Chain Litewski  Temas da Entrevista — Cinema; Filme; Documentário.  Temas da Reportagem — Animação; Cartunismo; Filme; Cinema; Indústria Cultural; Contracultura.  Colaboradores — 7 Homens e 3 Mulheres</p>
n. 40, mar. — abr., 2019.		<p>Capa — Grafismo de Alcides Jr  Homenageado — A. Tito Filho  Entrevistada — Andrea Rufino  Temas da Entrevista — Sexualidade; Mulheres; Gênero; Racismo.  Tema da Reportagem — Música.  Colaboradores — 7 Homens e 6 Mulheres</p>
n. 41, maio. — jun., 2019.		<p>Capa — Fotografia de Mauricio Pokemon  Homenageada — Ana Maria Rego  Entrevistado — Renato Rovai  Tema da Entrevista — Jornalismo.  Temas da Reportagem — Feminismo; Feminismo Digital; Racismo; Mulheres Negras; Interseccionalidades.  Colaboradores — 10 Homens e 7 Mulheres</p>

n. 42, jul. — ago., 2019.		<p>Capa — Editorial de André Gonçalves  Homenageado — Mandu Ladino  Entrevistada — Joice Berth  Temas da Entrevista — Empoderamento Feminino; Gênero; Racismo; Mulheres Negras; Assédio; Diversidade.  Temas da Reportagem — Música; Teresina.  Colaboradores — 11 Homens e 1 Mulher</p>
<b>Edição</b>	<b>Unidade de Análise/Unidades de Registro</b>	
n. 43, set. — out., 2019.		<p>Capa — Fotografia Sallisa Rosa  Homenageado — Odilon Nunes  Entrevistada — Patrícia Mellodi  Tema da Entrevista — Música.  Temas da Reportagem — Literatura; LGBTQIA+.  Colaboradores — 8 Homens e 5 Mulheres</p>
n. 44, nov. — dez., 2019.		<p>Capa — Fotografia André Gonçalves  Homenageada — Fátima de Oxossi  Entrevistado — Valter Hugo Mãe  Temas da Entrevista — Literatura; Mulheres; Poetas Negras.  Tema da Reportagem — Artes Visuais.  Colaboradores — 12 Homens e 4 Mulheres</p>
n. 45, mar. — abr., 2020.		<p>Capa — Ilustração Direção de Arte  Homenageado — Pe. Florêncio  Entrevistado — Alberto Da Costa E Silva  Temas da Entrevista — África; Literatura; História e Cultura; Escravidão.  Temas da Reportagem — Publicidade; Quadrinhos; Ilustração.  Colaboradores — 14 Homens e 4 Mulheres</p>

n. 46, jul. — ago., 2020.		<p>Capa — Ilustração Direção de Arte  Homenageado — João Claudino Fernandes  Entrevistado — Fonseca Neto  Temas da Entrevista — Diversidade; História; Escravidão; Pandemia; Covid 19.  Temas da Reportagem — Lives; Shows; Artistas; Mundo Virtual; Pandemia; Distanciamento Social.  Colaboradores — 9 Homens e 5 Mulheres</p>
n. 47, dez. — jan., 2021.		<p>Capa — Fotografia de Nair Benedicto  Homenageada — Francisca Trindade  Entrevistada — Nair Benedicto  Temas da Entrevista — Fotografia; Ditadura; Fotojornalismo.  Temas da Reportagem — Geraldo Vandré; Festival de Música; Música Popular; Ditadura.  Colaboradores — 8 Homens e 3 Mulheres</p>
<b>Edição</b>	<b>Unidades de Análise/Unidades de Registro</b>	
n. 48, mar. — abr., 2021.		<p>Capa — Ilustração Direção de Arte  Homenageada — Amélia Beviláqua  Entrevistado — Ignácio de Loyola Brandão  Temas da Entrevista — Literatura; ABL; Jornalismo; Crítica Literária.  Temas da Reportagem — Produção Artística; Cinema; Dança; Teatro; Incentivo à Cultura.  Colaboradores — 9 Homens e 5 Mulheres</p>
n. 49, jul. — ago., 2021.		<p>Capa — Fotografia de Assis Campelo  Homenageado — Rui Lima  Entrevistada — Leticia Carolina  Temas da Entrevista — Transfeminismo; Sexualidade; Mulher Negra; Transgeneridade; Transfobia; Racismo; Gênero; Diversidade; Homofobia; Decolonialidade  Temas da Reportagem — Política Cultural; Centros Culturais.  Colaboradores — 11 Homens e 4 Mulheres</p>

n. 50, nov. — dez., 2021.		Capa — Ilustração de Mika Homenageado — Paulo de Tarso Entrevistado — Nego Bispo Temas da Entrevista — Quilombo; Comunidades Quilombolas; Racismo; Colonialidade; Feminismo Negro. Temas da Reportagem — Arquitetura; História; Memória; Patrimônio Histórico. Colaboradores — 6 Homens e 5 Mulheres
---------------------------	---	---

Fonte: Quadro elaborado pelo autor dessa dissertação

### 3.2.2 Unidade de Análise — Temas das Entrevistas.

Certamente, torna-se imperativo examinar a interligação entre as mulheres negras homenageadas nas três edições da análise e os temas abordados nas entrevistas, observando como essas mulheres são retratadas em seus pontos de vista sobre questões como gênero e raça que possam manifestar-se como lugar de fala. Acredita-se que uma análise dos temas identificados, aliada a uma futura pesquisa com avaliação das perguntas formuladas, das respostas fornecidas e do contexto das entrevistas, possibilite uma compreensão mais profunda da percepção e da representação dessas mulheres.

Em relação ao número de pessoas entrevistadas, é perceptível uma disparidade de gênero no número total, com 35 homens (70%) e 15 mulheres (30%) nas 50 edições da análise. Ao examinar a correlação entre as pessoas que foram destaque de capa e entrevistadas na mesma edição, constatamos que 12 homens e apenas quatro mulheres ocuparam essa posição, sendo que duas mulheres compartilharam uma mesma capa na edição n. 18, jan. — fev., 2015, conforme Quadro 4. Com isso, evidencia-se que as capas que apresentam a pessoa entrevistada em destaque desempenham para um possível valor simbólico ao estabelecer uma relação entre a imagem da pessoa entrevistada e o conteúdo abordado na entrevista. Winch e Escobar (2012), ao analisarem a representação da mulher negra no cenário publicitário brasileiro, destacam, dentre outros aspectos, que sua imagem é, frequentemente, associada à imagem de cidadãs “vítimas do sistema social, retratadas como seres carentes que necessitam de assistência governamental” (Winch; Escobar, 2012, p. 240).

Outrossim, na edição n. 17 de novembro de 2014, a revista *Revestrés* apresenta uma

Figura 3 - Capa da edição n. 17



Fonte: Revista Revestrés

entrevista com o cartunista, chargista, jornalista, escritor e pintor Ziraldo, intitulada: *ZIRALDO, O MENINO DO BRASIL: aos 82 anos, o multiartista fala sobre mulheres, política, humor e bundas — as preferências nacionais*, (Revestrés, 2014, n. 17, p. 11). Durante a entrevista, a revista *Revestrés* ao abordar o entrevistado sobre a relação de temas como mulheres de biquíni e mulatas brasileiras em seus trabalhos, o mesmo compartilha algumas passagens relacionadas ao seu período na revista — *Pasquim*<sup>32</sup>. Afirma ele, “quando estávamos publicando o *Pasquim*, sempre criticávamos o movimento feminista, com isso estabeleceu-se uma

relação conturbada entre a turma do *Pasquim* e o movimento feminista”. O entrevistado relembra o episódio em que Betty Friedan (considerada a fundadora do movimento feminista moderno nos Estados Unidos) veio ao Brasil, e foi entrevistada pelo *Pasquim*. O entrevistado relata sobre uma briga dela com Millôr Fernandes, (Revestrés, 2014, n. 17, p. 17). Enfatiza que durante a briga sobre a opinião de Millôr Fernandes sobre movimento feminista, “[...] ele, com sua lucidez, mostrando a ela que a posição das mulheres era idiota, ou seja, não adianta buscar igualdade sexual porque isso é impossível” (Revestrés, 2014, n. 17, p. 18). É relevante salientar que as relações entre homens e mulheres não são determinadas por fatos biológicos, em vez disso, o papel atribuído a homens e mulheres é construído socialmente. Segundo Scott (1995, citada por Araújo, 2005), gênero é um elemento fundamental das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, ao mesmo tempo, constitui uma forma primordial de atribuir significado às relações de poder.

Na continuação da entrevista, surge a pergunta sobre o motivo de Ziraldo não acreditar na igualdade dos sexos. Em resposta, o entrevistado afirma: “A mulher não sente da mesma forma que o homem sente. Inclusive, há aquela frase engraçada: 'A mulher não é o feminino do homem, é um outro ser'. São dois seres diferentes” (Revestrés, 2014, n. 17, p. 18). Dessa forma, o entrevistado afirma ainda, que as mulheres já compreenderam que, ao invés de atacar o homem e ficar com essa questão do politicamente correto, “[...] elas fizeram o que eu sempre

<sup>32</sup> A revista — O *Pasquim* foi um semanário alternativo brasileiro, de característica paradoxal, editado entre 26 de junho de 1969 e 11 de novembro de 1991, reconhecido pelo diálogo entre o cenário da contracultura da década de 1960 e por seu papel de oposição ao regime militar.

disse – o tempo que você gasta sonhando é o mesmo que você gasta fazendo. Em vez de ficar criticando, brigando, vá lá e faça!” (Revestrés, 2014, n. 17, p. 18).

Além disso, quando perguntado sobre a relação entre os gêneros, o entrevistado afirma que as mulheres, em vez de ficarem incomodando, “vem cá, dá um abraço, cheira a gente, cuida da gente como uma mãe fazia. E vai cuidar da sua vida!”, (Revestrés, 2014, n. 17, p. 18). Assim, o entrevistado argumenta sobre seu posicionamento segundo o qual, mesmo o mundo moderno, que nenhuma mulher dispensa a mão de um homem no ombro. “Isso é o que mais realiza uma mulher. Ela quer mostrar para o mundo que tem o homem dela”, (Revestrés, 2014, n. 17, p. 18). Inesperadamente, o entrevistado indaga ao entrevistador da revista, “[...] você vai publicar isso na sua revista e vai aparecer uma porção de gente me chamando de machista” (Revestrés, 2014, n. 17, p. 18).

O termo gênero torna-se, antes, uma maneira de indicar — construções culturais — criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. Como resultado, gênero, segundo essa definição, seria uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Contudo, com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, gênero tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (Scott, 1995: 75, apud Araújo, 2005, pág. 42-43).

Figura 4 - Capa da edição n. 30



Fonte: Revista Revestrés

Na edição n. 30, abr. — maio de 2017, a capa apresenta uma fotografia de Olga Gaia e o homenageado da edição é Rubens Lima. A revista *Revestrés* publica uma entrevista intitulada, *A estranheza é o que nos resta*, com a renomada pesquisadora de mídia e racismo, Rosane Borges. Com 42 anos e formação em jornalismo, Rosane Borges é autora do livro — *Mídia e racismo* (Borges, 2012). Durante a entrevista, foram abordados diversos tópicos relevantes, como o lugar da pessoa negra na sociedade, o feminismo, as críticas políticas e uma reflexão sobre o capitalismo. Assim,

a entrevista trouxe destaques significativos que proporcionaram uma análise aprofundada dessas temáticas e sua relação com o espaço ocupado na mídia por mulheres negras.

A entrevista começa com uma discussão sobre o acesso à educação pela população negra

no Brasil. A pesquisadora ressalta que a população negra é, frequentemente, a mais desfavorecida, sofrendo desde a infância. Ela destaca que na década de 1960, quando houve a universalização do ensino e os indivíduos de baixa renda passaram a ter acesso à escola, a qualidade do ensino foi comprometida, intencionalmente, como parte de um projeto. Isso resultou no declínio da educação pública. Nesse contexto, a pesquisadora baseia-se nas ideias do sociólogo Muniz Sodré, argumentando que atualmente não se está levando a educação a sério no Brasil, pois todas as políticas educacionais resumem-se a cumprir planilhas e atingir metas. “Pensar em educação significa, na verdade, orientar-se para o mundo e suas demandas mais amplas” (Revestrés, 2017, n. 30, p. 10).

De fato, a respeito da representação da pessoa negra na mídia e no jornalismo, em que a maioria dos profissionais é branca, a pesquisadora, enquanto mulher negra, enfatiza que, “nossa identidade é construída por meio de projeção e que a identificação é fundamental para a formação de uma imagem positiva de nós mesmos” (Revestrés, 2017, n. 30, p. 10). Continua, enfatizando que vivemos em uma sociedade altamente midiaticizada, na qual as imagens veiculadas pela mídia desempenham um papel importante e contribuem para a circulação de estereótipos. Assim, a pesquisadora aborda a representação do negro pela mídia, mencionando exemplos de charges racistas publicadas em jornais internacionais e destaca a dificuldade em estabelecer um limite entre a denúncia e o reforço de um imaginário sobre um grupo que já sofre com a responsabilidade da representação. Para ela, algumas pessoas que se opõem ao politicamente correto argumentam que o “mundo está ficando chato, que não se pode dizer mais nada. No entanto, isso acontece porque os grupos discriminados estão dizendo: “não vamos mais aceitar isso!” (Revestrés, 2017, n. 30, p. 12).

A entrevista destaca, ainda, de forma enfática, o relato da pesquisadora sobre o contexto histórico do mito da democracia racial. Segundo ela, até 1930, o Brasil era um país envergonhado, pois as diversas tentativas de embranquecimento não diminuíram a maioria negra da população, o que representava uma ferida narcísica significativa. Enfatiza sobre o autor Monteiro Lobato, citado como um produto desse país que buscava criar uma identidade baseada na eugenia<sup>33</sup>. Portanto, a pesquisadora considera que é essencial debater a diferença entre lugar de fala e representação. Ao afirmar que o lugar de fala não significa que, por ser negra, uma pessoa tenha automaticamente legitimidade para falar sobre questões raciais. “Às vezes, uma pessoa não negra, a partir de seu lugar de fala, pode ter maior legitimidade, coerência e engajamento político, do que um negro para abordar essa condição” (Revestrés, 2017, n. 30, p.

---

<sup>33</sup> A eugenia é uma ideologia que surgiu no final do século XIX e início do século XX, buscando aplicar princípios de seleção artificial para aprimorar a composição genética da população FRANCIS GALTON (1822-1911).



13). No entanto, é importante compreender que uma pessoa branca não pode representar um negro, e nem sempre, o lugar de fala coincide com a representação.

No que diz respeito ao movimento feminista, a pesquisadora ressalta a importância de considerar a relação de gênero também em relação aos homens. Para eliminar as hierarquias, é necessário envolver o outro, o homem, inclusive para fazê-lo outro ser humano. O movimento feminista é reconhecido como um dos movimentos sociais mais bem-sucedidos, ao trazer mudanças nos costumes e nas relações sociais em todo o mundo. Afirma sobre o surgimento do feminismo negro não como uma tentativa de ir contra o feminismo universal, mas de reforçá-lo. Assim, o feminismo negro tem o papel de enfatizar que, para compreender a exclusão da mulher negra, é preciso compreender o que significa ser uma mulher negra. Além disso, a pesquisadora destaca a importância de o feminismo abordar questões raciais, sexuais e outras. E que o surgimento de outros feminismos não coloca em questão o feminismo universal, mas o aprimora.

Em suma, a entrevista finaliza com uma reflexão da pesquisadora sobre o racismo no Brasil e sua relação com o poder. Nos Estados Unidos, ela destaca a dureza do *apartheid*, enquanto no Brasil, pessoas negras e brancas acreditavam que nosso racismo não era tão grave, pois convivíamos juntos, mas isso não significa nada. Ela afirma que nossa forma de racismo é perversa, letal e violenta, e que todos convivemos com ela, pois, mesmo sendo numericamente maioria, os negros não são maioria em relação ao poder. A pesquisadora expressa sua discordância com o termo “minorias”, enfatizando que considera minoria aqueles que não têm poder, e que, embora haja avanços nas lutas das mulheres negras, existem aspectos diferenciados, pois elas compartilham o sentimento comum de serem grupos desprovidos de poder.

### **3.2.3 Unidade de Análise — Colaboradores/as das Edições.**

Durante a Conferência Mundial sobre a mulher em Pequim, realizada em 1995, foi estabelecida uma plataforma de compromissos aos países para se empenharem no combate às desigualdades de gênero, cujas repercussões eram notavelmente severas nos âmbitos do desenvolvimento humano, social e global. A partir do reconhecimento de que a mídia desempenha um papel fundamental na formação de um imaginário social diversificado, livre de preconceitos e discriminações, foram delineadas estratégias específicas. Estas visavam tanto à

promoção da presença das mulheres nos meios de comunicação, quanto à transformação das práticas dos comunicadores, orientando-se por princípios igualitários, buscando, assim, instigar uma maior igualdade de gênero nos países e na sociedade como um todo.

De fato, o mundo está passando por profundas mudanças econômicas, sociais, ambientais e culturais. O empoderamento das mulheres e a diminuição das diferenças de gênero são fatores cruciais para o progresso da civilização nesta etapa crucial da história da humanidade. As condições de vida das mulheres melhoraram, mas esse progresso foi mudando conforme as diversas áreas de atividade humana e não foi uniformemente distribuído ao longo do território nacional e regional. Assim, há uma baixa participação das mulheres negras no mercado de trabalho no Brasil, além de um maior índice de informalidade nas relações de trabalho e um salário, consistentemente inferior ao dos homens. Apesar de algumas melhoras ao longo das últimas décadas, as diferenças de gênero têm sido muito lentas ou até mesmo paralisadas. De fato, a persistente tendência de perpetuar estereótipos relacionados à diferença sexual, racial, étnica, religiosa, entre outras, estabelece obstáculos à promoção da igualdade. Nesse cenário, tornou-se essencial empreender esforços que colaborassem para a eliminação do emprego de imagens distorcidas e degradantes das mulheres nos meios de comunicação.

Nesta pesquisa, analisar a equidade na proporção de colaboradores/as por gênero, a cada edição da revista *Revestrés* foi fundamentalmente importante como unidade de análise. Nesse sentido, estende-se a escritores/as, fotógrafos/as, ilustradores/as, professores/as e outros/as colaboradores/as que contribuem em cada edição da revista *Revestrés*. A análise do arranjo de colaboradores/as por gênero pode revelar diferenças na participação, influenciando, ou não, as perspectivas e narrativas presentes nos conteúdos das edições da revista. Em suma, o número de colaboradores/as participantes nas 50 edições da análise, foi identificado o total de 641 pessoas que contribuíram, sendo 405 homens que corresponde a 63% e 236 mulheres correspondendo a 37% — conforme o Quadro 4. A média de colaboradores/as por edição ficou entre 12 e nove, observando-se alguns resultados notáveis no levantamento dessa unidade de análise (UA). Em apenas duas edições, a saber, a edição n. 22, set. — out., 2015 e a edição n. 25, jun. — jul., 2016, o número de mulheres colaboradoras foi superior ao número de homens. Entretanto, em outras duas edições, não houve participação de mulheres colaboradoras, especificamente, na edição n. 4, set. — out., 2012 e na edição n. 9, jul. — ago., 2013.

Portanto, analisar a relação em equidade de gênero na UA colaboradores/as na revista *Revestrés* torna-se uma questão importante que requer análises aprofundadas. A representatividade e a diversidade são elementos cruciais para um retrato fiel da sociedade, as mulheres negras surgem protagonistas relevantes nesse contexto. O engajamento ativo de

mulheres negras na colaboração de conteúdos midiáticos, não apenas desafia a existência de estereótipos e racismo estrutural, como também, contribui para narrativas mais inclusivas. Dessa forma, enfatizar como a participação de mulheres negras interagindo, colaborando, influenciando e construindo conteúdos midiáticos é importante para compreendermos o papel transformador que podem desempenhar na construção de conteúdos representativos.

Nesse sentido, ao aplicar a perspectiva interseccional para examinar a composição de colaboradores na revista *Revestrés*, identifiquei nuances expressivas relacionadas ao gênero. Essa variação evidencia a complexidade das dinâmicas de gênero na estrutura dos colaboradores da revista ao longo do período de análise da pesquisa, indicando uma propensão à equidade em edições específicas. Destaca-se na relação entre o número de colaboradores por gênero, e ressalta-se que essa dinâmica podendo, ou não, distorcer nos conteúdos abordados e nos temas encontrados. Ao adotar medidas tangíveis e inclusivas, embasadas nas descobertas do estudo, a revista *Revestrés* necessita apresentar uma representação potencial em contribuir, efetivamente, para o aumento do número de mulheres negras colaborando em edições futuras, fortalecendo assim, a representatividade de gênero e raça, fomentando um maior espaço de representação e ampliação do lugar de fala para temas interseccionais como gênero e raça.

### **3.2.4 Unidade de Análise — Temas das Reportagens.**

As reportagens desempenham um papel fundamental na promoção da visibilidade e conscientização sobre questões relacionadas a raça e gênero. Dessa forma, ao destacarem histórias e experiências de pessoas de diversas etnias e identidades de gênero, essas reportagens têm potencial para aprofundar o debate público e despertar a consciência da sociedade sobre a diversidade e as desigualdades existentes. Além disso, ao investigarem casos de discriminação racial e violência de gênero interseccionalmente, as reportagens podem revelar injustiças e responsabilizar as autoridades e as instituições envolvidas, incentivando a mudança política, social e cultural.

Assim, as reportagens podem ser uma forma de expressar as opiniões de grupos que historicamente foram silenciados, permitindo oportunizar e compartilhar suas perspectivas e reivindicações. Ao incluírem diferentes vozes e pontos de vista, as reportagens promovem uma representação mais precisa e equilibrada da sociedade, desafiando estereótipos e preconceitos

sociais estabelecidos. Dessa forma, ao dar visibilidade a temas por meio da interseccionalidade, a revista *Revestrés* pode desempenhar um papel relevante na promoção da igualdade.

Portanto, se as reportagens oferecem uma visão mais ampla de diferentes aspectos da vida das mulheres negras piauienses. A análise interseccional dos temas abordados nas reportagens é fundamental. Pois os temas representam uma subdivisão ou recorte dentro de um assunto mais abrangente. Sendo assim, funcionam como a peça-chave, constituindo um desdobramento específico de uma temática mais ampla. Elas podem fornecer informações e conexões sobre as áreas em que essas mulheres negras são reconhecidas (seja arte, ativismo, educação, etc.) e conforme são contextualizadas dentro desses campos. Ao analisar a interrelação entre colaboradores/as e os assuntos tratados nas reportagens, é possível observar se há uma conexão ou não com as pessoas que estão sendo homenageadas. Seguindo o modelo apresentado no Quadro 4, ao examinarmos as reportagens que tratam dos temas racismo e sexismo, podemos observar a distribuição dos colaboradores por gênero que participaram de cada edição. A análise das edições da revista *Revestrés*, que homenageia mulheres, revela uma ampla variedade de temas, que abrangem desde as artes até questões sociais e políticas. A diversidade de assuntos evidencia a riqueza e a complexidade das relações possíveis entre os temas encontrados e as mulheres homenageadas. Assim, ao identificar as edições que destacam essas mulheres, busquei estabelecer conexões com os temas abordados nas reportagens dessas edições.

Certamente, o movimento feminista, no Brasil, cresce ao reconhecer que as mulheres pertencem a diversos grupos, cada um com suas aspirações e necessidades específicas. A constatação de que nem todas as mulheres têm acesso aos chamados “lugares de cidadania” (Ribeiro, 2017, p. 35) evidencia a dificuldade de catalogar e ouvir as vozes desses grupos, inclusive aqueles com maior acesso à *internet*. Assim, a capacidade de expressar não se limita à emissão de palavras, mas também, à capacidade de existir, (Ribeiro, 2017, p. 36 e p. 37).

Dessa maneira, durante a análise foram identificados nas reportagens da revista *Revestrés* diversos temas, que incluem: arquitetura, literatura, escrita, manifestação cultural, grafite, festival de música, livros, sebos, cinema, feminismo, sexismo, feminismo negro, redes sociais, ativismo digital, democracia, violência, desigualdade social, política, mídia, educação artística, criatividade, cultura indígena, artes plásticas, teatro, racismo, mulheres negras, interseccionalidades, feminismo digital, artes visuais, ditadura, música popular e dança.

Além disso, enfatizar sobre a presença de mulheres negras em áreas como arquitetura, literatura, escrita, grafite, festival de música, livros, cinema e artes visuais sugere uma representatividade e uma celebração da criatividade e da expressão feminina negra. Assim, essa

variedade de áreas aponta para a necessidade de reconhecer mulheres negras, não apenas em papéis tradicionais que desempenham, mas também, em áreas onde sua presença historicamente foi sub-representada.

De fato, ao abordar a relação entre as mulheres negras homenageadas e tópicos como o feminismo, o feminismo negro, sexualismo, as redes sociais, o ativismo digital, a democracia, a violência sexual, a desigualdade social e a mídia, a revista *Revestrés* demonstra certo compromisso em tornar públicas as lutas e conquistas das mulheres, em questões sociais e políticas. Dessa forma, é possível notar uma ligação entre o reconhecimento individual das homenageadas e as questões sistêmicas que envolvem a sociedade. Além disso, a relação de temas como ditadura, música popular e dança. Uma apreciação das contribuições das mulheres em diferentes momentos históricos e em áreas que, muitas vezes, não são imediatamente associadas à luta feminina. Evidencia-se uma sensibilidade para as complexas intersecções de identidades que moldam a experiência feminina. Isso sugere um esforço consciente de revisitar as vozes das mulheres negras que, muitas vezes, são marginalizadas ou esquecidas.

Contudo, na busca por visibilidade e representação, assim como, na luta contra o racismo estrutural, o feminismo negro encontrou nas mídias digitais um espaço democrático e acessível para expandir o seu discurso e narrativa. Cada vez mais, o movimento do feminismo negro utiliza estrategicamente as redes sociais, especialmente, por espaços de empoderamento que validam os discursos e vozes das mulheres negras. Segundo Martinez (2018), em suas plataformas digitais, as mulheres negras têm a oportunidade de compartilhar suas experiências, receios e aspirações com outras mulheres que vivem situações semelhantes, criando espaços de diálogo horizontal.

É fundamental destacar as palavras de Lüdke e André (1986) que enfatizam a necessidade dos pesquisadores/as prestarem atenção, tanto ao percurso da pesquisa, quanto aos resultados. Isto significa colocar maior ênfase no processo de realização do percurso, e não no produto final em si, pois este processo é uma jornada de aprendizagem que enriquece profundamente o pesquisador.

Por fim, construímos três eixos categóricos de análise que deram subsídio ao que será discutido no capítulo a seguir. A primeira categoria envolve a análise das representações visuais das mulheres negras piauienses nas capas das edições da revista *Revestrés*, buscando identificar padrões estéticos, narrativos e simbólicos relacionados à raça e gênero presentes nessas capas. A segunda categoria abrange a distribuição por gênero dos/as colaboradores/as nas edições da revista *Revestrés*, oferecendo uma leitura sobre a questão da equidade de gênero no ambiente editorial. A terceira categoria concentra-se na análise dos temas – racismo e sexismo – presentes

nas entrevistas e reportagens, explorando discursos, narrativas e os posicionamentos adotados pela revista *Revestrés* em relação às mulheres negras piauienses homenageadas e como essas representações são influenciadas pela interseccionalidade dos marcadores de diferença de raça e gênero.

#### 4 ANÁLISE, DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Durante a pesquisa, busquei compreender a representação das mulheres negras piauienses, homenageadas através do conteúdo publicado na revista *Revestrés*. Isso foi realizado para oferecer uma compreensão mais aprofundada sobre a abordagem utilizada para alcançar os resultados apresentados no estudo. A análise, discussão e interpretação dos dados construídos nesta pesquisa, que se baseia na metodologia da análise de conteúdo, revelam um panorama significativo sobre a representação de três notáveis mulheres negras piauienses na revista *Revestrés*. Ao examinarmos as diferentes unidades de análise, como as capas, os/as colaboradores/as das edições e os temas das entrevistas e reportagens, emerge uma riqueza de informações que proporciona uma compreensão mais profunda sobre o papel e a visibilidade dessas mulheres negras na revista *Revestrés*.

A princípio, apresento como as mulheres negras Maria da Inglaterra, Esperança Garcia e Francisca Trindade, cada uma, a seu modo, são destacadas, proporcionando um olhar abrangente sobre as contribuições, desafios e conquistas que essas mulheres negras trouxeram para o contexto piauiense, evidenciando a importância de identificar suas trajetórias e a representatividade negra<sup>34</sup>. Para a presente discussão e interpretação dos dados serão evidenciadas as já citadas unidades de análise (UA), nas três edições da revista *Revestrés* com as mulheres negras piauienses homenageadas: as edições, n. 1, fev. — mar., 2012, com a homenageada Maria da Inglaterra; n. 26, ago. — set., 2016, com a homenageada Esperança Garcia e ed. n. 47, dez. — jan., 2021, com a homenageada Francisca Trindade. Nesse sentido, a AC colaborou fornecendo os dados que apontam para uma possível resposta à questão de pesquisa deste trabalho dissertativo, além de contribuir para a organização das informações que surgiram ao longo do processo de análise.

Em suma, antes de apresentar as três mulheres, relembro o que disse sobre a revista *Revestrés*, na introdução dessa dissertação e que deixa evidente que não se trata de uma revista feminina, nem feminista, nem sobre pessoas negras. De fato, como vimos, a capa foi ocupada, poucas vezes, por mulheres e, entre as homenageadas com nome de edição, apenas seis eram

---

<sup>34</sup> Apesar da crescente presença de negros nas propagandas nos últimos anos, quando se trata do campo profissional publicitário, a presença dessas pessoas ainda é bem inferior ao número de pessoas brancas. O grupo Gestão Kairós divulgou o “Estudo Publicidade Inclusiva: Censo de Diversidade das Agências Brasileiras 2023”, no qual aponta que “no que refere a Raça e Etnia, 68% de profissionais que atuam nas agências são brancos, 30% são negros (pretos + pardos)”. Ainda segundo este estudo, na liderança das agências, apenas 10,3% são negros (oito vezes menor em relação aos dados de profissionais brancos), sendo apenas 4,6% mulheres negras. Isso significa dizer que profissionais brancos estão sobre representados em pelo menos 45% das posições de liderança, e mulheres brancas em 23,2% no setor de publicidade e propaganda.

mulheres negras. A primeira delas, Maria da Inglaterra, na edição n. 1, fev. — mar., 2012, a segunda Jovita Feitosa, na edição n. 23, dez. — jan., 2016, a terceira, Esperança Garcia, na edição n. 26, ago. — set., 2016, a quarta, Maria Pangula, na edição n. 35, mar. — abr., 2018, a quinta, Fátima de Oxossi, na edição n. 44, nov. — dez., 2019 e a sexta Francisca Trindade, na edição n. 47, dez. — jan., 2021. E nesta ordem das edições publicadas que apresento a seguir as mulheres negras homenageadas da análise.

#### 4.1 Maria de Inglaterra.

Nascida em 21 de janeiro de 1939, na cidade de Luzilândia-PI, a 279 km da capital Teresina, Maria Luísa dos Santos Silva conquistou os palcos do Brasil, revelando-se como um dos talentos mais versáteis em nossa cultura. A cantora e compositora, mulher negra e uma figura icônica da cultura piauiense, é a primogênita dos três filhos, de Francisca Mariana e Manoel Rozeno. Aos quinze anos, partiu de Luzilândia, rumo a Fortaleza, capital do Ceará, e posteriormente, a São Luís, capital do Maranhão, em busca de aprimorar o dom da composição e do canto, criando suas próprias músicas. Certamente, sua contribuição para a música e a cultura regional trouxe reconhecimento e orgulho para a terra natal, tornando-a uma referência no cenário artístico do estado.

Assim, com um repertório que ultrapassa 2.000 composições, Maria da Inglaterra marcou sua trajetória ao lançar seu primeiro CD, intitulado — *O Peru Rodou*, em 2002. O álbum alcançou projeção nacional, com duas de suas músicas integrando a coletânea de 50 artistas populares brasileiros do projeto — “Rumos” do Itaú Cultural. Em 2009, a artista lançou seu segundo disco intitulado — *Alegria de Viver*, consolidando, ainda mais, sua presença no cenário musical e reafirmando sua contribuição significativa para a cultura do Piauí e do Brasil.

Os pesquisadores Marcilia e Gustavo (2003), enfatizam que o título da música — *Peru Rodou*, surgiu quando Maria da Inglaterra, no quintal de sua casa, ouviu por uma emissora de rádio do estado maranhense a notícia de que o cantor, Agostinho dos Santos, faria um show em São Luís. Ele viria em um voo vindo da Inglaterra, porém sua chegada foi interrompida por um acidente aéreo, no qual ele foi uma das vítimas.

Em 1975, Ricardo Cravo Albin<sup>35</sup>, durante uma viagem pelo Brasil, pelo Plano de Ação

---

<sup>35</sup> Ricardo Cravo Albin é um advogado, jornalista, historiador, crítico, radialista e musicólogo brasileiro, sendo



Cultural do Ministério da Educação e Cultura – PAC, com o projeto — História da Música Popular Brasileira: de Chiquinha Gonzaga a Paulinho da Viola. Conhece a cantora Maria Luísa dos Santos Silva, percebeu sua desenvoltura no palco. E afirmou: “hoje, essa pessoa é conhecida, daqui em diante, com esse nome: Maria da Inglaterra. Porque tem o rei do baião, Luiz Gonzaga, tem o rei Roberto Carlos, tem o rei Pelé, do futebol e Teresina tem a rainha das composições, Maria da Inglaterra”. Assim, o pesquisador ao nomeá-la Maria da Inglaterra, deu-lhe, dessa forma, o nome artístico, pelo qual seria conhecida artisticamente.

De fato, para Maria da Inglaterra, o nome foi feito, mas o sucesso não veio facilmente. Assim, afirmando a cantora que, “muitas portas se abriram, mas nenhuma trouxe oportunidades, apenas decepção” (Marcília; Gustavo, 2003, p. 123). Do mesmo modo, em que as promessas foram feitas, em igual medida, foram descumpridas. Mas com uma personalidade cativante, sua vida foi repleta de inúmeras histórias fascinantes, que merecem ser contadas de forma mais aprofundada. Dentre elas, seu início como artista, sua jornada após a perda do marido e as diversas mudanças de cidade, poderiam ser o foco central da obra, tornando-a ainda mais instigante. Além disso, explorar sua personalidade única, que a distingue das demais, traria uma dimensão, ainda mais, envolvente ao retrato dessa notável mulher. Desvendar os traços de sua personalidade e as características que a tornam excepcional seria uma maneira de apreciar a profundidade de sua trajetória e de compreender o impacto de sua arte na cultura regional.

Assim, mesmo sem ter tido oportunidade de estudar para o domínio da leitura e da escrita, Maria da Inglaterra sempre ansiou pelo conhecimento das letras, ficou três meses e 15 dias estudando em uma escola pequena, mas as exigências da vida falaram mais alto. O trabalho na lavoura tornou-se a educação, com a caneta, o papel e a escola representados por suas atividades diárias. Maria da Inglaterra, desde cedo, enfrentou as dificuldades da labuta incansável. Trabalhou nos campos e nas terras alagadiças, passando longas jornadas manejando a enxada ou limpando os arrozais. Sua vida foi dedicada ao labor árduo, plantando, colhendo e trazendo o sustento para casa, muitas vezes, enfrentando a escassez.

Deste modo, Maria da Inglaterra, como representante do Piauí, expressa com orgulho características únicas dessa terra natal em suas canções. Ela personificou a cultura regional, resistindo bravamente diante das adversidades. Para Maria da Inglaterra, ser cantora não foi um sonho de infância, mas sim, um destino traçado por algo místico e sobrenatural, redefinindo sua vida.

Como figura emblemática da cultura regional, Maria da Inglaterra também tornou-se

---

considerado um dos maiores pesquisadores da Música Popular Brasileira. Sua maior obra é o Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira, com cerca de sete mil verbetes e referência na área musical.

um símbolo inspirador do empoderamento feminino e da luta contra as desigualdades de gênero e raça. Ao desafiar estereótipos e conquistar posições em áreas historicamente dominadas por homens, ela quebrou barreiras e reforçou a capacidade das mulheres negras em assumirem papéis de destaque na sociedade por meio de suas expressões culturais.

De fato, Maria da Inglaterra utilizou suas composições para expressar a rica identidade cultural do Piauí e da região Nordeste, valorizando as tradições e a história local. Suas músicas evocam as características únicas da cultura piauiense, transmitindo uma mensagem de orgulho e pertencimento para as mulheres negras que se identificam com suas raízes. Maria da Inglaterra é, portanto, uma importante representante das mulheres negras piauienses na cultura regional, destacando a diversidade e a riqueza das identidades dessas mulheres.

#### **4.1.1 Análise da edição Maria da Inglaterra.**

A edição inaugural da revista *Revestrés*, lançada em fevereiro de 2012, emerge como um espaço alternativo para as representações culturais do Piauí e do mundo, sendo comercializada, inicialmente, pelo valor de R\$ 10,00. Presente no editorial da edição, a tentativa de buscou delinear o conceito de cultura de forma complexa, enxergando-a como uma arma contra a ignorância. Além de prestar homenagem à cantora piauiense, Maria da Inglaterra, a edição da revista apresenta uma entrevista com o renomado escritor e poeta Assis Brasil, capa da referida edição.

Hall (2017), argumenta que a cultura é fundamental na construção das identidades, servindo como um campo onde se decidem questões identitárias individuais. O autor destaca que vivemos um período de significativas transformações culturais, onde as formas tradicionais de identidade e as estruturas de poder estão sendo contestadas e modificadas. Ele observa que a globalização é um processo complexo que não resulta apenas na homogeneização cultural, mas também na reafirmação de identidades locais. Além disso, enfatiza que a cultura é um campo de disputa onde grupos sociais diversos lutam pela hegemonia, buscando afirmar suas identidades contra as imposições culturais dominantes.

Além disso, a edição da revista *Revestrés* destaca uma reportagem abordando a cidade de Teresina e suas memórias, explorando as possíveis referências arquitetônicas como espaços significativos de lembranças históricas para a cidade. O texto ressalta a importância das

construções que possuem relevância histórica. Na seção “ensaio fotográfico”, a obra de João Brito Jr. é evidenciada, com foco no registro do universo dos sem-teto na cidade de São Paulo. Quanto à seção “música”, a revista destaca o brega cult dançante da banda piauiense Madame Dollores. A seção “revesdicas” oferece recomendações a leitores/as, indicando obras como a Tetralogia Piauiense de Assis Brasil, O livro do Boni de José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, *Papeis inesperados de Julio Cortazar*, os filmes — *Flor de Abril de Cícero Filho* e — *A pele que habito de Pedro Almodóvar*. A edição encerra sugerindo o disco — *Recanto* – da cantora Gal Costa.

### Análise da capa da edição.

Ao analisar a capa da edição de lançamento, enfatiza-se a fotografia capturada por

Figura 5 - Capa da edição n. 1



Fonte: Revista Revestrés

André Gonçalves, editor da revista *Revestrés*, destacando o renomado escritor piauiense, Assis Brasil, cujas obras atingiram a notável marca de mais de um milhão de exemplares vendidos. Sob o título “80 anos a máquina de escrever” (Revestrés, 2012, n. 1), a edição inaugural da revista apresenta-se como um projeto dedicado à exploração de temas relacionados à cultura e suas diversas manifestações, conforme delineado no editorial. É relevante ressaltar o foco dado à homenageada, Maria da Inglaterra, identificada por um termo construído de “rainha do povo”.

Antes o fato de que, a valorização da mulher negra constitui um desafio nas representações de gênero na mídia, quando a revista *Revestrés* atribui à homenageada da edição o título de “Maria de Inglaterra — rainha do povo”, é possível perceber uma compreensão cuidadosa do imaginário construído em torno de uma mulher negra como figura da música popular piauiense. Conforme apontado por Strozwnberg (2005), a representação da mulher negra é, frequentemente, discreta e, em muitos casos, moldada para a comunicação com pessoas brancas, atendendo à necessidade de ser politicamente correta e engajada com movimentos sociais e culturais. Isso resulta em representações que alteram sua aparência e características, muitas vezes, alvejando sua imagem

e dissociando-a de sua identidade.

De acordo com Bourdieu (1989), o poder simbólico é fundamentalmente um meio de criação da realidade. Este poder tem a capacidade de determinar o significado imediato do mundo, estabelecendo valores, classificações hierárquicas e conceitos percebidos pelos agentes como espontâneos, naturais e desinteressantes. O autor argumenta que os critérios de classificação não são neutros, mas sim, construídos socialmente, inclusive o de “rainha do povo”, e influenciados pelas relações de poder e pelas estruturas sociais. Assim, esses critérios são fundamentais para a reprodução das desigualdades e para a legitimação de determinadas práticas e posições sociais.

Portanto, quanto à relação entre a capa e a pessoa homenageada, não se percebe uma ligação direta entre os conteúdos; no entanto, é possível constatar a vasta produção musical de Maria da Inglaterra, autora de 2.522 composições (Strozwnberg, 2012, p. 21), assim como a capa destacando a extensa obra do escritor Assis Brasil. A essa consideração, acrescento que, na seção dedicada à homenageada, o espaço de representação para Maria da Inglaterra é composto por quatro páginas, com imagens de algumas letras de suas canções, como, *Chote do Peru*, *Côco de Zé Mané*, *Baião do Serrote Grande* e *Senhor Maestro*. Todas essas músicas são assinadas pelo nome de registro — Maria Luiza dos Santos Silva, conhecida pelo nome artístico "Maria da Inglaterra", todas datadas de 7 de novembro de 1984, e no carimbo de registro, datado de 14 de novembro de 1984.

Ainda na mesma seção, destaca-se a imagem de Maria da Inglaterra segurando seu

Figura 6 - Maria da Inglaterra



Fonte: Revista Revestrés

registro civil, com o rosto desfocado em segundo plano e, em outra página, coberto por um chapéu rosa. Na última página da seção, Maria da Inglaterra aparece em uma imagem em preto e branco, sentada em uma cadeira de espaguete, Figura – 6, com a seguinte citação: “Sabia que quando fui escolhida para cantar, ia sofrer. Mas tudo bem, agradeço o dom que Deus me deu” (Revestrés, 2012, n. 1, p. 21).

A desigualdade de gênero se manifesta de maneiras sutis e, por vezes, imperceptíveis na esfera da escrita e da produção, refletindo as disparidades presentes na sociedade. A linguagem, por ser um reflexo da cultura, muitas vezes carrega consigo vieses de gênero que perpetuam estereótipos e hierarquias. Essa falta de equidade entre homens e mulheres na produção textual é evidenciada

de diversas formas. Bourdieu (1989), ao examinar os critérios de classificação, busca compreender como são estabelecidas as hierarquias simbólicas e como essas hierarquias são internalizadas pelos indivíduos, influenciando seus gostos, comportamentos e posições na sociedade.

De forma semelhante, a equidade de representação da mulher negra na música enfrenta desafios significativos. A indústria musical, como muitas outras esferas culturais, é permeada por hierarquias simbólicas que frequentemente marginalizam ou estereotipam a imagem da mulher negra. Apesar de avanços notáveis, a mulher negra ainda luta por reconhecimento e visibilidade igualitária. A produção musical é um espaço onde as disparidades de gênero e raça se entrelaçam, criando barreiras adicionais para a participação e reconhecimento das mulheres negras.

Provavelmente, são raros/as os/as artistas que podem se orgulhar de ter produzido centenas de composições musicais próprias, e Maria da Inglaterra encontra-se nesse seleto grupo. Além disso, o fato de ela nunca ter dominado a leitura e a escrita confere uma singularidade, ainda maior, às letras por ela compostas, tornando-as verdadeiramente especiais no universo artístico. No entanto, a originalidade e a autenticidade da cantora piauiense não receberam o devido reconhecimento por parte da crítica, dos órgãos de promoção cultural, da mídia e da população local (Marcília; Gustavo, 2003).

Em muitos contextos, a literatura e a produção intelectual têm historicamente favorecido a voz masculina em detrimento da feminina. As obras de escritoras, frequentemente, enfrentam desafios adicionais para serem reconhecidas e valorizadas, resultando em uma representação desproporcional no cânone literário. Esse desequilíbrio perpetua a ideia de que as contribuições femininas são secundárias, ou menos significativas. Isto remeta a Bourdieu (1989) quando argumenta que as preferências culturais e os gostos individuais não são simplesmente uma questão de escolha pessoal, mas são moldados pelas estruturas sociais e pelas relações de poder. As lógicas de distinção refletem as hierarquias sociais existentes e são usadas para demarcar e legitimar as diferenças entre os grupos. Ao explorar as lógicas de distinção, Bourdieu revela como as práticas culturais, como o consumo de bens simbólicos e a participação em determinadas atividades culturais, são utilizadas para marcar a posição social e para reforçar as desigualdades entre os diferentes estratos da sociedade.

Portanto, a análise das lógicas de distinção é fundamental para compreender como as práticas culturais e os gostos individuais são influenciados pelo contexto social e como contribuem para a reprodução das desigualdades sociais. Decorre daí que, para superar a invisibilidade da mulher negra, é crucial a valorização e a promoção de suas obras e produções,

que retratam suas experiências, desafios e conquistas. De acordo com Anzaldúa (2000), a escolha das palavras certas está intrinsecamente ligada à subjetividade e à experiência com a linguagem por parte da escritora ou do escritor. Dessa forma, segundo a autora, “[...] minha linguagem literária é um reflexo da minha subjetividade, formada pela vivência e experiência em diversas condições” (Anzaldúa, 2000, v. 8, n. 1, p. 229-236).

Além disso, a escolha das temáticas e abordagens nas produções escritas, muitas vezes, reflete uma perspectiva masculina dominante, o que pode excluir ou marginalizar as experiências das mulheres. Assim a ausência de diversidade de vozes na produção textual contribui para a perpetuação de estereótipos de gênero e para a construção de narrativas que não refletem, plenamente, a complexidade da sociedade. Outro aspecto é a questão da autoria, onde mulheres negras são, em alguns casos, sub-representadas ou até mesmo desacreditadas. O crédito por obras ou descobertas, muitas vezes, é direcionado predominantemente aos homens, enquanto mulheres negras enfrentam obstáculos para terem seu trabalho reconhecido, resultando em uma falta de visibilidade e impacto nas diversas áreas de produção.

Por um tempo a força simbólica das representações imagéticas é relevante, uma vez que afeta a maneira como as pessoas se veem e são vistas na sociedade. A quebra de estereótipos e a promoção de uma imagem mais equitativa e inclusiva da mulher negra na mídia não apenas favorece a equidade, mas também, permite uma compreensão mais ampla da diversidade humana. É de suma importância que a mídia assuma a responsabilidade de redefinir e ampliar as narrativas, proporcionando uma representação mais fiel e respeitosa da mulher negra.

## Colaboradores/as da Edição.

Assim, na abordagem da unidade de análise (UA), número de colaboradores/as, encontra-se um total de onze colaboradores, duas



Fonte: Revista Revestrés

mulheres correspondendo a (18%) e nove homens correspondendo a (82%). Sendo assim, por tratar-se da edição de lançamento da revista *Revestrés*, a referida análise da equidade no número de colaboradores/as, serviu como referencial para as demais edições do estudo. De fato, na história da sociedade a desigualdade também fez-se forte, foi escrita e administrada de forma patriarcal, misógina, sexista e machista, servindo para fortalecer papéis de gênero<sup>36</sup>. As mulheres cientistas, pintoras, rainhas, escritoras, artistas, escultoras, guerreiras, entre outras, que foram sujeitas da

sua própria história tiveram seus nomes apagados ou escondidos, colocadas à margem, tendo seus êxitos silenciados ou usurpados. Evidentemente, o caminho da emancipação feminina passa pela conquista de direitos substantivos e pela prevalência da igualdade de gênero na família, na mídia e na sociedade.

De fato, a Constituição Brasileira de 1988 foi fundamental para superar todas as leis discriminatórias que existiam, anteriormente, no país, proporcionando um processo de revisão da legislação nacional. No entanto, a realidade é complexa e, mesmo com leis que promovam a igualdade de gênero, ainda persistem desigualdades e práticas discriminatórias que continuam prejudicando pessoas e grupos sociais.

Entretanto, mesmo de uma perspectiva antropocêntrica e considerando as inúmeras dificuldades contemporâneas, nunca na história as condições econômicas, sociais e institucionais foram tão favoráveis à busca da equidade de gênero. As transformações estruturais e institucionais, juntamente com os diversos tratados internacionais baseados nos direitos humanos, somados aos esforços dos movimentos de mulheres, tornaram ilegítimas as assimetrias artificiais entre homens e mulheres, estabelecendo uma base mínima para a construção de uma nova arquitetura social fundamentada nos princípios de justiça e ética, sem

<sup>36</sup> O gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo (BUTLER, 2017).

discriminações de sexo, raça, origem social, cor ou qualquer outra distinção.

Desse modo, o feminismo pode ser definido como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social (Garcia, 2015, p. 10).

Assim, o potencial de avanço em direção à igualdade substantiva é maximizado quando as reivindicações das mulheres e dos grupos organizados com foco na equidade de gênero são acolhidas em diversas instâncias de poder, e quando existem mecanismos de consulta que possibilitam às mulheres articular legitimamente suas demandas no âmbito político.

### **Temas da Entrevista.**

Na unidade de análise (UA) tema da entrevista, identifica-se que o tema foi literatura, com o escritor Assis Brasil, um dos maiores escritores piauienses, como intitulado na entrevista — “a máquina de escrever”, (Revestrés, 2012, n. 1, p. 6), atribuição decorrente de sua vasta obra literária. Dessa forma, não pretendo aqui inferir uma relação entre sua obra e a obra de Maria da Inglaterra, mas sim, apontar para ambas as produções intelectuais na valorização da identidade cultural piauiense. Certamente, são poucos os artistas que podem se vangloriar por criarem centenas e centenas de composições musicais originais, e Maria da Inglaterra está entre esse seletivo grupo. No entanto, o fato de nunca ter desenvolvido a habilidade de leitura e escrita confere uma singularidade ainda mais marcante às letras por ela compostas.

Considerando o exposto acima, trago para uma reflexão sobre o tema – literatura apresentado pela revista *Revestrés* na seção entrevista, a ideia de *escrevivência*<sup>37</sup>, termo criado por Conceição Evaristo da junção das palavras “escrever e vivência”, termo que traz a força

---

<sup>37</sup> Para Conceição Evaristo, *escrevivência*, em sua concepção inicial, realiza-se como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, pertencem (EVARISTO, 2020).



motriz da memória de mulheres negras escravizadas. Para a autora, a presença do termo na cátedra significa, ampliar o pensamento de Lélia Gonzalez, quando esta aponta que no Brasil fala-se o “pretuguês” — um termo criado com o intuito de refletir sobre a formação da identidade cultural brasileira, através de palavras provenientes de idiomas africanos. Assim, para a autora, dentre as literaturas que inovam o projeto literário nacional, a autoria de mulheres negras coloca textos marcantes em um sistema anteriormente rígido, notadamente, pela autoria de homens e mulheres brancas. Enfatiza que, a autoria de mulheres negras, tende a dar outros sentidos à literatura brasileira.

Certamente, o desaparecimento de estereótipos literários como os da donzela casadoura branca, da mulata sensual e ferosa, da negra abnegada, submissa, máquina de trabalhar, que corresponderam respectivamente, à procriação, à questão patrimonial, familiar e sucessória e à exploração da mão-de-obra, numa sociedade patriarcal, sexista e racista, e na qual, a literatura, frequentemente, reforçou os lugares sociais assinalados ao gênero feminino e às chamadas raças.

### **Temas da Reportagem.**

Adicionalmente, ao analisar os temas abordados na reportagem da edição, com autoria das repórteres — Luana Sena e Thais Alencar, intitulada: *Onde estão as referências de Teresina?* (Revestrés, 2012, n. 1, p. 24), nota-se uma referência no texto à importância da preservação e conservação do patrimônio arquitetônico da cidade, destacando as demolições de prédios e casarões. A preservação da memória histórica e cultural é relevante para a preservação da identidade piauiense, uma vez que, como mencionado, “a preservação está ligada à valorização da nossa cultura e identidade — a formação daquilo que chamamos de ‘eu’”. (Revestrés, 2012, p. 1, p. 30). Em suma, a reportagem compara a cidade de Teresina do passado com a atual, enfatizando a necessidade de conhecer-se a história da cidade para desenvolver um interesse verdadeiro por ela. No entanto, na reportagem, o historiador Alcides Nascimento argumenta que as pessoas não podem ser responsabilizadas por aquilo que desconhecem ou ignoram.

De fato, pode-se relacionar que na obra — *Memórias da plantação, Grada Kilomba* (2017), não apenas desenterra histórias silenciadas e esquecidas, mas também, questiona as narrativas dominantes que moldam a compreensão da história e da cultura negra. A autora

destaca a importância das expressões culturais como formas de resistência e resiliência, mostrando como a arte, a música, a dança e outras manifestações são veículos poderosos para a transmissão e preservação das memórias e identidades negras.

Nas páginas internas, a revista faz alusão à homenageada com alguns espaços de inserção com trechos da sua canção — *O peru rodou*. Assim, já na primeira inserção, pode-se inferir algumas interpretações quando da interseccionalidade para o marcador de diferença gênero, que acontece na seção opinião (Revestrés, 2012, n. 1, p. 16) com o trecho — e o peru rodou, inserida com uma imagem dos olhos de Maria da Inglaterra.

Figura 8 - Maria da Inglaterra



Fonte: Revista Revestrés

Já na seção “Opinião” a revista *Revestrés* traz como tema — Telenovelas: um modelo de tolerância de olho no mercado homossexual, de autoria da colaboradora Jaqueline Lima Dourado. De fato, com uma abordagem para o tratamento de personagens homossexuais nas telenovelas brasileiras, a seção analisa as narrativas que delineiam os novos relacionamentos apresentados especialmente, em telenovelas da Rede Globo, com ênfase na inclusão da temática da homoafetividade como elemento transversal nessas produções. Além disso, apresentando a figura caricata associadas a personagens homossexuais, a autora relata que a Rede Globo, inicialmente, associou homossexualidade à criminalidade e optou posteriormente por representar personagens homossexuais por meio de estereótipos, como a figura da — bicha louca ou afetada e afeminada, e que os personagens homossexuais são frequentemente enquadrados em um modelo heteronormativo.

A segunda inserção do trecho da música de Maria da Inglaterra, *e rodou rodou...*, ocorre na seção “revesbrasil”, página 44, escrita por Luana Sena, membro do conselho editorial da revista *Revestrés*, abordando o tema “de Piauí pra Piauí”. A seção faz uma referência à revista literária — *Piauí*, apresentando uma entrevista curta com o editor João Moreira Salles, que discute a identidade piauiense da revista, a qual leva o nome do estado. Assim, em busca de evidências sobre a escolha do nome da revista, o entrevistado destaca haver uma relação com o

Piauí, estado da federação, que se faz decorrente do desconhecimento e do escasso interesse da imprensa em abordar eventos relacionados a este estado, evidenciando, assim, a ligação da revista com o nome do estado do Piauí.

Figura - 9 Maria da Inglaterra



Fonte: Revista Revestrés

Já a terceira inserção do trecho da música de Maria da Inglaterra, *e as meninas dessa terra...*, é evidenciada na seção *lendas piauienses revisitadas — a lenda da sétima maria*, (Revestrés, 2012, n. 1, p. 54), de autoria da colaboradora Graça Vilhena. Nessa seção, são narrados os eventos relacionados à lenda piauiense do cabeça de cuia, vividos pelo pescador Crispim, que aborda a maldição do cabeça de cuia e as sete Marias virgens. O relato faz uma alusão à conclusão da profecia com a morte de Crispim, causada por Maria da Luz, a última virgem que restava para livrar cabeça de cuia da maldição. Pode-se inferir sobre a relação do nome Maria da Inglaterra com o nome das setes Marias virgens.

Assim, importante observação na quarta e última inserção de trechos da letra da referida música de Maria da Inglaterra, *... querem meu amor*, apresentada na seção intitulada — ficção,

Figura 10 – Maria da Inglaterra



Fonte: Revista Revestrés

com o tema “respeito é bom e eu gozo”, sob a autoria de Wellington Soares, membro do conselho editorial. O texto ficcional descreve as narrativas de um homem sobre suas experiências sexuais com suas parceiras de relacionamentos. Mesmo sendo um texto ficcional, são identificados termos estereotipados que tipificam o corpo da mulher negra como objeto sexual. Assim, evidenciado no exemplo a seguir mencionado em um dos trechos, “[...] o motivo de tanta alegria responde pelo belo nome de Marina, uma mulata de lábios carnudos, e bunda linda” (Revestrés, n.1 p. 61).

Dessa forma, concordo com hooks (2019), quando ela afirmar que o campo da representação ainda é um espaço de luta mais evidente quando analisamos criticamente as representações contemporâneas de pessoas negras e de negritude. As diversas ocasiões em que as mulheres negras tiveram relevância na vida social, histórica e cultural do Brasil são quase totalmente ignoradas. Isso deve-se ao fato de que as mulheres negras destacaram-se como guardiãs vivas das tradições culturais e religiosas dos povos africanos sequestrados para o Brasil

ao longo de três séculos.

Certamente, a análise interseccional das representações é intrincada e os significados associados às imagens, muitas vezes, são variados, podendo parecer desconexos ou até mesmo contraditórios. No entanto, isso não significa que as imagens sejam incompreensíveis, e que não possamos explorar e tentar organizar os significados que carregam. Os estereótipos são práticas de representação que, conseqüentemente, nos contextos culturais, sociais e políticos em que foram criados. Apesar de os estudos de mídia frequentemente abordarem estereótipos, eles exploram raramente a relação entre os eixos da produção — como são formadas e quais características — e os eixos da circulação — como se difundem.

Em suma, a crítica feminista destaca a associação recorrente da representação das mulheres relacionadas ao mundo privado, às responsabilidades de cuidado e à esfera familiar. Essa característica decorre de como as mulheres são vistas como o “Outro” em relação ao gênero masculino, cujas imagens, são frequentemente, associada a atividades prestigiosas e à participação no espaço público (Beauvoir, 1967). Além disso, há o eixo da recepção, cujo objetivo é analisar as reações que uma produção cultural provoca nos públicos.

#### **4.2 Esperança Garcia.**

Esperança Garcia é um exemplo notável da política de resistência e construção de identidade. A sua história desenvolveu-se na região de Oeiras, especificamente, na fazenda de Algodões, localizada a cerca de 300 km de Teresina capital do Piauí, no Nordeste brasileiro. A partir de uma carta datada do século XVIII, uma fonte única que fornece o conhecimento possível e necessário sobre Esperança Garcia. A carta foi encontrada nos arquivos públicos do Piauí, pelo historiador Luiz Mott e está catalogada em uma única página, representando um dos registros mais antigos de uma petição feita por uma mulher negra escravizada a uma autoridade (Mott, 2010). Nessa carta, uma mulher escravizada, que se autodenomina Esperança Garcia, denuncia ocorrências de maus-tratos contra ela, suas companheiras e seus filhos, além da separação do marido e da proibição de batizar sua prole.

Destaca-se, assim, a notável figura de Esperança Garcia, submetida à condição de escravidão, que redigiu uma carta ao governador da capitania do Piauí em 1770. Este documento representa “um dos registros mais antigos no Brasil colonial escrito por uma mulher negra cativa, apresentando uma reclamação singular” (Moura, 2004, p. 171). A carta de Esperança Garcia simboliza a coragem de uma mulher negra que, mesmo enfrentando a

violência do sistema escravista, reivindica e afirma sua humanidade. Esperança Garcia expressa suas próprias palavras, com sua escrita, sua voz e sua história; ela não foi representada ou mediada por outra pessoa. Kilomba (2019) destaca a relevância de a mulher negra falar por si mesma.

Sem dúvida, Esperança Garcia demonstra uma notável consciência de seus direitos, proporcionando-nos um vislumbre do cenário escravista no Piauí e das dinâmicas intrínsecas a um universo de resistência que permeia todas as nuances desse sistema. Assim, em seis de setembro de 1770, redige uma petição direcionada ao governador da capitania de São José do Piauí:

Eu sou uma escrava de Vossa Senhoria da administração do Capitão Antônio Vieira do Couto, casada. Desde que o capitão lá foi administrar que me tirou da fazenda algodões, onde vivia com o meu marido, para ser cozinheira da sua casa, ainda nela passo muito mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca, em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que caí uma vez do sobrado abaixo peada; por misericórdia de Deus escapei. A segunda, estou eu e mais minhas parceiras por confessar há três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Peço a Vossa Senhoria pelo amor de Deus ponha aos olhos em mim ordenando digo mandar ao procurador que mande para a fazenda aonde me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha (Mott, 2010, p. 106).

O reconhecimento por meio da memória da escravidão é importante para a reflexão sobre a cidadania negra, tanto no Piauí, quanto no Brasil contemporâneo, esse processo protagonizado por Esperança Garcia mostra-se de extrema importância para fortalecer o empoderamento de afro-piauienses, de afro-brasileiros e, de maneira mais abrangente, para toda a sociedade. O autorreconhecimento manifesta-se na atuação de Esperança Garcia que, embora à margem, põe-se como parte integrante da comunidade política (Habermas, 1997). Ao dirigir-se às autoridades para denunciar a ocorrência considerada inadequada e ao apresentar petições ao Estado, ela age como membro dessa comunidade, ativando, assim, os direitos fundamentais reconhecidos no constitucionalismo (Habermas, 1997), cerca de meio século antes da primeira constituição brasileira, a de 1824, outorgada pelo imperador D. Pedro I.

De acordo com hooks (2014), desde o período do navio negreiro, as mulheres negras tornaram-se vulneráveis, sujeitas ao abuso físico e à tortura por qualquer colonizador branco que se sentisse autorizado a praticar tais atos. As violências foram transportadas dos países africanos para as Américas, onde a escravidão persistiu em diversos ambientes, tais como engenhos, casas grandes, senzalas, plantações, centros urbanos e prisões.

No discurso de Esperança Garcia de 1770, há pontos extremos e superiores na colonização do Piauí. Há uma dinâmica, na qual, a categoria do não humano (pessoa negra) é confrontada com a de humano (pessoa branca), estabelecida na época sob uma perspectiva colonial eurocêntrica. Essa hierarquia fruto de processos de extrema violência da empresa colonial instituiu normas para condenar pessoas negras, em especial mulheres negras escravizadas, classificando-as não como seres humanos capazes de pensar, mas como seres sem lógica, que apresentam desvios da perfeição masculina (Lugones, 2014).

Em 2017, após 250 anos da carta, a Comissão de Verdade da Escravidão Negra da Ordem dos Advogados do Brasil do Piauí (OAB/PI) elaborou e publicou o documento — Dossiê Esperança Garcia: símbolo de resistência na luta pelo direito. Este documento contou com a especial contribuição da professora, advogada negra e feminista, Maria Sueli Rodrigues de Sousa, que assina o Dossiê Esperança Garcia, com vistas ao seu reconhecimento, demonstra que Esperança Garcia tinha consciência de pertencer a uma comunidade política e reconhecia os limites da escravidão, compreendendo as formas de reivindicação de direitos e os argumentos mais eficazes. Um exemplo, é sua solicitação para ser devolvida à fazenda, onde poderia morar com o marido e batizar os filhos, aproveitando a condição de morar na casa de um capitão. A carta teve um impacto crucial na Ordem dos Advogados do Brasil, ao reconhecer Esperança Garcia como a primeira advogada piauiense, destacando-se não somente no contexto do Dia Estadual da Consciência Negra no Piauí, mas também, na promulgação da lei que instituiu o Dia Estadual da Mulher Advogada, celebrado em seis de setembro.

A providencia tomada pela OAB/PI dialoga com a ação do feminismo negro no Piauí pela compreensão de que as experiências das mulheres negras são atravessadas não apenas pelas questões de gênero, mas também, pelas dimensões raciais e sociais. Essa abordagem interseccional é fundamental para que o movimento seja inclusivo e atento às diferentes formas de opressão que afetam as mulheres negras. Na história do Piauí, o legado de Esperança Garcia, semialfabetizada por padres jesuítas, é uma marca poderosa. Em 1770, ela demonstrou sua coragem ao denunciar os maus-tratos que ela e seus/suas companheiros/as escravizados/as sofriam, por meio da referida carta ao Governador da província, enfrentando todas as adversidades impostas pela escravidão.

Além disso, ao destacar-se a figura de Esperança Garcia, o feminismo negro no Piauí busca ampliar o diálogo sobre a história das mulheres negras e sua contribuição para a construção do país. Essa valorização fortalece a autoestima das mulheres negras, inspirando-as a assumir seu espaço e sua voz na sociedade, além de incentivar o reconhecimento da importância da diversidade cultural e étnica. O feminismo negro, no Piauí, atua para combater

o racismo estrutural e promover a equidade racial em todas as esferas da sociedade, incluindo a política, a educação, o mercado de trabalho e outros espaços de poder.

Certamente, não seria possível discutir os acontecimentos da escravizada Esperança Garcia, no Piauí, no final do século XVIII, sem a compreensão de que os eventos, para perdurarem, necessitavam ser registrados de forma burocrática e formal. Uma fonte documental atribuída a uma mulher negra escravizada revisita a identidade negra piauiense, remontando às primeiras experiências de vida de africanos/as escravizados/as e de seus descendentes que aqui viveram. Revisitar esse passado ajuda-nos a identificar essas experiências da cultura negra no nosso dia a dia, especialmente, em nosso patrimônio imaterial, que se destaca na arte, tradições religiosas e populares. Certamente, a ausência de outros registros históricos contribui para o desconhecimento de mulheres negras notáveis, como Esperança Garcia, no imaginário social. Historicamente, quando havia algum registro relacionado a interesses femininos, frequentemente, eram homens que gerenciavam esses processos (Mott, 2010).

Esperança Garcia exemplifica o papel da mulher negra, que representa o extremo inferior das hierarquias, com sua imagem desvalorizada representando o “não sujeito” ou o “outro” em relação ao branco colonizador. É importante salientar que a categoria “outro” adquire complexidade quando mulheres que não se enquadram na branquitude, nem na masculinidade, ocupam uma posição desafiadora na sociedade, sendo consideradas contradições em relação à norma branca e à masculinidade (Ribeiro, 2017).

A princípio, Esperança Garcia deixou uma marca singular no cenário das lutas contra a escravidão do povo negro no Brasil. Sua singularidade reside em dois aspectos distintos: sua resistência por meio da luta pelo direito e sua atuação como membro da comunidade política que a escravizava. É importante destacar que ela conviveu com outras estratégias de resistência e combate à escravidão, como a fuga para os quilombos, suicídios, assassinatos, assim como, a constituição de fundos para ajuda nas compras de alforia, dentre outras formas, em que as pessoas escravizadas tinham consciência da negação do seu pertencimento à sociedade que as subjugava, buscando sobreviver e resistir na ordem estabelecida.

Inquestionavelmente, a história do Piauí, recentemente por meio do reconhecimento, carrega o legado de Esperança Garcia. O seu exemplo continua a ensinar-nos sobre a força ancestral da resistência e sobre a importância de resgatar e preservar a história das mulheres negras, como protagonistas de lutas e resistências ao longo dos séculos. Ao lembrar o papel de Esperança Garcia como uma das primeiras vozes a insurgir-se pessoalmente contra a escravidão e a violência sofrida pelas mulheres negras, esse movimento enfatiza a necessidade de uma abordagem interseccional em suas lutas.

A despeito de medidas no Piauí, ainda que incipientes, iniciativas foram tomadas no âmbito do poder legislativo piauiense com o propósito de reexaminar as memórias da escravidão negra, elemento formador da sociedade local. Um exemplo disso foi a aprovação da Lei 5.046, de 7 de janeiro de 1999, de autoria do deputado estadual Olavo Rebelo de Carvalho Filho, que instituiu o dia seis de setembro, data em que a carta de Esperança Garcia foi escrita, como o Dia Estadual da Consciência Negra. Importante lembrar que a elaboração e aprovação da lei contaram com o respaldo e a contribuição da deputada estadual Francisca Trindade, uma participante de longa data no movimento negro no Piauí e uma de suas principais representantes. Além de sua atuação como militante negra, a deputada era filiada ao Partido dos Trabalhadores do Estado do Piauí, representando um símbolo importante na luta das mulheres negras no Estado.

Acima de tudo, Esperança Garcia, nascida da condição de mulher escravizada no século XVIII, tornou-se um símbolo do ativismo negro nos últimos anos do século XX e início do XXI. Ao resgatar-se dos domínios da escravidão e elevá-la à posição de ícone da resistência negra, medidas tomadas na atualidade, apresentam novas abordagens sobre o passado, validando novos agentes históricos, cujas origens e circunstâncias sociais evocam muitos cidadãos/ãs do presente que se identificam como descendentes diretos de ex-escravizados/as.

#### **4.2.1 Análise da edição Esperança Garcia.**

A edição n. 26 ago./set. de 2016, que tem como figura homenageada, Esperança Garcia, apresenta como título do texto editorial — ‘Palmas pra ala dos barões famintos’. Observam-se em seu conteúdo algumas discussões relevantes que podem apontar para o tema das relações entre as unidades de análise (UA) e a escolha da mulher negra piauiense homenageada. Na reportagem, a revista *Revestrés* apresenta como tema central — “A democracia e suas discussões sobre o contexto político”. Fala sobre a destituição pelo Congresso Nacional da presidente Dilma Rousseff, reeleita em 2014 por mais de 54 milhões de brasileiros/as, que gerou um intenso debate entre os termos “golpe” e “*impeachment*”. Segundo o editorial da revista, esse embate retórico, com a justiça questionada, a mídia polarizando-se e as instituições perdendo credibilidade, apontava para um cenário nacional marcado por incertezas e preocupações. Diante desse panorama, a revista apresentou diferentes vozes que pudessem contribuir com suas perspectivas e análises.



Assim, a edição apresenta uma entrevista exclusiva com Zuenir Ventura, considerado pela revista como um dos jornalistas mais respeitados do Brasil, autor de renomados livros, que abordam o período pós-instauração da ditadura militar no país. Na entrevista, uma pergunta fundamental é levantada pela *Revestrés*: para onde caminha a Democracia? Qual o significado dessa palavra nos dias atuais e como podemos garantir sua vitalidade e vigor?. Já na seção — ensaio fotográfico — encontra-se em destaque o fotojornalismo nacional de Evandro Teixeira, reconhecido por seu olhar crítico durante os anos de chumbo, e por sua habilidade em capturar momentos únicos e impactantes.

De fato, tratou-se de revisitar sobre o contexto da democracia, enquanto sistema político, que esteve sempre intimamente ligada à estrutura social e econômica do Brasil, na qual, a escravidão teve um papel fundamental. O longo de séculos, como base econômica que permitiu o desenvolvimento econômico do país, fornecendo mão-de-obra barata e abundante para a produção agrícola e industrial. No entanto, essa exploração desumana de milhões de africanos/as escravizados/as contradiz os princípios fundamentais da democracia, como igualdade, liberdade e dignidade humana. Assim, a democracia brasileira foi moldada por essa contradição, na qual, a exclusão e a marginalização de pessoas escravizadas e seus descendentes coexistiam com os ideais democráticos proclamados na Constituição.

Sem dúvida, a abolição do trabalho escravo, em 1888, foi um marco na história do Brasil, mas não foi acompanhada por uma verdadeira democratização da sociedade. Os/as ex-escravizados/as foram libertos/as sem receberem nenhum tipo de compensação ou assistência adequada do Estado, o que os/as manteve excluídos/as social, economicamente e politicamente. Além disso, as elites dominantes, que se beneficiaram significativamente do sistema escravista, mantiveram e ainda mantém o controle sobre os recursos políticos e econômicos do país, perpetuando, dessa forma, desigualdades profundas na estrutura social brasileira. Outrossim, como consequência, as marcas da escravidão persistiram na sociedade brasileira, influenciando as relações raciais, as diferenças socioeconômicas e os desafios enfrentados pelas comunidades afrodescendentes na democracia, atualmente.

Nesta análise, a figura de Esperança Garcia surge como protagonista de uma história que se estende até os dias atuais, por meio de uma carta descoberta pelo historiador e antropólogo Luiz Mott (2010), na segunda metade do século XX. De fato, seu papel singular foi fundamental para a luta contra a escravidão que afligia o povo negro no Piauí, sendo reconhecida como uma voz corajosa e determinada em momentos de adversidade.

## Capa da Edição.

Ao examinar a capa da edição, que apresenta a fotografia do escritor Zuenir Ventura,

Figura 11 - Capa da edição n. 26



Fonte: Revista Revestrés

Figura 11 capturada pelo fotógrafo Mauricio Pokemon, membro do conselho editorial, destaco a relação entre o tema democracia apresentado na edição como tema principal, sendo possível estabelecer uma ligação com a mulher negra piauiense homenageada Esperança Garcia. Sendo assim, o reconhecimento das lutas de Esperança Garcia, ressaltando a sua postura ativa e representativa junto à população negra piauiense, desempenha atualmente um papel importante nas lutas pela justiça racial e para a promoção da visibilidade das comunidades afrodescendentes como protagonistas da história piauiense e brasileira. De fato, Esperança Garcia representa um exemplo vívido dessa política de

resistência e construção identitária. Os vestígios de seu legado remontam a uma carta datada do século XVIII, em outras palavras, tudo o que conhecemos sobre Esperança Garcia é derivado desse documento, resgatado nos arquivos públicos do Piauí pelo historiador Luiz Mott (1985).

Segundo Sousa (2017), devido à rigidez hierárquica característica das sociedades escravistas, onde as oportunidades de mobilidade estavam estritamente ligadas a elementos como classe social, ascendência familiar e a cor da pele, as pessoas escravizadas e outros grupos subalternos precisavam aproveitar as poucas brechas existentes naquela sociedade para reconstruir suas vidas. Contudo, é importante notar que, no contexto da carta de Esperança Garcia, as medidas de proteção solicitadas pelo interventor estendiam-se a todos/as os/as escravos/as.

Muito provavelmente, a história de Esperança Garcia ter-se-ia perdido ao longo do tempo, a não ser pelo apoio de outras pessoas escravizadas. O registro das dificuldades enfrentadas por essas pessoas não era exclusivo de Esperança Garcia, nem limitado ao contexto colonial português. Certamente, ao se conscientizarem de sua condição de pessoas escravizadas, presas por conceitos de raça, cor e classe social, muitos passaram a reconhecer “a importância dos documentos em uma sociedade escravista” (Sousa, 2017, p. 18).

Desse modo, ao colocar em destaque, na capa da edição, o tema democracia, e ao escolher homenagear Esperança Garcia, uma mulher negra escravizada, a revista *Revestrés*

oferece uma contribuição significativa. Isso dialoga com um resgate histórico das lutas democráticas das comunidades afrodescendentes no Piauí. É importante notar que as mulheres negras desempenharam um papel importante ao lado dos homens negros em organizações de resistência, participando de lutas tanto individuais quanto coletivas. Essas contribuições, como apontado por Werneck (2010), deixaram uma marca indelével na história do país, conferindo um caráter singular não só ao século XVIII a contar, e deste o século XVI (1575).

### Colaboradores/as da Edição.

Na análise da equidade de gênero entre os colaboradores desta edição, identificou-se um total de 23 colaboradores Figura 12, dos quais 14 são homens e nove são mulheres. Isso resulta

Figura 12 – Colaboradores/as da ed. 26



Fonte: Revista Revestrés

em uma representação da equidade de gênero com 61% de colaboradores masculinos e 39% de colaboradoras femininas. No entanto, ao considerarmos os marcadores interseccionais de raça e gênero, conforme indicado na figura 12 ao lado, é evidente a ausência de mulheres negras, havendo apenas a presença de um homem negro.

De fato, a sociedade está passando por profundas mudanças econômicas, sociais, ambientais e culturais. O empoderamento feminino e a diminuição das diferenças de gênero são fatores cruciais para esse progresso. Assim, a referida edição aborda o tema democracia e homenageia

Esperança Garcia, uma mulher escravizada, símbolo da luta e de resistência por direitos não reconhecidos de pessoas escravizadas nas fazendas piauienses durante o período colonial.

Certamente que, quando se analisa de forma interseccional, torna-se evidente que os entrelaçamentos de marcadores sociais específicos, como raça e gênero, desempenham um papel fundamental na representação das lutas por justiça racial e de gênero das mulheres negras. Essa análise mostra que as forças e os fatores impulsionadores dessas mudanças são diversos e complexos. A dimensão política e cultural é fundamental e não pode ser plenamente compreendida sem reconhecer os esforços das mulheres negras para transformar as estruturas

de dominação masculina e de desigualdade que têm caracterizado as relações de gênero ao longo dos séculos.

Inegavelmente, as mulheres negras têm uma longa história de mobilização política que remonta ao período anterior à própria existência do estado brasileiro. Desde lideranças em frentes revolucionárias, até o engajamento em comunidades quilombolas, tanto urbanas quanto rurais, e na preservação das tradições culturais e religiosas, as mulheres negras desempenharam um papel fundamental na construção da identidade brasileira e da – amefricanidade<sup>38</sup>. Ao longo dos séculos, sua resistência e organização foram essenciais para a luta por justiça social, direitos civis e igualdade racial, contribuindo, significativamente, para a formação e o desenvolvimento da sociedade brasileira.

De fato, não é por acaso que Lélia Gonzalez ressalta que ser mulher negra no Brasil equivale a enfrentar uma dupla ou até tripla discriminação, uma vez que as violências decorrentes da interseção entre o racismo e o sexismo a colocam no patamar mais alto de opressão (Gonzalez, 2020). Reforçando essa argumentação, Sueli Carneiro, a partir de uma perspectiva de gênero, enfatiza:

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituída no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras (Carneiro, 2011, p. 1).

De fato, as mulheres negras têm desempenhado um papel importante na busca pela democracia plena e inclusiva. Ao longo da história, elas enfrentaram uma interseção de discriminações de gênero, raça e classe, enfrentando obstáculos únicos que limitaram seu acesso aos direitos e à participação política. No entanto, apesar dos desafios, as mulheres negras têm sido agentes ativos na luta por mudanças sociais e políticas. Sua presença e liderança em movimentos sociais, organizações da sociedade civil e na esfera política contribuem para

---

<sup>38</sup> O termo amefricanidade criado por Lélia Gonzalez resume a complexidade e pluralidade étnica, cultural e ancestral dos povos negro e indígena latino-americanos. Dessa forma, a categoria político-cultural da amefricanidade, põe-se como alternativa antirracista, reivindicando que corpos e saberes negros e indígenas estejam no centro (GONZALEZ, 2020).

ampliar as vozes marginalizadas, promover a igualdade de gênero e combater o racismo estrutural.

Sendo assim, a democracia só pode ser verdadeiramente representativa e inclusiva quando as vozes e experiências das mulheres negras são reconhecidas e valorizadas. A participação ativa das mulheres negras na política, na defesa dos direitos humanos e na promoção da justiça social, não só enriquece o processo democrático, mas também, desafia as estruturas de poder que perpetuam a exclusão e a opressão. Garantir a igualdade de oportunidades, o acesso à educação, à saúde, ao emprego digno e à participação política das mulheres negras é essencial para fortalecer os pilares da democracia e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

### **Tema da Entrevista.**

Sobre a unidade de análise tema da entrevista, a presente edição traz como destaque o tema “2016: o ano que não termina” (Revestrés, 2016, n. 25, p.8). Nesta entrevista concedida pelo escritor Zuenir Ventura, são abordadas as dores e as alegrias de testemunhar o tempo. O escritor destaca a sensação de estarmos todos sem bússola, em um ano politicamente conturbado, onde a melhor posição, em certos momentos, parece ser em cima do muro para observar todos os lados. Em meio a esse cenário, a revista *Revestrés* procurou Zuenir Ventura para uma conversa sobre democracia, jornalismo e os desafios do contexto brasileiro. A entrevista foi realizada com texto e edição por Samária Andrade, com fotos de André Gonçalves e Maurício Pokemon.

Por sua vez, ao discorrer sobre sua trajetória no jornalismo brasileiro, Zuenir Ventura compartilha a informação de que tornou-se jornalista porque não se via como talentoso o suficiente para criar suas próprias histórias, e que a profissão acabou acontecendo por acaso. Mas, desde 2015, Zuenir Ventura é membro da Academia Brasileira de Letras – (ABL), ocupando a cadeira de número 32, sucedendo a Ariano Suassuna. Essa dualidade entre o testemunho dos acontecimentos históricos e a própria construção da história pessoal no âmbito do jornalismo e da literatura confere à entrevista um caráter reflexivo e instigante sobre os desafios e as complexidades do contexto contemporâneo.

Durante a entrevista, surge a pergunta: “com o seu histórico de resistência e como jornalista, como você está vendo o papel da imprensa na construção ou desconstrução de

personagens públicos?” (Revestrés, 2016, n. 26, p.15) realizada por André Gonçalves. O entrevistado responde que a imprensa enfrenta sérios problemas e que há uma arrogância em acreditar que detém toda a informação. No entanto, ele considera injusto atribuir à imprensa toda a culpa pelo que está acontecendo. O entrevistado destaca que até o ângulo em que uma foto é tirada pode ser interpretado a favor ou contra alguém, o que torna difícil manter a isenção e a independência. E ressalta a importância de continuar buscando a verdade, ciente de que todos são imperfeitos.

Em outra resposta sobre o mesmo tema da imprensa, o entrevistado enfatiza que acredita que a grande imprensa está sujeita a uma censura ainda mais forte, a do mercado. Argumenta que, se um jornal não tem leitores/as, está fadado ao fracasso, e que sua própria permanência no jornal depende diretamente da quantidade de leitores que possui. O entrevistado também comenta sobre a percepção de que alguns veículos de comunicação têm posições políticas evidentes e tendem a mascará-las, o que gera críticas por parte do público. Sobre a imprensa feita por jovens, destaca que alguns/mas deles/as tendem a acreditar que estão criando algo completamente novo. Afirma ser compreensível que jovens apresentem uma certa arrogância ao pensar que estão realizando algo inovador, que nunca foi feito antes. No entanto, enfatiza que é importante reconhecer que a *Internet* trouxe um elemento fundamental – o espaço de fala.

De fato, conforme destacado na análise da pesquisa, surge para o tema da democracia a seguinte pergunta, nesta edição da *Revestrés*, em um momento político significativo: “Para você, o que é Democracia? E mais: o que está ocorrendo politicamente pode ser considerado golpe ou não?”. O entrevistado responde citando uma frase do estadista britânico, Winston Churchill, que definia que; a democracia é o pior dos sistemas, com exceção dos outros. Ele ressalta que, de fato, ainda não foi criado nada melhor. No entanto, é importante entender que a democracia é um processo em constante construção; não, algo que já está completamente estabelecido.

Munaga (1986), sobre a teoria da igualdade racial no Brasil, afirma que a democracia só será alcançada quando houver igualdade racial, sem a existência de discriminação, preconceito, estigmatização ou segregação por motivos de origem étnica e racial. O autor ressalta que a luta de classes para as pessoas negras deve estar intimamente ligada à luta racial. De acordo com este autor, o racismo estrutural não é caracterizado por um preconceito ou discriminação explícitos, mas sim, por uma profunda inserção social que dificulta a ascensão social das afro-descendentes.

Nesse contexto, é preciso que haja espaço para um grupo que historicamente foi silenciado, ou seja, está-se aqui para refutar uma voz única como diz, Chimamanda Ngozi

Adichie. De fato, para a autora, o que as mulheres negras almejam é assumir o controle de suas narrativas e de seus saberes. Isso não implica em silenciar outras vozes, mas sim, em afirmar a existência de uma diversidade de discursos. Nessa perspectiva, é fundamental que haja espaço para um grupo que, ao longo da história, foi relegado ao silêncio; ou seja, contestar a noção de uma única voz (Adichie, 2009).

### **Temas da Reportagem.**

No processo de análise da pesquisa sobre o tema abordado na reportagem “Para onde vai à democracia?” (Revestrés, 2016, n. 26, p. 38), é evidente que a revista *Revestrés* buscou elaborar uma edição representativa acerca do tema democracia. Dessa forma, observamos uma ligação direta entre o conteúdo analisado na pesquisa e Esperança Garcia, a mulher negra homenageada. A revista *Revestrés* entrevistou pensadores e ativistas que compartilham suas perspectivas sobre os rumos da democracia brasileira. Destaca-se que, após 31 anos do processo de democratização no Brasil, o modelo político tão celebrado atinge sua fase mais longa, marcada por progressos sociais inegáveis, porém mergulhado em uma profunda crise de representatividade. É, cada vez mais, perceptível a falta de identificação entre os cidadãos e cidadãs representantes políticos/as.

De fato, quando a revista *Revestrés* apresenta, sucintamente, o resultado de uma análise realizada pelo índice elaborado pela consultoria britânica Economist Intelligence Unit (EIU), que categoriza os países de acordo com a qualidade de sua democracia, este ranking diz que, o Brasil é classificado no grupo das “democracias imperfeitas” (Revestrés, 2016, n. 26, p. 39). E que, embora o país possua eleições livres, justas e respeite as liberdades civis básicas, enfrenta desafios significativos, em termos de governança, como a corrupção e a falta de transparência nos órgãos públicos, além dos persistentes baixos níveis de participação política.

Assim, a reportagem destaca a análise do professor de história da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Luizir de Oliveira, que argumenta que o sistema democrático deveria ser aquele no qual o governo, eleito pelo povo, age em benefício desse mesmo povo. Essencialmente, é “do povo, pelo povo e para o povo” — uma definição fundamental. Contudo, esse conceito tem se desgastado devido ao regime político vigente.

Como ressaltado por Munaga (1986), sobre a teoria da igualdade racial, a reportagem aborda o aspecto da democracia que está em constante construção, no sentido de que ela não se

limita apenas à esfera político-partidária, mas que um país democrático deve buscar o desenvolvimento econômico, social e cultural de sua população, juntamente com a plena garantia das liberdades individuais. Assim, conforme afirma a reportagem, mesmo apesar das aparências, a democracia no Brasil está em ascensão. Sendo de fato necessário compreender a política e todos os fenômenos sociais, não como momentos isolados, mas, como partes integrantes de um processo contínuo de construção.

Dessa forma, podemos considerar que a valorização das lutas dos povos escravizados no Piauí e o significativo legado de Esperança Garcia destacam a importância da consciência na busca por uma democracia que garanta efetiva representatividade. Em um trecho da reportagem, o professor e ativista do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Daniel Solon, ressalta que, ao analisarmos a realidade do estado democrático de direito, podemos chegar a diversas conclusões, inclusive a de que a democracia, tal como está, não se efetiva para todos/as, pois podemos questionar: ela realmente atende às necessidades de quem? De fato, segundo o professor, a democracia necessita ser construída como propósito de inclusão (Revestrés, 2016, n. 26, p. 41).

Existe um recorte de classes na questão democrática brasileira, onde a justiça, o parlamento, o executivo, todos eles funcionam muito bem, mas não para a classe trabalhadora. [...] Temos que continuar apostando na humanidade. Um governo que seja dos trabalhadores, com economia planificada, pensado pelas pessoas, não só possível, ele é necessário (Revestrés, 2016, n. 26, p. 41).

Outrossim, essa matriz teórica relevante do pensamento de esquerda em nossa tradição cultural, muitas vezes, negligencia as desigualdades raciais, deixando de reconhecer que a raça desempenha um papel determinante na formação da estrutura de classes do país. Assim, essa corrente ideológica, o mito da democracia racial e a perspectiva da luta de classes, compartilham a tendência de minimizar, não reconhecer, ou tornar invisível a importância do racismo nas questões dos direitos humanos, da justiça social e na consolidação democrática.

Por seu termo, a contribuição dos movimentos sociais negros e de mulheres para os esforços contemporâneos de defesa da democracia é fundamental. Eles proclamam, cada vez mais alto, que não pode haver democracia com racismo e sexismo. Como Boaventura Sousa Santos afirma que a missão desses movimentos sociais é ser a consciência do que não há (Santos, 2008).

Além disso, para o advogado Francisco Lucas como entrevistado, afirma que é válido destacar a importância de analisar o contexto atual. Ele ressalta que apesar de termos uma



constituição, que é considerada uma constituição cidadã e um exemplo para o mundo, nos últimos anos, tem havido um discurso, especialmente, na mídia e em setores políticos mais conservadores, que visa a limitar o avanço dos direitos humanos. Segundo ele, a democracia ainda não é plenamente exercida, mas, incontestavelmente, representa o melhor modelo já alcançado na história do país.

Por outro lado, o posicionamento do *rapper* e residente da periferia da zona Sul de Teresina, Preto Kedé outra pessoa entrevistada, destacando a realidade dos excluídos/as, que viver em uma sociedade que deveria garantir direitos básicos torna-se uma utopia coletiva, quando a desigualdade social, o racismo e a repressão são realidades cotidianas para grande parte da população. “Eu não deposito muita fé nessa democracia, porque na periferia nós não temos liberdade para nos expressar” (Revestrés, 2016, n. 26, p. 43). Enfatiza que, a democracia tem se mostrado apenas uma ilusão. Se você é negro e pobre, não tem lugar.

Assim, genocídios, homicídios, violência física e psicológica, pobreza crônica, falta de políticas eficazes de inclusão social e disparidades no acesso à saúde são algumas das realidades que marcam a negritude com o estigma da morte no Brasil. A esse processo genocida e eugenista informado pelo biopoder, Achille Mbembe, denominou necropolítica<sup>39</sup>.

A reportagem conclui abordando o tema da educação como uma solução viável. Assim, a revista *Revestrés* afirma não ser difícil perceber que a ausência, ou a falta de acesso à informação contribuem para a perpetuação das desigualdades, que alimentam injustiças e resultam em segregações sociais. No entanto, ao fortalecer o sistema educacional, é possível construir uma nação mais justa, com cidadãos e cidadãs conscientes de seu poder e autonomia para moldar o futuro do país.

Sem dúvida, são muitos os obstáculos ao acesso à educação de qualidade por grupos étnicos e raciais não dominantes. Além disso, há a desvalorização de suas tradições culturais, a imposição da assimilação aos valores ocidentais e uma série de estratégias que perpetuam desigualdades.

De acordo com o entrevistado Raimundo Dutra, professor da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), a educação desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade onde todos possam desfrutar de uma vida digna. O professor advoga por uma abordagem educacional mais humanizada e abrangente, que integre diferentes práticas educativas, artísticas

---

<sup>39</sup> Necropolítica é a capacidade de estabelecer parâmetros em que a submissão da vida pela morte está legitimada. Para Mbembe, a necropolítica não se dá só por uma instrumentalização da vida, mas também pela destruição dos corpos. Não é só deixar morrer, é fazer morrer também. O autor enfatiza para a maneira como os governos decidem quem viverá e quem morrerá — e de que maneira viverão e morrerão (MBEMBE, 2018).

e inclusivas tanto dentro quanto fora do ambiente universitário. Portanto, a importância do trabalho com o objetivo de promover a transformação social por meio da educação, destaca que a construção de uma sociedade mais justa é um processo contínuo.

Assim, a abordagem de Lélia Gonzalez incorpora elementos da teoria marxista para elucidar as hierarquias sociais, tanto simbólicas, quanto materiais. Em sua análise, o racismo é considerado uma ideologia que facilita a perpetuação de um sistema baseado na exploração capitalista (Gonzalez, 1979). Como ideologia, ele assegura sua eficiência estrutural ao promover a segregação racial no mercado de trabalho, influenciando assim a definição das classes sociais. O racismo atua como um dos principais critérios na seleção de indivíduos para as diferentes posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social.

### **4.3 Francisca Trindade.**

Francisca das Chagas da Trindade nasceu em 1966, na cidade de Teresina. Filha de Lídia Maria da Trindade e Raimundo Pereira da Trindade. Residia no bairro Água Mineral, um bairro periférico da cidade. Na juventude, participou ativamente de grupos comunitários associados à Igreja Católica, destacando-se entre eles a Juventude Operária Católica (JOC) e a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP). A partir de seu engajamento com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nos anos 1980, Trindade encontrou uma oportunidade para concretizar o lema “fé e política” propagado pela teologia da libertação. Esse lema não apenas orientava a situação política da Igreja, mas também permeava uma parcela da sociedade teresinense, na época.

Certamente que, desse desejo de mudança, em busca de uma sociedade mais igualitária, Trindade, em 1984, torna-se Presidenta da Associação de Moradores de seu bairro. No ano seguinte filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1990, fundou juntamente com Sônia Terra, Lúcia Araújo, Gilvano Quadros, Pizeca, Nêgo Chico, Halda Regina, dentre outros, o grupo cultural Coisa de Nêgo, que dava vazão à história e à cultura negra por meio de palestras, mas, sobretudo, por meio do canto, da dança e do rufar dos tambores (Terra, 2022, p. 17).

Além disso, a partir dessas vivências e sendo filiada ao PT, desde 1985, vislumbrava-se, de maneira direta ou indireta, a possibilidade de uma futura candidatura à Câmara Municipal de Teresina, de Trindade. Apesar de o partido manifestar abertura para questões relacionadas à população negra, Trindade, enquanto mulher negra, enfrentou desafios internos. Vale lembrar

que, naquela conjuntura, o PT, apesar de seus princípios revolucionários e de esquerda, era majoritariamente composto por homens brancos. Conforme Regina Silva, “para nós, mulheres negras, todos os espaços de disputa de poder são movidos pela opressão” (Silva, 2022, p. 84).

A atuação política de figuras como Francisca Trindade inspira outras mulheres negras a envolverem-se na esfera política das representações a ocuparem cargos de liderança em diversos níveis de governo. A presença feminina na política é fundamental para garantir que as vozes e experiências das mulheres sejam ouvidas e consideradas na tomada de decisões que afetam suas vidas e a de todos. Além da atuação individual de mulheres como Francisca Trindade, o feminismo também manifesta-se em diferentes esferas, como a elaboração e o apoio a projetos de lei que visam à proteção e os avanço dos direitos das mulheres. Essas iniciativas incluem a criação de políticas públicas que promovam a equidade de gênero, o fortalecimento da rede de proteção às vítimas de violência e o incentivo à educação e ao empoderamento feminino.

Por exemplo, atuando como a vereadora, deputada estadual e a deputada federal mais votada na história do Piauí nas eleições de 2002, Francisca Trindade tornou-se uma figura emblemática na luta por excluídos e excluídas. Suas ações romperam paradigmas na política local, aproximando os anseios do povo e a defesa dos direitos humanos, ao mesmo tempo, em que possibilitaram uma maior presença da população negra na câmara de vereadores de Teresina e na assembleia legislativa do Piauí.

Ao longo de seus mandatos, dedicou-se, prioritariamente a política habitacional, a iniciativas relacionadas a programas de emprego e renda, segurança pública, defesa dos direitos das mulheres, combate à discriminação racial e ao abuso sexual infantojuvenil. Essas questões, direta ou indiretamente, são desafios que impactaram, significativamente, a maioria da população de menor renda de Teresina e do Estado do Piauí, indubitavelmente composta por pessoas negras. Trindade faleceu no dia 27 de julho de 2003, aos 37 anos, vítima de um acidente vascular cerebral hemorrágico — aneurisma, enquanto discursava na Conferência Estadual de Apicultura e Pesca.

Certamente, pode-se afirmar que Francisca Trindade possuía a coragem e a ousadia de Esperança Garcia, assim como, a determinação das inúmeras mulheres negras, sejam reconhecidas ou anônimas, que jamais aceitaram de forma passiva as restrições impostas sobre elas. Sua incansável participação no movimento de moradia, cada vez mais, consolidava uma consciência interseccional de classe, gênero e raça. Como militante, desafiava sem hesitação as injustiças, amplificando em sua voz o clamor de muitas outras silenciadas pela opressão e afetadas pelas disparidades sociais e raciais. Além disso, o processo de suscitar o

reconhecimento das identidades de mulheres negras faz-nos lembrar as palavras de Lélia Gonzalez;

a gente não nasce negro, a gente se torna negro. É uma conquista dura, cruel e que se desenvolve pela vida da gente afora. Aí entra a questão da identidade que você vai construindo. Essa identidade negra não é uma coisa pronta, acabada. Então, para mim, uma pessoa negra que tem consciência de sua negritude está na luta contra o racismo. As outras são mulatas, marrons, pardos, etc. (Gonzalez, 1988).

Em suma, a fala de Gonzalez ressoa profundamente nas lutas dos movimentos sociais negros, especialmente com o papel ativo e transformador das mulheres negras como lideranças. De fato, destaca a jornada de construção da identidade negra, que não é estática nem pré-determinada, mas sim um processo contínuo de consciência e resistência contra o racismo estrutural. As mulheres negras, ao tornarem-se conscientes de sua negritude e ao engajarem-se nas lutas sociais, não apenas reafirmam sua identidade, mas também desafiam e transformam as estruturas opressivas que perpetuam a marginalização e a discriminação racial.

#### **4.3.1 Análise da edição Francisca Trindade.**

Assim, para a última edição da análise do estudo, destaca-se um ponto crucial de observação sob a perspectiva da análise crítica interseccional. Nota-se um progresso significativo no amadurecimento do conteúdo publicado pela revista *Revestrés* durante o recorte no período do estudo. De fato, para discutir esse amadurecimento do ponto vista interseccional, de início, o editorial da edição traz como título, “todo fim significa um recomeço”. Ressaltando 2020, o primeiro ano da pandemia de COVID-19, chegava ao fim, como o ano marcado por “medos, inseguranças, tristezas, dores” (Revestrés, 2021, n. 47, p. 3). Segundo o texto do editorial, “[...] foi um ano que testou vigorosamente nossa capacidade de resistir, de superar, de tolerar o desconhecido e de atribuir novos significados ao que podemos chamar de saudade” (Revestrés, 2021, n. 47, p. 3).

Assim, o texto do editorial continua ressaltando a esperança pela chegada da vacina contra a COVID-19 ao Brasil, enquanto destaca a ineficácia do governo federal em lidar com a crise. Nesta edição, a revista *Revestrés* apresenta uma entrevista com a renomada fotógrafa,

Nair Benedicto, que compartilha sua jornada desde os desafios enfrentados durante a ditadura militar brasileira até o reconhecimento internacional de suas obras. Aos 80 anos e ainda ativa, Benedicto continua a direcionar suas lentes para o mundo.

Na seção de reportagem, a revista oferece um contexto histórico sobre a participação de Geraldo Vandré no festival musical de 1968. Destacando a canção *Pra não dizer que não falei de flores*<sup>40</sup>, a qual foi proibida de ser tocada no Brasil, a revista ressalta sua permanência na memória nacional por mais de meio século, apesar de não ter sido premiada no referido festival. Nota-se, para o período da participação de Trindade no movimento cultural de identidade negra, como a fundação do grupo musical afro cultural — Coisa de Nêgo, nessa bandeira, Trindade engajava-se na militância negra. Na batalha contra o racismo, os discursos e narrativas desempenhavam um papel fundamental, servindo como ferramentas para alcançar aqueles/as que tanto acreditavam, quanto os que não acreditavam, no mito da democracia racial.

Assim, durante a análise do estudo, observa-se para a relação com a figura de Francisca Trindade, a homenageada da edição, mulher negra e feminista, conhecida no Piauí como guerreira e que fez história trabalhando, incansavelmente, pelas causas sociais mais urgentes e necessárias. Assim, Trindade, ao longo de sua trajetória nas lutas sociais, desenvolveu uma análise detalhada sobre a marginalização das questões específicas, enfrentadas pela população negra, tornando-se um ícone de resistência para as mulheres negras que buscam uma transformação social iminente.

Certamente que para a ordem colonial e para o contexto da colonialidade, uma mulher negra não tinha/tem permissão para levantar a voz e tornar-se uma figura admirada por um segmento da população. Assim, levantar a voz, responder e contestar, implica em falar como uma figura de autoridade. “Isso significava ter a coragem de discordar e, por vezes, significava apenas ter uma opinião” (Hooks, 2019, p. 31). Destaca-se assim, para as ações da luta de Trindade, em defesa do direito à moradia e à implementação de políticas de saneamento básico nas comunidades periféricas mais vulneráveis, Trindade abraçava a necessidade de autonomia para as mulheres negras. Muitas delas, predominantemente, chefes de família, que enfrentavam a realidade de não possuir residência própria, incorporando assim demandas que são atuais e históricas.

---

<sup>40</sup> A canção *Pra não dizer que não falei das flores*, composta e interpretada por Geraldo Vandré em 1968, obteve o segundo lugar no Festival Internacional da Canção daquele ano. Mais conhecida como "Caminhando", tornou-se um dos principais hinos de resistência contra o regime ditatorial militar então vigente.

## Análise da Capa.

Conforme evidenciado no Quadro 2, é possível constatar, em relação às capas como unidades de análise (UA), com suas respectivas homenageadas, que somente na edição 47, que

Figura 13 - Capa da edição n. 47



Fonte: Revista Revestrés

presta homenagem a Francisca Trindade, existe uma relação perceptível da homenageada com a imagem da capa. Nesta edição específica, é apresentada como capa uma fotografia do movimento grevista capturada por Nair Benedicto, uma fotógrafa que contribui de maneira singular ao registrar uma significativa parte da história do país.

Certamente, a imagem de Francisca Trindade ligada ao movimento dos/as trabalhadores e trabalhadoras no Piauí representou uma ligação identitária de uma mulher negra muito representativa para a política piauiense. Assim, as identificações com o uso de uma fotografia de Nair Benedicto como capa da edição n.47, retratando o movimento sindical, com os metalúrgicos em assembleia na Igreja Matriz de São Bernardo do Campo — SP, 1980, explorando a relação de Francisca Trindade com a luta do movimento de classe. De fato, o movimento feminista negro, embasado nos princípios essenciais do pensamento social e político das mulheres negras, compartilha a perspectiva de que ao abordar fenômenos políticos e sociais, as militantes negras formulam e associam conceitos e práticas de maneira inovadora, gerando assim novas perspectivas sobre esses temas.

De maneira geral, raça, gênero, classe e outras categorias de análise, emergem como eixos fundamentais em torno dos quais o poder se organiza. Embora a compreensão da prevalência de cada um desses eixos na estrutura social de poder possa variar entre diferentes correntes de pensamento, há um consenso de que, embora distintos, esses eixos operam de forma interligada.

Assim, com as transformações ocorridas no Brasil durante a década de 80, como o fim do regime militar e a promulgação da Constituição Federal de 1988, o país entrou em um período de grandes mudanças, refletindo-se tais mudanças no movimento feminista brasileiro. Como observado por Ribeiro (1995), as mulheres nos movimentos pertencem a grupos e classes sociais muito diversos, com diferentes origens étnicas e raciais, bem como, trajetórias políticas

e sexuais distintas. Nesse contexto, com a conscientização das desigualdades de gênero e raça, as mulheres, especialmente, as negras, passaram a reconhecer-se como novos sujeitos políticos dentro do movimento feminista.

De fato, quanto à representação das mulheres negras, a presença de Trindade nos altos escalões da política piauiense e brasileira simbolizava, não apenas a presença da voz da mulher negra, mas também, de pessoas pobres, de jovens da periferia e de excluídos/as que identificavam-se profundamente com ela. De acordo com Miguel & Birolí (2015), o feminismo negro possibilitou um avanço na compreensão dos mecanismos de reprodução das desigualdades, ao insistir que a busca pela igualdade de oportunidades entre mulheres e homens não deveria resultar em silenciar as mulheres, que compartilham com os homens que estão na base da pirâmide social as desvantagens oriundas de sua posição de raça e classe.

Conclui que, ao analisar a fotografia de Nair Benedicto representando o movimento sindical na capa da edição que homenageia Francisca Trindade, consegue-se equilibrar o movimento de luta de classes, com a representação política de mulheres negras. De acordo com Davis (2015), o ativismo político pretende promover uma mudança fundamental nas condições socioeconômicas que geram e perpetuam as formas de opressão que as mulheres negras enfrentam. Assim, as mulheres negras foram aquelas que, desde cedo, foram obrigadas a aprender a serem protagonistas em uma época em que o texto e o contexto eram predominantemente expressos no masculino (Schumacher, 2015).

### **Colaboradores/as da Edição.**

Durante a análise da equipe de colaboradores na referida edição, constatamos a participação de onze colaboradores, dentre os quais, apenas três são mulheres, incluindo uma mulher negra. Assim, essa unidade de análise (UA) mostrou-se de suma importância para o estudo, pois uma parcela considerável do conteúdo da revista deriva de parcerias colaborativas, o que, de certa forma, molda a dinâmica e a qualidade do material publicado sob uma perspectiva interseccional dos marcadores de raça e gênero.

De fato, evidencia-se a necessidade da análise dos colaboradores por gênero, uma vez que, o termo gênero é apresentado como um

Figura 14 – Colaboradores/as da edição n. 47



Fonte: Revista Revestrés

fator crucial na geração de desigualdades entre homens e mulheres pertencentes ao mesmo grupo racial. Mas, no entanto, as desigualdades de gênero não necessariamente desempenham o mesmo papel na produção de dinâmicas semelhantes para homens e mulheres de grupos raciais distintos (Gonzalez, 1982; Gonzalez e Hasenbalg, 1982; Gonzalez, 1988).

Outrossim, a noção de interseccionalidade emerge como um elemento central para conectar as diferenças e desigualdades a um conceito normativo de igualdade/equidade inerente à democracia. Ela desempenha o papel de um ideal, um princípio orientador na busca pela justiça social.

O pensamento democrático do feminismo negro apresenta-se como uma ferramenta para democratizar os conceitos fundamentais que são necessários para a participação social igualitária.

Em diferentes camadas sociais, a construção de uma série de estereótipos foi determinada pelo patriarcado. A origem dessa questão é histórica e profunda, assim, a relação entre o patriarcado e o racismo tem sido amplamente relatada nas narrativas culturais, antirracistas e feministas, reconstruindo a história sob a perspectiva dos interesses dos homens e das mulheres brancas. Sendo assim, é importante repensar o papel das mulheres negras em diferentes contextos, reconhecendo as suas contribuições para a formação da diáspora negra (Werneck, 2010).

Nesta edição, nota-se que a seção que trás Francisca Trindade como homenageada é de responsabilidade do conselho editorial, não sendo atribuída à equipe de colaboradoras, mesmo apresentando entre as colaboradoras uma mulher negra. Além disso, sugere-se a possibilidade de a revista *Revestrés* optar por dar voz às mulheres negras, que transcenderam a temporalidade de Francisca Trindade, nomeando-as como responsáveis pela seção. Assim, quando utilizada como uma ferramenta descritiva, a interseccionalidade do feminismo negro amplia o campo de visão, no qual, o estudo das relações raciais tem se fundamentado, possibilitando a compreensão de como a opressão racial está interligada e combinada com as opressões de gênero,



heteronormatividade e exploração econômica.

### **Tema da Entrevista.**

Portanto, na unidade de análise do tema da entrevista na edição que homenageia Francisca Trindade, encontram-se os seguintes temas: fotografia, fotojornalismo e ditadura militar. A entrevista intitula-se — “A Esperança Equilibrada” (Revestrés, 2020, n. 47, p. 10), conduzida pela revista *Revestrés*, a fotógrafa Nair Benedicto, aos 80 anos, compartilha, abertamente, suas experiências. A entrevistada aborda sem reservas, alguns dos dramas que testemunhou ao longo de sua carreira. Durante a conversa, Nair Benedicto segue revelando a complexidade de suas vivências. Ao longo de sua trajetória, dedicou-se amplamente a registrar denúncias sociais, capturando com sua câmera os movimentos operários, trabalhadores sem-terra, indígenas, mulheres e travestis.

Assim, faz-se uma referência da análise na entrevista à mulher negra homenageada na edição Francisca Trindade, por sua trajetória de luta junto aos movimentos sociais por moradia e dos trabalhadores. De fato, durante toda sua trajetória, Francisca Trindade marcou firmemente o lado que escolheu ocupar e sempre se posicionou em defesa das pessoas menos favorecidas. O que segundo a ativista Angela Davis, pode-se considerar que;

[...] o ofício no ativismo político inevitavelmente envolve uma tensão entre a necessidade de tomar posições diante dos problemas contemporâneos à medida que surgem e o desejo de que sua contribuição perdure a ação do tempo (Davis, 1980, p. 14).

Assim, com essa consciência, Francisca Trindade vivenciou e participou ativamente do processo de organização social, unindo sua experiência como militante social à sua militância política, sempre buscando intervir na realidade e deixando sua marca em todas as ações que realizava. Como parlamentar, Trindade perseguiu, incansavelmente, essas lutas, as quais também tornaram-se o foco de sua atuação legislativa. Reconheceu a importância merecida da presença feminina e suas demandas, tanto nas iniciativas e lutas políticas dentro do partido, quanto externamente.

Durante a entrevista, surgem questionamentos sobre o que o Brasil aprendeu pós-ditadura militar, e Nair Benedicto compartilha sua visão de que o país tem todas as condições

para ser maravilhoso, mas, lamentavelmente, não aproveitou nenhuma delas. A entrevistada destaca a diversidade racial presente na sociedade brasileira, pela mistura de negros, índios, japoneses, italianos, franceses e outras etnias. Menciona ainda que, os brasileiros possuem uma essência de solidariedade e alegria que alguns tentam sufocar. Afirma que, “a alegria é fundamental, é essencial como o ar; ela sempre encontra uma maneira de manifestar-se” (Revestrés, 2020, n. 47, p. 14).

Assim, para o papel profissional do fotojornalismo, Nair reflete sobre a atualidade e menciona que o fotojornalista de jornal enfrenta um contexto de comunicação repleto de ruídos e performances. E acrescenta sobre o fotojornalismo que, historicamente, foi e continua sendo uma profissão predominantemente masculina. Nair ressalta que, antes mesmo do olhar, a vida da mulher é diferente, destacando que os homens nascem com uma permissão que as mulheres não possuem. A entrevistada pondera que não considera os homens melhores ou piores, mas que a sociedade é estruturada de forma masculina, concedendo aos homens, desde o nascimento, uma carta de alforria que as mulheres não têm. Nair indaga sobre a necessidade de resolver não apenas as desigualdades sociais, mas também, as desigualdades de gênero.

Embora a entrevistada não mencione a dimensão social, a participação das mulheres negras nos movimentos sociais e políticos é de valor inestimável, pois marca um percurso de lutas muito mais amplo desses movimentos, os quais, tornam-se instrumentos de grandes transformações e impulsionam mudanças na estrutura social. Isso ocorre tanto na luta contra o preconceito racial e de gênero, quanto ao reivindicar uma maior participação nos espaços de conquistas.

Assim, conforme observado por Oyèwùmí (2017), o gênero é um discurso que estabelece uma dicotomia entre duas categorias sociais binárias e hierárquicas: homens e mulheres. É amplamente reconhecido que, no contexto ocidental, as mulheres/fêmeas são identificadas como — Outro — definidas em oposição aos homens/machos, que representam a norma. Diante disso, há uma necessidade premente de desenvolver um novo conjunto de construtos, dada a constatação de que até mesmo conceitos tidos como biológicos, como macho, fêmea e sexo, estão impregnados de conotações hierárquicas no pensamento ocidental. Nesse sentido, o aspecto social e o biológico estão profundamente entrelaçados. Essa perspectiva evidencia-se nos discursos de gênero dominados pela masculinidade, nos quais, as disparidades sociopolíticas enfrentadas pelas fêmeas são atribuídas às diferenças biológicas.

Do ponto de vista da vertente de seu trabalho na cobertura de movimentos sociais e operários, Nair Benedicto compartilha que é algo de que mais gosta de fotografar. A entrevistada destaca suas fotos das greves dos metalúrgicos no ABC paulista, entre o final dos

Figura 15 - Greve dos metalúrgicos no ABC paulista



Fonte: Revista Revestrés

anos 70 e início dos anos 80 (1978-1981), afirmando que essas greves ocorreram após anos de ditadura e um grande silêncio.

Destaca-se o importante papel das mulheres no movimento grevista, conforme relatado pela entrevistada, que menciona uma mudança significativa na abordagem feminina entre o primeiro e o segundo movimento de greve do ABC. Segundo a entrevistada, no primeiro movimento de greve, as mulheres influenciavam

os maridos, ameaçando-as com a escassez de leite para as crianças se eles não retornassem ao trabalho.

Já no segundo, elas adotavam uma postura mais direta, ameaçando com a sua exclusão do lar caso não aderissem à greve. Além disso, ao discutir o contexto histórico das fotografias, Nair ressalta a natureza, intrinsecamente, política da fotografia, demonstrada em suas imagens do ABC e em outros registros. E destaca o poder das imagens em transmitir informações sobre determinados períodos históricos. E diz que, ao longo de sua carreira, foi, frequentemente, motivada pela necessidade de abordar temas que considerava dignos de discussão e reflexão.

Conclui-se que, na relação dos temas encontrados na entrevista com Nair Benedicto, não pode-se evidenciar para o aspecto de representação da participação de mulheres negras nas lutas de classe e na participação política. Assim, mesmo pelo fato de Francisca Trindade possuir uma forte ligação com o movimento do partido dos trabalhadores e as lutas por moradia, sua ascensão na política do Piauí, representando a mulher negra piauiense, ampliando os espaços de participação política e social.

### **Tema da Reportagem.**

Certamente, ao enfatizar-se a análise do tema abordado na reportagem com o tema – festivais de música, destaca-se o ambiente propício que esses eventos ofereciam para protestos

contra a situação social e política estabelecida pelo regime militar. Assim, Geraldo Vandré, por meio de suas participações, emergiu como um dos músicos mais vinculados a esse tipo de canção. O êxito da canção — *Para não dizer que não falei das flores* e a subsequente consagração de Geraldo Vandré, coincidiram com o agravamento da repressão militar, culminando na promulgação do AI-5<sup>41</sup>, em 13 de dezembro de 1968. Esse Ato Institucional suspendeu de forma definitiva as liberdades democráticas e intensificou a atuação da censura no âmbito cultural, impactando de maneira irreversível a carreira artística de Geraldo Vandré.

Assim, a análise do tema da reportagem e sua conexão com a homenageada desta edição destacam a significativa representação cultural dos festivais de música da década de 1960. A revista *Revestrés* resgata a importância da canção *Pra não dizer que não falei das flores* ou “Caminhando”, proibida de tocar no Brasil, a canção, que não ganhou o festival de 1968, segue na memória nacional por mais de meio século, sendo canção símbolo dos movimentos de resistência contra a ditadura militar, imortalizada pela voz do compositor Geraldo Vandré.

Portanto, o resgate histórico da cultura dos festivais destaca a intensificação do cerco da censura contra aqueles que insurgiram o regime. Isso ocorreu em um período em que as Forças Armadas exerciam controle sobre os poderes da república no Brasil. A reportagem esclarece a declaração do compositor em uma entrevista concedida em 1968, na qual, negou que a canção tivesse a intenção de ser uma crítica direta ao exército brasileiro. Segundo Vitor Nuzzi, jornalista e biógrafo do cantor, autor de *Geraldo Vandré: uma canção interrompida* (2015), afirma que Geraldo Vandré considera que a canção foi interpretada erroneamente como um hino contra os militares. “Ela era um chamado à contestação, a não aceitação, que de certa forma permanece atual, embora às vezes a música seja usada de maneira inadequada, inclusive por conservadores” (Revestrés, 2020, n. 47, p. 39).

Assim, a reportagem destaca a conexão da canção com os movimentos de luta, que Geraldo Vandré descreveu como uma “crítica da realidade”. Para muitos críticos, a canção era considerada um “desnudamento” da situação. De fato, algumas músicas têm o poder de encapsular um momento histórico. Juntamente com os mitos e lendas sobre seu compositor, a falta de consenso sobre os fatos da época confere um ar de mistério à canção de protesto brasileira mais aclamada até hoje.

Como se vê, a reportagem descreve uma versão da história sugerindo que a organização do festival teria sido aconselhada a encontrar uma maneira de impedir a vitória da canção de

---

<sup>41</sup> O AI-5 é uma norma legal instituída pelo governo militar que estabelecia prerrogativas para que os militares pudessem perseguir os opositores do regime. Consistia basicamente em uma ferramenta que dava legalidade jurídica para o autoritarismo e a repressão impostos pelos militares desde 1964.

Geraldo Vandré, considerada pelos militares como “altamente subversiva”. “Os militares não querem que a música de Vandré ganhe o festival. Temos que falar com a organização porque, se ele ganhar, vão tomar medidas de sérias consequências” (Revestrés, 2020, n. 47, p. 40). De fato, seja confirmada, ou não, a hipótese da interferência militar no resultado do festival, é inegável que essa história explique o delírio coletivo da plateia, com gritos de marmelada e muitas vaias. O ambiente estava impregnado de um sentimento de injustiça, protesto e tensão.

Assim, a reportagem continua falando sobre o banimento e o apagamento de Geraldo Vandré do Brasil. Por ter sido proibida por quase 20 anos, a canção — *Caminhando* teve uma trajetória em disco relativamente restrita se comparada à importância que adquiriu como um verdadeiro hino da oposição à ditadura. Desde a apresentação no Maracanãzinho e toda a polêmica gerada em torno da não-premiação de sua música, ninguém soube mais ao certo o destino do compositor.

De fato, ao analisar a canção, Feliciano Bezerra, doutor em comunicação e semiótica pela PUC-SP e professor de letras da Universidade Federal do Piauí, considera-a uma canção emblemática da chamada arte engajada do período. Assim, para o professor, este termo referia-se a um tipo de expressão artística comprometida com proposições emancipatórias nos campos ideológico, cultural e político. “Essa tendência não se limitava apenas à música, mas estendia-se, também, ao teatro, cinema e literatura” (Revestrés, 2020, n. 47, p. 44).

Outrossim, o professor Feliciano Bezerra, juntamente, com Francisca Trindade, foram importantes para o surgimento do Grupo Afro-Cultural Coisa de Nêgo, em 1990, reunindo pessoas comprometidas com a causa afrodescendente, muitas das quais ligadas a sindicatos, ao meio artístico e a partidos políticos de esquerda, particularmente o Partido dos Trabalhadores – PT. Estes membros reuniam-se com o propósito de realizar a celebração da beleza negra, inspirados pela crescente divulgação da cultura afro-baiana, sobretudo dos grupos Ilê Aiyê e Olodum, durante a década de 1980 (Silva, 2003).

Certamente, o envolvimento na militância do movimento negro é um processo, profundamente, pessoal e corajoso, frequentemente, marcado por experiências conflituosas na sociedade. Em outras palavras, a militância surge da inquietação e indignação diante das condições de preconceito racial e racismo enfrentadas no dia a dia. Assim, como ativista social e política, Francisca Trindade sempre procurou promover, não apenas seu próprio empoderamento, mas também, o de pessoas que enfrentavam condições adversas em relação à dignidade humana.

De fato, ao considerar a relação interseccional entre o tema da reportagem e a trajetória de luta da mulher negra homenageada, em perceber a representação da canção como um

elemento/símbolo de liberdade e espaço de voz para os movimentos sociais e culturais, independentemente da época em que ocorram. De fato, na análise desta edição com Francisca Trindade como homenageada, a importância no contexto histórico de luta política e cultural piauiense, destaca os movimentos culturais devem sempre ser reconhecidos como espaços de luta e representação.

Conclui-se que, a canção que se tornou um símbolo de resistência ressoou por todo o país, convocando a sociedade a não permanecer inerte diante dos acontecimentos. Seu compositor, Geraldo Vandré, enfatizava um apelo bastante amplo, abrangendo a classe estudantil, os trabalhadores comuns, os trabalhadores rurais, os trabalhadores da construção civil, ou seja, todas as classes envolvidas no mesmo propósito. De fato, Francisca Trindade, como mulher negra e originária de periferias, enfrentou o preconceito e o racismo, uma prática perversa enraizada nas origens históricas da sociedade e, continuamente, alimentada e reinventada ao longo das lutas de nossa história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve seu ponto de partida empírico no conteúdo da revista *Revestrés*. Ao analisar as abordagens dos temas relevantes da cena artística e cultural piauiense presentes na revista, percebi a importância de investigar a representação midiática das mulheres negras como tema de estudo. Especificamente, observei como as mulheres negras piauienses homenageadas, em cada edição da revista, relacionavam-se com seus próprios discursos e experiências. Para contextualizar a pesquisa, foi essencial adotar a abordagem crítica interseccional como base teórico-metodológica para examinar a representação das mulheres negras do Piauí, no material publicado pela revista *Revestrés*. De fato, a revista se destaca com conteúdos sobre a política da representatividade, o ativismo político e as causas das minorias. Esse enfoque considera, especialmente, a relação entre os marcadores sociais de diferença, raça e gênero, para uma análise mais abrangente e aprofundada.

Algumas ideias foram delineando-se enquanto outras foram substituídas ao longo do processo. Ao apropriar-me de discursos contemporâneos sobre a autonomia e o poder feminista negro, o presente trabalho foi ganhando forma, embora permeado por dúvidas e inquietações, mas também, impulsionado por dedicação, curiosidade e o desejo de contribuir de maneira positiva para a compreensão de como as mulheres negras piauiense são representadas pelo conteúdo publicado na revista *Revestrés*.

Assim, a pesquisa teve como objetivo analisar de que maneiras o conteúdo publicado nas edições da revista *Revestrés*, que homenageiam mulheres negras piauienses, reflete a relação entre os marcadores de diferença, raça e gênero, na representação midiática. Assim, a abordagem interseccional foi utilizada como uma forma de examinar criticamente como essas representações são mostradas, incorporando reflexões do pensamento feminista negro e do lugar de fala. Como pressuposto inicial, buscou-se entender como a revista *Revestrés* ao escolher homenagear mulheres, dentre as quais mulheres negras, demonstrou em sua linha editorial, o interesse interseccional em marcadores de diferença, raça e gênero, assim como, pensar para além da lógica do racismo estrutural e do padrão mercadológico editorial dominante.

Dessa forma, a compreensão da interseção entre esses dois marcadores sociais de diferença foi fundamental, pois são elementos de dominação que não existem isoladamente, mas se formam e convergem mutuamente. Como destacado por Collins (2016), a interseccionalidade é tanto uma prática, quanto uma investigação crítica. Assim, não se trata

apenas de uma teoria abstrata e complexa, mas sim, de um instrumento analítico que estimula uma ação concreta focada na mobilização solidária.

De fato, a interseccionalidade é reconhecida como um projeto de transformação social que deve ser expandido para outros contextos, ao mesmo tempo, em que é defendido por Collins (2016) como uma necessidade de retorno às suas raízes históricas para manter seu potencial crítico. A abordagem teórico-metodológica interseccional ganha relevância no cenário atual ao abordar as relações de poder através da interconexão entre gênero — um conceito que engloba construções tanto simbólicas quanto biológicas — e raça, levando em consideração as relações sociais e culturais em sua formulação. Essa perspectiva desempenha um papel fundamental no contexto brasileiro, marcado por profundas disparidades de gênero e raça, ao possibilitar o desenvolvimento de uma teoria feminista mais adaptada às realidades locais, fomentando um pensamento mais complexo e abrindo caminhos para novas pesquisas e intervenções.

As representações sociais têm o objetivo de criar um discurso sobre a identidade, mesmo antes de sua formação real, o que dificulta os processos de desenvolvimento subjetivo e autonomia das mulheres negras. Essas representações, não só contribuem para sua subordinação, mas também para a exploração econômica de seu trabalho (Bueno, 2020, p. 28). O autor também aponta o racismo e o sexismo como forças que interferem nos processos internos de autoconstrução, retratando as mulheres negras de forma desumanizada e, conseqüentemente, justificando as opressões sociais que sofrem, ao mesmo tempo em que desviam a responsabilidade daqueles que praticam a violência simbólica.

A pesquisa com a revista *Revestrés* adotou a metodologia da análise de conteúdo (AC) para uma exploração detalhada do material encontrado. Durante esse processo, dois conceitos cruciais foram destacados: a representação midiática e a abordagem interseccional, que revelaram ser fundamentais e recorrentes ao longo da análise. As unidades de análise (UA) utilizadas incluíram; a) as capas, b) a distribuição dos/as colaboradores/as por gênero nas edições e c) os temas abordados nas entrevistas e reportagens. Assim, a análise de conteúdo parte do princípio de que a mensagem em si é o ponto central, independentemente de sua forma, seja verbal, gestual, silenciosa, figurativa, documental ou provocada diretamente.

De fato, essas mensagens refletem as representações sociais como construções mentais elaboradas socialmente, emergindo da interação entre a atividade do sujeito e o objeto do conhecimento, assim, sendo crucial reconhecer que a produção das mensagens está intimamente ligada às condições contextuais dos seus emissores. Uma vez que, toda análise de conteúdo implica em comparações contextuais.

Outrossim, a relevância de uma pesquisa realizada com uma abordagem crítica



interseccional sobre os conteúdos publicados em revistas é que ela contribui para a luta do feminismo negro, pelo reconhecimento do lugar de fala e pela exploração da transformação das representações simbólicas. No entanto, essa luta pelo acesso ao espaço de representação, não ocorre em um vácuo: ela enfrenta estruturas excludentes e discriminatórias enraizadas nas bases de raça e gênero, que se manifestam em diversas esferas da vida social.

Assim, os resultados encontrados na análise devem estar alinhados com os objetivos da pesquisa e basear-se em evidências explícitas e mensuráveis encontradas nas comunicações emitidas. Contudo, isso não implica em descartar a análise do conteúdo oculto das mensagens e suas entrelinhas. Isso nos levou a explorar além do que pode ser diretamente identificado, quantificado e classificado, adentrando no território do que pode ser decifrado por meio de códigos simbólicos.

De fato, a abordagem interseccional enfatiza que, ao considerar simultaneamente as dimensões de raça e gênero, a revista *Revestrés* possui a oportunidade de adotar uma postura afirmativa nas representações com inclusividade e equidade. Assim, promover uma maior visibilidade e reconhecimento para as mulheres negras piauienses, não apenas fortalecerá suas identidades, mas também contribuirá para uma representação midiática afirmativa. Isso não só desafia estereótipos prejudiciais, como cria um espaço para ampliar vozes historicamente silenciadas, promovendo um ambiente mais igualitário e justo para todas as mulheres, independentemente de sua raça.

Assim, como ponto de partida da pesquisa foi analisada a forma como a revista *Revestrés*, ao homenagear mulheres negras piauiense, demonstrou em sua abordagem editorial um interesse pela perspectiva da abordagem interseccional nos marcadores de diferença relacionados à raça e gênero. Isso sugeriu uma intenção de ir além da simples reprodução do racismo estrutural e do padrão mercadológico predominante no mundo editorial. No entanto, notou-se que, parcialmente, a revista *Revestrés* incorpora em seu conteúdo representações de mulheres negras piauiense. De fato, evidenciou-se um desequilíbrio na relação interseccional nos marcadores sociais de gênero e raça nas escolhas das pessoas homenageadas pela revista.

Durante a análise das 50 edições da revista *Revestrés*, foi identificado que apenas 16 delas homenagearam mulheres, e destas, apenas seis eram mulheres negras. Ao examinar as capas, verificou-se que apenas três mulheres foram destaques, enquanto 12 homens ocuparam essa posição. Um ponto de destaque na pesquisa foi a edição n.º 18, de janeiro a fevereiro de 2015, a qual apresentou uma peculiaridade com a presença simultânea de uma mulher negra e uma mulher branca na capa. Essa análise evidenciou uma expressa disparidade na representação de gênero e raça nas capas, ressaltando a necessidade urgente de uma abordagem mais inclusiva

e equitativa nessas decisões editoriais.

A análise das capas da revista *Revestrés* foi relevante para a pesquisa, pois proporcionou uma visão inicial sobre a representação simbólica das pessoas entrevistadas. A disposição das imagens, as escolhas estéticas e a composição gráfica das capas revelaram nuances de significado que vão além da mera percepção visual e estética. Assim, ao examinar mais profundamente a relação entre as capas e as mulheres negras entrevistadas, foi possível identificar a falta de decisões editoriais que poderiam significar uma maior representação social da imagem pública das mulheres negras homenageadas. A análise indica que a revista *Revestrés* poderia melhorar a relação entre a imagem de capa e a pessoa entrevistada de forma mais ampla. Essa relação não foi explorada na maioria das edições analisadas, visto que em onze edições os homens foram ao mesmo tempo capas e entrevistados, enquanto em apenas quatro edições as mulheres foram entrevistadas e destaques nas capas.

A análise do número de colaboradores/as que participaram das edições foi importante, uma vez que é indispensável que não exista qualquer diferença de peso social entre homens e mulheres na produção de conteúdo midiático. A equidade deve ser o fundamento da produção na revista *Revestrés*. Acrescento a essa constatação que a interseccionalidade encaixa-se nesse contexto como uma práxis necessária. De fato, é importante salientar que a equidade não deve ser interpretada como homogeneidade, mas sim, como uma garantia de que as particularidades de cada realidade estejam presentes na mídia de forma adequada.

Nesse sentido, ao aplicar a perspectiva interseccional para examinar a composição na participação dos colaboradores na revista *Revestrés*, identificou-se nuances expressivas relacionadas à gênero. Essa variação evidencia a complexidade das dinâmicas de gênero na estrutura dos/as colaboradores/as da revista ao longo do período de análise da pesquisa, indicando uma propensão à equidade em edições específicas. Ao adotar medidas tangíveis e inclusivas, embasadas nas descobertas do estudo, a revista necessita apresentar uma representação potencial em contribuir efetivamente para o aumento do número de mulheres negras colaboradoras nas próximas edições, fortalecendo assim, a representatividade de gênero e raça, fomentando um maior espaço de representação e ampliação do lugar de fala em discursos interseccionais como gênero e raça.

De fato, essa desproporção numérica evidenciou uma evidente assimetria nas homenagens realizadas pela revista *Revestrés*, sugerindo uma possível tendência de desequilíbrio nas representações de gênero e raça nas edições. Assim, este cenário aponta para a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre as dinâmicas de poder e as percepções de valor atribuídas às contribuições de homens e mulheres no conteúdo da revista, destacando um

espaço potencial para a promoção da equidade em termos dos marcadores de diferença, raça, gênero, e para o reconhecimento das mulheres negras nas próximas edições da publicação.

De todo modo, evidenciou-se parcialmente que a revista *Revestrés* apresentou em seu conteúdo representações de mulheres negras, de modo a permitir uma reflexão a partir da abordagem interseccional. Com base nos achados, identificou-se, nas relações das unidades de análise e nos conteúdos das edições pesquisadas com homenagens a mulheres negras piauienses, que a revista *Revestrés* contribuiu, parcialmente, para a propagação de novas formas de representação das mulheres negras como sujeitas sociais de direitos e capazes de construir suas próprias pautas de reivindicações e o seu lugar de fala, na luta contra estereótipos de gênero e raça presentes na matriz colonial moderna. Além disso, a pressuposição de que a opção da revista em refletir sobre os avanços das lutas feministas em geral e do feminismo negro, em particular identificou-se, principalmente, como pauta nas edições que apresentaram como tema das entrevistas e reportagens o racismo e o sexismo.

Escrever o texto de encerramento de um trabalho é um desafio estimulante. Como pesquisador, reconheço os limites inerentes à minha atividade diante da vastidão da problemática e das múltiplas possibilidades de desdobramentos. Destaco a importância do meu ponto de vista, ciente de que a pesquisa sobre a representação de mulheres negras na mídia suscita reflexões e contribuições valiosas para futuras investigações, debates e ações contra práticas racistas e sexistas, especialmente, no que diz respeito às mulheres negras retratadas nos meios de comunicação.

No entanto, questionar a representação de mulheres negras em conteúdos midiáticos é uma forma de resistência nos espaços de poder. A história, conforme foi escrita em relação à representação midiática, negligenciou a participação ativa da população negra, enquanto o racismo estrutural, presente nas instituições de poder naturalizou essa ausência, fundamentando-se no pressuposto da democracia racial como responsável pela perpetuação dessa invisibilidade.

Durante as análises realizadas, tornou-se evidente que os marcadores de diferença, como gênero e raça, são elementos intrínsecos ao contexto social em que as mulheres negras são representadas pela mídia. Ficou evidente que não foi possível dissociar essas dimensões do tema proposto, pois são parte integrante do efeito da abordagem interseccional nos marcadores de gênero e raça associados à representação de mulheres negras.

Uma pesquisa começa, mas nunca termina porque ela tende a provocar novos questionamentos e indagações críticos dada a constante mutação do próprio fenômeno em observação. Ao encerrar esta pesquisa, portanto, eu diria que tal decisão é motivada pela própria

condição inerente de qualquer indagação científica que busca apenas compreender e explicar uma fração da realidade social, num tempo delimitado. Espero, no final desta pesquisa, ter contribuído de alguma forma para se compreender uma faceta do fenômeno do movimento feminista negro, a partir da representação das mulheres negras piauienses no conteúdo publicado na revista *Revestrés*, com apoio das vertentes teóricas que iluminaram a interpretação do campo escolhido: a representação midiática e a teoria crítica interseccional.

Assim, chego à conclusão de que a abordagem da problemática da representação midiática das mulheres negras, quando abordada com uma perspectiva interseccional em suas escolhas práticas e editoriais, pode ressaltar a importância de compreender que a essência dessa representação está intrinsecamente ligada ao contexto do movimento feminista negro. Dessa forma, enfatizei a necessidade de examinar a representação das mulheres negras piauienses pela mídia sob a ótica do feminismo negro. A presente dissertação encerra com a percepção de que ainda há diversas questões a serem problematizadas, especialmente, no contexto da mídia, da representação e do feminismo negro. Sugiro que estudos futuros sobre representação midiática adotem abordagens baseadas na interseccionalidade, assim, buscando analisar como esses fenômenos manifestam-se no contexto específico do Piauí.

## REFERÊNCIAS

- ABRIC, Jean-Claude. *In*: MOREIRA, Antonia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 2000.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- ALMEIDA, Silvio L. de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AMÂNCIO, L. Género: Representações e Identidades. **Revista Sociologia, problemas e práticas**, Lisboa, n. 4, p. 127-140, 1993.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. **Memórias ancoradas em Corpos Negros**. São Paulo: Educ, 2014.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.
- ARAÚJO, C. M. O. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 193-216, 2005.
- ARAÚJO, M. F. de. Diferença e Igualdade nas Relações de Gênero: Revisitando o Debate. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, vol.17, n. 2, p. 41-52, 2005.
- ARAÚJO, Airton Fernandes. **Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; 2004.
- ASANTE, Molefi K. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. *In*: BAIROS, L. Mulher negra: o reforço da subordinação. *In*: LOVELL, P. (Org.). **Desigualdade racial no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 458-463, 1995.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1980.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Rámon. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan.-abr., 2016.
- BHABHA, Homi. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BIROLI, Flávia. Autonomia, opressão e identidades: a ressignificação da experiência na teoria política feminista. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), v. 21, p. 81-105, 2013.

BORGES, Rosane. Mídia, racismos e representações do outro: ligeiras reflexões em torno da imagem da mulher negra. *In*: BORGES, R. C. S.; BORGES, R. (org.). **Mídia e racismo**. Petrópolis: DP, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. **Convite à sociologia reflexiva**. Porto: Porto Press, 1992.

BUENO, Winnie. **Imagens de Controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2020.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMPS, Victoria. **O Século das mulheres**. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, 2014.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Geledés, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulhernegra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 26 de abril de 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Gênero e raça na sociedade brasileira**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Identidade Feminina. **Cadernos Geledés**, São Paulo, n. 4, p. 1-6, 1993.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 49, n. 17, p.117-132, 2003.

CARRERA, Fernanda. Para além da descrição da diferença: apontamentos sobre o método da roleta interseccional para estudos em Comunicação. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 1-19, 2021b. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5715>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

CARRERA, Fernanda. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. **E-Compós**, [S. l.], v. 24, p. 1-22, 2021a. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2198>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

CASEMIRO, Diego Márcio Ferreiro; LIPOVETSKY, Nathália. Teorias interseccionais brasileiras: precoces e inominadas. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 1—28, 2021.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CELLARD, André. A análise documental. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Trad. Ana Cristina Arantes Nasser. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. p. 295-316.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2016.

COSTA, Francisca Raquel da. A carta de Esperança Garcia e os usos da memória da escravidão para a construção da identidade negra piauiense. In: III Seminário Internacional História e Historiografia. X Seminário de Pesquisa do Departamento de História. **Anais eletrônicos**. Disponível em: [http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/42772/1/2012\\_eve\\_frcosta.pdf](http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/42772/1/2012_eve_frcosta.pdf). Acesso em: 18 de setembro de 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV. AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. **A urgência da interseccionalidade**. Vídeo da palestra da escritora estadunidense no evento Technology, Entertainment and Design (TEDWomen 2016). Disponível em: <http://bit.ly/2CvSrOa>. Acesso em: 7 de setembro de 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-187, 2002.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 133-151, jan./abr. de 2012.

DAUPHIN, Cécile; *et al.* A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. **Revista Gênero**, Niterói, v. 2, n. 1, p. 7-30, 2001.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBUS, Eliane; DEBUS, José Carlos. **A escrita de Esperança Garcia: eco das vozes de**

mulheres negras escravizadas. Literafro. 2018. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/resenhas/infanto-juvenil/1148-sonia-rosa-quando-a-escrava-esperanca-garcia-escreveu-uma-carta>. Acesso em: 11 de outubro de 2023.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. (Feminismos Plurais). São Paulo: Ed. Jandaíra, 2021.

DOMINGUES, Petrônio. América Afro-Latina. **Locus**, v. 29, p. 135-137, 2009.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

ELLSWORTH, Elizabeth. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. *In*: SILVA, Tomaz T. (Org.). **Nunca fomos humanos**: nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FACCHINI, Regina; CARMO, Íris Nery do; LIMA, Stephanie Pereira. Movimentos feministas, negro, LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, p. 1-22, 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FANON, Frantz. **Pele negra, mascaras brancas**. Salvador: Ed. Da UFBA, 2008.

FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. **Cadernos Cemarx**, n. 10, p. 13-38, 2017.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo, Ática, 1978.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 5 ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

GARCIA, Carla. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GILROY, Paul. **O atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1963.

GOMES, Flávio; PAIXÃO, Marcelo. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 949-964, set./dez. 2008.

GOMES, Lauro. Felipe. Eusébio. Ser Pardo: o limbo identitário-racial brasileiro e a



reivindicação da identidade. **Cadernos de gênero e diversidade**, v.5, n.1. Salvador — BA: UFBA, p. 66-78. 2019.

GONÇALVES, André. **Revestrés**. Teresina, 29 fev. 2012. Facebook: Revista Revestrés. Disponível em: <https://www.facebook.com/revistarevestres>. Acesso em: 21 de outubro de 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos Lingüísticos e Políticos da Exploração da Mulher**. 8o. Encontro Nacional da Latin American Studies Association. Pittsburg, 1979.

GONZALEZ, Lélia. A categoria Político-Cultural da Amefricanidade. *In: Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra afrodiáspora, Rio de Janeiro: **IPEAFRO**, v.3, n.6/7, p. 94-104, abr./dez., 1985.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1988.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 1 mar. 2008.

GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH (Orgs). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2007.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria de la acción comunicativa**. Trad. Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1988.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 22, n. 2, 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC, 2016.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. Raça: o significante flutuante. **Revista Z Cultural**, Rio de Janeiro, n. 2, ano 8, 2015.

HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos**

culturais. Petrópolis - RJ: Vozes, 2000.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Revista Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015.

HILÁRIO, Rosângela Aparecida. O feminismo negro como estratégia para assunção de direitos as mulheres pretas e periféricas. **Ensaio Filosóficos**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 40-57, dez. 2019.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun., 2014.

HONNET, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 1992.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo**. Tradução Bhuvi Libano. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 464- 478, 1995.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, jan./abr., 2015.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo o mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

JODELET, Denise. **As representações sociais no campo das ciências humanas**. Representações Sociais. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2001.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: EDUSC, 2001.

KERNER, Ina. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. **Estudos Feministas**, n. 1, maio, p. 45-58, 2009.

KILOMBA, Grada. A máscara. **Cadernos de Literatura em Tradução, Especial Negritude e Tradução**, n. 16, p. 171-180, 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2017.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Content analysis: an introduction to its methodology**. Londres: Sage, [1980] 2004.

LACERDA, T. de C. Tereza de Benguela: identidade e representatividade negra. **Revista de Estudos Acadêmicos de Letras**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 89-96, 2019.

LEMOS, Rosalia de Oliveira. **Feminismo negro em construção**: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro. 1997. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LUGONES, Maria. Multiculturalismo radical y feminismos de mujeres de color. Universidad Autónoma Metropolitana - Iztapalapa, México. **Revista Internacional de Filosofía Política**, n. 25, p. 61-76, 2005.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, set.-dez. 2014.

MARCÍLIA, Clara; GUSTAVO, Luís. Maria da Inglaterra: do sonho nasce a música. *In.*: SAID, Gustavo (org). **Entre rios**: perfis e cenários de Teresina. EDUFPI, 2003.

MARTINEZ, Fabiana. Feminismos em movimento no ciberespaço. **Cadernos Pagu**. v. 56, p. 1-34, 2018.

MARTINS, Carlos. **Racismo anunciado**: o negro e a publicidade no Brasil. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-04042010-182647/>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Artes & Ensaios**, v. 32, p. 123-151, 2016.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In*: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 32, n. 94, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, Artemisa Odila Cande. **O processo de construção da identidade negra em Teresina**: o caso do grupo afro-cultural Coisa de Nêgo. Tese de (doutorado) — Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro**: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. 2007. Dissertação (mestrado em sociologia) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2007.

MORIN, Edgar. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: Investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOTT, Luiz. **Piauí colonial**: população, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**; assessora de pesquisa Soraya Silva Moura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e Identidade Negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?. **Revista da ABPN**, [s.l.], v. 4, n. 8, p. 6-14, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 4. ed. 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 5 ed. rev. ampl. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In*: **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. [s.l]: [s.n.], 2004.

NASCIMENTO DOS SANTOS, Tatiana. **Letramento e tradução no espelho de Oxum**: teoria lésbica negra em auto/re/conhecimentos. 185p. Tese de (doutorado) — Departamento de Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

NASCIMENTO, Elisa. L. (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.

OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional. **Revista Interritórios**, v. 6, n. 10, p. 89-104, 2020.

ORTIZ, Renato (org.). **Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. p. 122-155, 1983.

OYEWUMI, Oyeronke. **A invenção das mulheres**: dando sentido africano aos discursos ocidentais. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. Tradução de Eni Orlandi. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1993.

PINHEIRO, Luana Simões Pinheiro. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres no parlamento no pós-constituente. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em: 26 de junho de 2023.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidad, modernidad/racialidad. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-29, 1991.
- QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.
- QUIRINO, Kelly Tatiane Martins. **A invisibilidade negra: o (des) encontro do jornalismo com saúde pública nas doenças de recorte étnico-racial e por vulnerabilidade que acometem a população afrodescendente**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES EM COMUNICAÇÃO, Recife, (PE), 2011.
- RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história**. Florianópolis: Ed.Mulheres, 1998.
- RAMOS, Arthur. **Aculturação negra no Brasil**. Brasília: Brasiliense Eletrônica, 1942.
- REVISTA REVESTRES**. Teresina: Quimera, n.1, 2012. Trimestral.
- REVISTA REVESTRES**. Teresina: Quimera, n.2, 2012. Trimestral.
- REVISTA REVESTRES**. Teresina: Quimera, n.3, 2012. Trimestral.
- REVISTA REVESTRES**. Teresina: Quimera, n.4, 2012. Trimestral.
- REVISTA REVESTRES**. Teresina: Quimera, n.5, 2012. Trimestral.
- REVISTA REVESTRES**. Teresina: Quimera, n.6, 2012. Trimestral.
- REVISTA REVESTRES**. Teresina: Quimera, n.7, 2013. Trimestral.
- REVISTA REVESTRES**. Teresina: Quimera, n.8, 2013. Trimestral.
- REVISTA REVESTRES**. Teresina: Quimera, n.9, 2013. Trimestral.
- REVISTA REVESTRES**. Teresina: Quimera, n.10, 2013. Trimestral.
- REVISTA REVESTRES**. Teresina: Quimera, n.11, 2013. Trimestral.
- REVISTA REVESTRES**. Teresina: Quimera, n.12, 2014. Trimestral.
- REVISTA REVESTRES**. Teresina: Quimera, n.13, 2014. Trimestral.
- REVISTA REVESTRES**. Teresina: Quimera, n.14, 2014. Trimestral.

**REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.15, 2014. Trimestral.

**REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.16, 2014. Trimestral.

**REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.17, 2014. Trimestral.

**REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.18, 2015. Trimestral.

**REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.19, 2015. Trimestral.

**REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.20, 2015. Trimestral.

**REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.21, 2015. Trimestral.

**REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.22, 2015. Trimestral.

**REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.23, 2015. Trimestral.

**REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.24, 2016. Trimestral.

**REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.25, 2016. Trimestral.

**REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.26, 2016. Trimestral.

**REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.27, 2016. Trimestral.

**REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.28, 2017. Trimestral.

**REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.29, 2017. Trimestral.

**REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.30, 2017. Trimestral.

**REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.31, 2017. Trimestral.

**REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.32, 2017. Trimestral.

**REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.33, 2017. Trimestral.

**REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.34, 2018. Trimestral.

**REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.35, 2018. Trimestral.

**REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.36, 2018. Trimestral.

**REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.37, 2018. Trimestral.

**REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.38, 2018. Trimestral.

**REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.39, 2019. Trimestral.

- REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.40, 2019. Trimestral.
- REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.41, 2019. Trimestral.
- REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.42, 2019. Trimestral.
- REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.43, 2019. Trimestral.
- REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.44, 2019. Trimestral.
- REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.45, 2020. Trimestral.
- REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.46, 2020. Trimestral.
- REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.47, 2021. Trimestral.
- REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.48, 2021. Trimestral.
- REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.49, 2021. Trimestral.
- REVISTA REVESTRÉS.** Teresina: Quimera, n.50, 2021. Trimestral.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertiooga a Beijing. **Revista Estudos Feministas**. v. 3, n. 2. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, p.446-459, 1995.
- RIOS, Flávia; RATTS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. *In*: SHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Pensadores negros pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX**. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.
- ROCHA SILVA, Luana Carolina. Coisa mais linda e a invisibilidade da mulher negra. **Portal Geledés**, [S. l.], 27 jul. 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/coisa-mais-linda-e-a-invisibilidade-da-mulher-negra/>. Acesso em: 28 de outubro de 2023.
- RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 10, p. 1-12, 2013.
- SAMPAIO, Rafael; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de Conteúdo Categorial**: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização quilombos: modos e significações**. Brasília, DF: INCTI — UnB, 2015.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, p. 5- 10, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

SANTOS, Sônia. B. dos. Feminismo negro diaspórico. **Revista Gênero**, Niterói, v. 8, n. 1, p. 11-26, 2007.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil — 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan. **História das mulheres**. In: BURKE, P. (org.) A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, p. 63-95, 1992.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1989.

SILVA, Assunção de Maria Sousa e (org.). **Francisca Trindade**: o poder e a resistência da mulher negra [recurso eletrônico]. Teresina: EdUESPI, 2022.

SILVA, Haldaci Regina da. Trindade: A representatividade da mulher negra no en(canto) e na luta política. In: SILVA, Assunção de Maria Sousa e (org.). **Francisca Trindade**: o poder e a resistência da mulher negra [recurso eletrônico]. Teresina: EdUESPI, 2022.

SILVA, Joasey Pollyanna Andrade da; CARMO, Valter Moura do; RAMOS, Giovana Benedita Jaber Rossini. As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, v. 7, n. 1, p. 101-122, jan./jul. 2021.

SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes. **Movimento das mulheres negras**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

SINGER, Paul. O feminino e o feminismo. In: SINGER, P., BRANDT, V. C. *et al.* **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros, identidade, povo e mídia no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes; 1999.

SODRÉ, Muniz. Do lugar de fala ao corpo como lugar de diálogo: raça e etnicidades numa perspectiva comunicacional. **Reciis**, v. 13, n. 4, p. 877-86, 2019.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, R.: BARBALHO, A. (org.). **Comunicação e Cultura das Minorias**. São Paulo: Paulus, v. 1, p. 11-14, 2005.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de (org.). **Dossiê Esperança Garcia**: símbolo de resistência na luta pelo direito. Teresina. EDUFPI, 2017.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues; SILVA, Mairton Celestino. (Orgs). **Dossiê Esperança**



**Garcia:** símbolo de resistência na luta pelo direito. Teresina: EDUFPI, 2017.

SOUZA, Neusa Santos. **Torna-se negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TERRA, Sônia. Trindade: a boa semente germinada na luta do povo. *In:* SILVA, Assunção de Maria Sousa e (Org.). **Francisca Trindade: o poder e a resistência da mulher negra** [recurso eletrônico]. Teresina: EdUESPI, 2022.

TILLY, Louise. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p.29-62, 1994.

WALKER, Alice. **A cor púrpura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

WERNECK, Jurema. De Ialodês e feministas: reflexões sobre a ação política das mulheres negras na América Latina e Caribe. **Questions Féministes Revue Internationale, Francophone**, v. 24, n. 2, 2008.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe: movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, v. 1, p. 8-17, mar./jun. 2010.

WINCH, Rafael Rangel; ESCOBAR, Giane Vargas. Os Lugares da Mulher Negra na publicidade brasileira. **Cadernos de Comunicação**, v. 16, n. 2, p. 227-245, jul.-dez. 2012.